

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LUZINELE EVERTON DE ALCOBAÇA

**“A MORADIA COMO CAUSA”: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO
DE UMA ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL E DE SEUS EMPREENDEDORES
POLÍTICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS/MA**

São Luís – MA

2017

LUZINELE EVERTON DE ALCOBAÇA

**“A MORADIA COMO CAUSA”: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO
DE UMA ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL E DE SEUS EMPREENDEDORES
POLÍTICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal do
Maranhão como requisito para obtenção do título de
mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Eliana Tavares dos Reis

São Luís – MA

2017

ALCOBAÇA, Luzinele Everton de.

A Moradia como "Causa": uma análise do processo de afirmação de uma associação habitacional e de seus empreendedores políticos na região metropolitana de São Luís/MA / Luzinele Everton de ALCOBAÇA. - 2017. 181 f.

Orientador(a): Eliana Tavares dos REIS.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Ação Coletiva. 2. Engajamento Militante. 3. Moradia. 4. Sociologia Histórica. 5. Trajetórias. I. REIS, Eliana Tavares dos. II. Título.

LUZINELE EVERTON DE ALCOBAÇA

**“A MORADIA COMO CAUSA”: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE AFIRMAÇÃO
DE UMA ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL E DE SEUS EMPREENDEDORES
POLÍTICOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em ____/____/____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Eliana Tavares dos Reis (PPGCSO/UFMA)
(Orientadora)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (PPGS/UFRGS)

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (PPGCSO/UFMA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e persistência conseguida na passagem pelo curso de mestrado.

À minha família por me incentivar em todas as etapas da minha vida.

À Rosirene Martins Lima pelo apoio, sugestões e palavras de ânimo em todos os momentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

À minha orientadora Prof. Dr^a Eliana Tavares dos Reis por aceitar me direcionar neste desafio intelectual e investir esforços para que este trabalho fosse construído.

Aos amigos da graduação: Valquíria Bastos da Silva e Géssica dos Anjos Alves da Cruz pelo auxílio durante a realização do trabalho de pesquisa.

A Leonardo Coelho pelo apoio material e palavras de ânimo.

À Luciane Cristina Costa Mota pelos incentivos emocionais e materiais que viabilizaram a escrita da dissertação.

A Jesus Marmanillo Pereira pelas valiosas sugestões no encaminhamento do estudo e na sua materialização escrita.

Aos militantes do Movimento Estadual por Moradia Popular por permitirem minha intrusão em suas vidas durante a realização da pesquisa empírica.

Ao Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais por me proporcionar a aproximação com correntes teóricas importantíssimas na produção deste trabalho.

Aos Professores Igor Gastal Grill e Elio de Jesus Pantoja Alves pelas contribuições feitas na qualificação.

RESUMO

Este estudo faz parte das discussões acerca do Engajamento Militante e trata, especificamente, do processo de afirmação de uma associação habitacional e de seus empreendedores políticos na região metropolitana de São Luís/MA. A emergência desse agente coletivo em 2003 foi o reflexo local da mudança ocorrida na relação entre movimentos sociais e Estado observada no período de redemocratização do Brasil. Observou-se a partir daí relativo grau de inclusão de setores populares nas instituições político administrativas. Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff as experiências ditas “participativas” se multiplicaram e se institucionalizaram. Aí organizações de movimentos sociais acionando os símbolos “direito à cidade”, “reforma urbana” e “autogestão” ganharam espaço no planejamento e implementação de conjuntos habitacionais para as camadas populares em várias partes do país. Nesse contexto, a pesquisa tentou compreender como a Associação Estadual de Apoio à Moradia Popular se tornou representante da “causa habitacional” no Maranhão e localizar suas especificidades, os delineamentos que tal agente coletivo deu à questão habitacional localmente, percebendo no processo o papel político de representação e mediação desse agente e de seus porta-vozes individuais.

Assim, esta pesquisa sobre uma organização social e o engajamento militante de seus representantes foi problematizada na perspectiva da sociologia histórica e sociologia do engajamento militante, dando relevo às propriedades sociais daqueles que se engajam, seus atributos acumulados, recursos detidos, predisposições individuais para a militância e, no plano mais geral, às esferas de oportunidades e constrangimentos sob as quais isso ocorre.

Considerando a perspectiva genética, relacional e sociográfica, os resultados foram obtidos por meio de pesquisa arquivística, documental, observação participante e por meio de realização de entrevistas tanto com os militantes da entidade quanto com alguns ativistas egressos dessa “problemática” no Maranhão no primeiro semestre de 2016.

Palavras-chave: Engajamento Militante. Moradia. Sociologia Histórica. Ação Coletiva. Trajetórias.

ABSTRACT

This study is related to the discussions about Militant Engagement and particularly deals with the affirmation process of a housing association and its political entrepreneurs in the São Luís metropolitan region. The emergence of this collective agent in 2003 was the local reflection of the change that occurred in the relationship between social movements and the government noticed in the period of redemocratization in Brazil. From this, we observed a relative degree of inclusion of popular sectors in political and administrative institutions. In the Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff governments, the experiences so-called "participatory" have multiplied and become institutionalized. In this manner, social movement organizations activated the "right to the city," "urban reform," and "self-management" symbols have gained ground in planning and implementing housing estates for the grassroots in different parts of the country. In this context, the research attempted to comprehend how the State Association for Support of Popular Housing became representative of the "housing cause" in Maranhão and to trace its specificities, the delineations that such collective agent gave to the issue housing locally, realizing in the process the political role of representation and mediation of this mediator and his individual spokespersons.

Thus, this research on a social organization and the militant engagement of its representatives was problematized from the perspective of historical sociology and militant engagement sociology, highlighting the social properties of those who engage, their accumulated attributes, resources detained, individual predispositions to militancy and, on a more general level, to the opportunity spheres and constraining under which this occurs.

Considering the genetic, relational and sociographic perspective, the results were obtained through archival research, documentary, participant observation and interviews made with both the organization militants and some activists who graduated from this "problematic" in Maranhão in the first semester 2016.

Keywords: Militant Engagement. Dwelling. Historical Sociology. Collective Action. Trajectories.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AEAMP** – Associação Estadual de Apoio à Moradia Popular
- ALUMAR** – Consórcio de Alumínio do Maranhão
- AMB** – Articulação de Mulheres Brasileiras
- ANAMPUS** – Associação Nacional dos Movimentos Populares
- ANSUR** – Associação Nacional do Solo Urbano
- AP** – Ação Popular
- ASP** – Associação Saúde da Periferia
- CAAP** – Centro de Assessoria de Autogestão Popular
- CCN-MA** – Centro de Cultura Negra do Maranhão
- CDI** – Companhia Industrial do Maranhão
- CEBRAP** – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CMP** – Central dos Movimentos Populares
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONAM** – Coordenação Nacional das Associações de Moradores
- CPO** – Comissão Pastoral Operária
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce
- DS** – Democracia Socialista
- FASE** – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- FAU-USP** – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
- FETAEMA** – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado do Maranhão
- FUCVAM** – Federação de Cooperativas de Vivienda Popular
- GMN-MF** – Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFMA** – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- JOC** – Juventude Operária Católica
- JUC** – Juventude Universitária Católica

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

MDFP – Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados

MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra

ONGs – Organizações Não Governamentais

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCS – Programa Crédito Solidário

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PJ – Pastoral da Juventude

PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO – Pastoral Operária

PROMORAR – Programa de Erradicação de Favelas

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SAGMACS – Sociedade para Análise Geográfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

SECID – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão

SEEB-MA – Sindicato dos Bancários dos Maranhão

SELVIP – Secretaria Latino Americana de Vivienda Popular

SEMTURB – Secretaria Municipal de Terras e Urbanismo

SESI – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SINDCOMERCIÁRIOS – Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís

SINDISEP – Sindicato dos Servidores públicos Federais

SINTSPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência Social do Maranhão

SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

SURCAP – Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UEMP – União Estadual por Moradia Popular

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UMM-SP – União dos Movimentos de Moradia de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNMP – União Nacional por Moradia Popular

USIMAR – Usina Siderúrgica do Maranhão

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Profissões dos Pais dos militantes	72
Quadro 2 - Escolarização dos Pais dos Militantes	75
Quadro 3 - Profissões dos Avós Paternos e Maternos dos Militantes.....	75
Quadro 4 - Síntese dos Atributos Gerais dos Militantes	77
Quadro 5 - Documentos Oriundos da CMP/MA ou Direcionados a ela e aos seus Membros.....	130
Quadro 6 - Entidades e Representantes Presentes nas Reuniões Promovidas pela CMP/UEMP/AEAMP	132
Quadro 7 - Ações Prioritárias da CMP/Planejamento 2005.....	133
Quadro 8 - Subtemas Discutidos no Seminário sobre Políticas Promovido em 2006 pelas Entidades que se filiaram à CMP/MA.....	134
Quadro 9 - Relações Informais na Constituição e Manutenção da “Causa”: solicitação de apoios financeiros pela UEMP/AEAMP a Colaboradores	136
Quadro 10 - Relações Institucionais: organismos nacionais e internacionais financiadores de projetos sociais da UEMP/AEAMP	138
Quadro 11 - Parcerias e Alianças Políticas Firmadas entre UEMP/AEAMP e Organizações Governamentais, não governamentais e com Agentes do Executivo.....	141
Quadro 12 - O Trabalho de Promoção da “causa” Urbana e Habitacional: eventos de formação e socialização.....	149
Quadro 13 - Materiais Didáticos e os Princípios Classificadores da “Questão Urbana e Habitacional” Usados pela UEMP/AEAMP na Implementação de suas Ações	153
Quadro 14 - Participação dos Membros da UEMP/AEAMP em Instâncias e Ocasões Deliberativas.....	155
Quadro 15 - Manifestações Públicas Organizadas pelos Militantes da UEMP/AEAMP e daquelas Realizadas em Conjunto com Grupos Aliadas	158
Quadro 16 - Homenagens à Personalidades Consideradas Excepcionais como Meio de Afirmção da “Demanda” e da Posição de seus Porta-Vozes.....	165
Quadro 16.1 - Ruas e Avenidas/Residencial Zumbi dos Palmares	166
Quadro 16.2 - Ruas e Avenidas/Residencial João do Vale.....	169
Quadro 16.3 - Ruas e Avenidas/Residencial Maria Firmina.....	169

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Composição e Níveis de Representatividade Interna do Fórum da Moradia.....	62
Ilustração 1 – Matéria Jornalística em Defesa da Ocupação de Residencial Escrita por Sindicalista	68
Ilustração 2 - Entidades Lançam Nota de Afirmação às Ocupações de Imóveis Urbanos e Criticam Órgãos Estatais e Construtoras	68
Ilustração 3 - Matéria Jornalística sobre Conflito entre Ocupantes do Residencial Cohatrac V e Seguranças de Construtora em São Luís	71
Ilustração 4 - Cobertura Jornalística de Debate na Câmara de Vereadores Acerca de Disputas no Residencial Cohatrac V	71
Organograma 2 - Contatos e Vínculos da UEMP/AEAMP com Ocupantes e Associados Desenvolvidos no Curso de sua Intervenção.....	144
Ilustração 5 - Panfleto Produzido pelos Movimentos de Moradia e Veiculado em 2015 e parte de 2016 em Panfletagens	162

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS	14
1.1 Situando as Condições de Realização do Procedimento de Entrevista	24
1.2 A Sede como Local de “Encontro” e de Relações Interdependentes: apresentando o universo empírico	28
CAPÍTULO II – CONDIÇÕES SOCIO HISTÓRICAS DE EMERGÊNCIA DA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL: as três últimas décadas do século XX	33
2.1 Afloramento da Questão da “Moradia Popular”, do “Direito à Cidade” e da “Reforma Urbana” no Maranhão	50
2.2 A Atuação do Fórum da Moradia	57
CAPÍTULO III – PERFIS SOCIAIS, SENTIDOS SOBRE A “LUTA” E TRAJETÓRIAS DOS AGENTES	74
3.1 Posições e Posicionamentos sobre a “Causa”: as trajetórias dos Agentes	83
3.2 Militância de Bairro e Trunfos Políticos	84
3.3 Devoção, Comprometimento Pessoal e Inscrição Militante.....	97
3.4 Acasos Biográficos e Militâncias Tardias	101
3.5 Militância Sindical, Investimento Cultural e Baixa Adesão à “Causa”	109
3.6 Correspondências e Discrepâncias	120
CAPÍTULO IV – O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UEMP/AEAMP E AFIRMAÇÃO DA “CAUSA”	124
4.1 A Formalização da Entidade.....	125
4.2 Uma Prática Política de Aglutinação: o papel da Central de Movimentos Populares.....	128
4.3 Coalizões Diversificadas: notas sobre as relações pessoalizadas e institucionais.....	135
4.4 Mais Relações Verticais e Horizontais: a mobilização da clientela na busca de poder político	143
4.5 Alguns Espaços de Circulação de Definições Legítimas sobre a questão Urbana e Habitacional e a sua Junção à Outras Problemáticas.....	147
4.6 Reivindicações Públicas por Direitos: a participação da UEMP/AEAMP em manifestações públicas pontuais e ocasionais.....	157
4.7 “Tributos aos Heróis da Causa”: ocasiões e oportunidades de consagração e autoconsagração.....	163

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
REFERÊNCIAS	175
FONTES CONSULTADAS.....	180
SITES CONSULTADOS	181

APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS

A investigação aqui exposta faz parte de estudo pertencente à temática Sociologia do Engajamento Militante. Tratando-se especificamente do processo de construção e afirmação da problemática da moradia no Maranhão, detidamente em São Luís, investigando o engajamento individual e coletivo de determinados agentes sem perder de vista contextos e elementos condicionantes mais amplos.

Partindo da ideia de que a participação de setores populares na gestão pública tornou-se visível não só no Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988, mas igualmente em outros países da América Latina, podemos localizar como a gestão e operacionalização de políticas públicas encontra, nessa configuração mais ampla, no mínimo, parte de seus referenciais. No caso da política habitacional, especificamente nos governos de Luís Inácio da Lula e de Dilma Rousseff, empreendimentos nesse sentido marcaram a visibilidade política de organizações de movimentos sociais que, defendendo os slogans “reforma urbana”, “direito à cidade” e “autogestão”, adentraram o tecido institucional do Estado propondo iniciativas na esfera habitacional para camadas de baixa renda.

É nesse contexto mais geral que a atuação da Associação Habitacional de Apoio à Moradia Popular (AEAMP) e de seus 7 representantes tratados aqui se circunscreve. Inaugurando suas atividades em 2003, os seus membros lhe denominam de “movimento social” (União Estadual por Moradia Popular-UEMP) e entidade associativa e sua intervenção é direcionada à assessoria jurídica e política a moradores de áreas sem regularização fundiária e implementação de residenciais com foco na região metropolitana de São Luís. Elevando a “bandeira de luta” pela moradia, os seus militantes construíram um espaço considerado legítimo para se posicionarem em nome de uma “demanda social” e, ao mesmo tempo, conquistaram reconhecimentos individuais nos espaços por onde circulam como representantes dessa “causa”.

Propondo pensar uma forma de participação política contínua e duradoura, esta investigação focalizou o processo de institucionalização de uma organização coletiva que discute e propõe alternativas no âmbito da moradia nesse espaço periférico e analisar o envolvimento de seus porta-vozes autorizados dotados de determinados recursos, competências e apetências que são mobilizados no jogo político e que favorecem o acesso a posições privilegiadas em diferentes espaços sociais. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa buscou responder à seguinte questão: quais fatores explicam a afirmação e a atuação da Associação

Habitacional de Apoio à Moradia Popular e de seus empreendedores como representantes da causa habitacional, atualmente com atuação delimitada à região metropolitana de São Luís-MA?

Na formulação e resolução dessa indagação acionou-se modelos analíticos diferentes, mas não excludentes operados de modo a contemplar, numa perspectiva, os condicionantes históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais que estruturaram a questão habitacional nos níveis local e nacional, influenciando no surgimento de ações coletivas, instrumentos normativos e organizações voltadas a sua defesa e, em outra, identificar um conjunto de elementos ou fatores que geram a inserção, participação e permanência individual na defesa dessa “causa”. Optou-se pela tentativa de combinação dos vieses macro e micro sociológicos na explicitação do objeto empírico, a saber, o processo de afirmação da Associação Estadual de Apoio à Moradia Popular e de seus empreendedores na representação da causa habitacional na região metropolitana de São Luís.

Considerando a dimensão macroestrutural, as contribuições de Tilly em parceria com McAdam e Tarrow (2009) se mostram pertinentes. Elas se deram no desenvolvimento de um conjunto de pressupostos dirigidos a compreensão do fenômeno da ação coletiva, apontando no conceito de *estruturas de oportunidades políticas* as condições mais amplas, esferas de oportunidades e constrangimentos sob as quais isso ocorre, desencadeando o *confronto político* e os *ciclos de mobilização*. A sociologia histórica está na base dessa construção conceitual, que evidencia a ocorrência de incentivos institucionais no desenvolvimento e sucesso das ondas de reivindicação (TARROW, 2009; TILLY, McAdam & TARROW, 2009; TILLY, 2010). Nas palavras de Tilly (2010, p. 150), “a democratização promove a formação de movimentos sociais”. Em sua análise, ele critica explicitações reificantes e essencialistas que tratam os movimentos sociais (“o movimento”) como atores unitários, ocultando os perenes realinhamentos e estratégias postos em seu interior. Nesse sentido, a interação de insurgentes e autoridades alvo expressaria complexos mecanismos de poder que assumem formas conflituosas e cooperativas.

A *ação coletiva confrontacional* ocorreria quando coletivamente as pessoas dirigem reivindicações vinculadas a outros interesses (ou que afetariam outros interesses), sendo que pelo menos um grupo da interação é uma organização que controla os principais meios de coerção concentrados num território definido. A oposição construída entre aqueles que detêm o poder e aqueles, a princípio, destituídos dos meios institucionais de reivindicação contém propriedades interativas que interligam elementos políticos e sociais (TARROW, 2009).

O *confronto político* é um conceito pertinente posto que o fenômeno que ele tenta traduzir, no entendimento dos autores mencionados anteriormente, está sujeito à mobilização, à criação de meios e capacidades para a interação coletiva. Assim, ação coletiva confrontacional tem um caráter eminentemente criativo, como a capacidade de conglomerar experiências humanas de maneira a selecionar objetos, fatos e acontecimentos, desenvolvendo uma interpretação sobre a situação em pauta. Isso reduz a complexidade social a níveis manejáveis pelos reivindicantes (ALONSO, 2009). Esse elemento contingencial e sujeito à elaborações é chamado de *enquadramento interpretativo* (IBIDEM, 2009).

As mobilizações coletivas não podem ser reduzidas ao confronto, momentos da “ação” ou produzindo interpretações sobre as situações em pauta. Segundo Tarrow (2009), o êxito de ações coletivas também dependem da capacidade de reunir pessoas, formar coalizões e organizar reivindicações às autoridades alvos e isso exige a formação e acionamento de *estruturas de mobilização*, isto é, organizações formais com divisão de papéis que, dependendo do contexto e do processo interativo, podem ou não sustentar conflitos com opositores e organizar planos de ação. Outro argumento apresentado por Tarrow é o de que a formação e fortalecimento de conexões informais que ligam pessoas e redes entre si (*estruturas conectivas*) suficientemente flexíveis possibilitam a coordenação, agregação e persistência das *estruturas de mobilização*, quais sejam as organizações de movimentos sociais e, com isso, de reivindicações sustentadas.

Ainda nos esforços da sociologia histórica empregada, a ideia de *repertório* envolve uma perspectiva estrutural e cultural do fenômeno dos movimentos sociais. Isso porque, o conceito remete à práticas que revelam um esforço de determinados segmentos da sociedade em tornar públicas reivindicações acerca do acesso a bens distribuídos desigualmente e pelo reconhecimento de certas “demandas”, que colidiriam com o interesse de outros setores ou mesmo expressar aversão ou apoio a agentes políticos em conjunturas políticas cambiantes (TILLY, 2010; McAdam, TARROW & TILLY, 2009). Em outras palavras, o repertório seria “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p. 26 apud ALONSO, 2009, p. 58). Então, a categoria expressaria a interação histórica entre movimentos sociais e seus oponentes. Vislumbrando um largo escopo temporal, pois as mudanças fundamentais dos repertórios dependeriam de grandes transformações nos interesses, oportunidades e organização dos insurgentes, tais transformações estariam correlacionadas às mudanças nos Estados e no capitalismo (TARROW, 2009). Assim, haveria um antigo e um novo *repertório*

de ação coletiva, delimitado ao protesto ou ação contenciosa. Em relação ao ocidente, haveria dois *repertórios*, um para o século XVIII e outro para o século XIX, se relacionando às alterações no regime político.

O conteúdo explicitamente demarcado (ou, em outro extremo, muito geral) do conceito levou a reelaborações por parte de Michel Offerlé que critica o uso simplificado e reificador da categoria por parte dos cientistas políticos (incluindo o próprio Tilly), muitas vezes resumida a meios de ação ou a soma dos meios de ação usados e utilizáveis por uma organização ou movimento social (OFFERLÉ, 2011). O autor defende que a utilização produtiva do conceito deveria compreender não somente as ações coletivas contestatórias, mas também aquelas não contestatórias, individuais e coletivas (expertise, colóquios, negociações entre autoridades governamentais e demandantes, entre patrões e assalariados). Offerlé dar crédito às arenas “visíveis” e “invisíveis” de manifestação política, sendo que aí haveria um continuum entre ações coletivas e individuais, formando vários tipos de *repertórios* coexistentes em cada sociedade e com significados variados, incluindo no conjunto de variáveis que lhe definiriam o lugar que militantes representantes ocupam no espaço social e suas disposições.

Vinculando este trabalho à proposta analítica descrita inicialmente, não basta, para compreender o fenômeno do militantismo, operar instrumentos macrossociológicos de apreensão da ação coletiva e dos movimentos sociais. Dado que este empreendimento se preocupa analiticamente com o processo de *engajamento militante* numa “causa” no Maranhão, convém apontar mecanismos e fatores relativos a essa forma de participação duradoura em uma ação coletiva voltada à defesa ou à promoção de uma causa (SAWICKI e SEMÉANT, 2011). Nesse sentido, é de grande valia mobilizar os aspectos disposicionais, relacionais, retributivos e de identificação do militantismo (SILVA & RUSKOWSKI, 2016).

O estudo das propriedades sociais daqueles que se engajam, seus atributos acumulados, recursos detidos e predisposições individuais para a militância (BOURDIEU, 2001) se insere num ponto de vista mais específico de abordagem do fenômeno, valorizando acepções culturais, simbólicas e subjetivas sobre o ativismo político e social. Aí entra em cena os processos de socialização primária e secundária de militantes que concorrem para ocorrência da participação em ações coletivas. De tais processos derivam percepções da realidade que são atualizadas ao longo dos trajetos individuais. O entendimento acerca da *disposição* ao militantismo dar conta de comportamentos, práticas, opiniões e dos princípios que garantem a aparente diversidade das práticas e das maneiras mais ou menos duradouras de ver, sentir e agir (LAHIRE, 2004). Atentando para essa realidade reconstruída e para os espaços das relações onde se movimentam

militantes, adversários e aderentes (no sentido individual e coletivo) é possível compreender como propensões à ação política são construídas, como determinadas “demandas” são afirmadas e seus agentes individuais conseguem se destacar continuamente. A distribuição de um conjunto de propriedades entre os pesquisados, é o meio de pensar relacionalmente o fenômeno investigado, não sucumbindo a armadilha do objeto pré construído (BOURDIEU, 1989).

Os múltiplos “benefícios” que ativistas e dirigentes de organizações sociais retiram de sua prática lhes estimulam e dão significado ao jogo político. Tais motivações não se reduzem simplesmente à conquista de postos e menos ainda a ganhos econômicos (GAXIE, 2004). Nesse sentido, os investimentos no ativismo sociopolítico representam tanto *retribuições* materiais quanto simbólicas. Como assevera Silva e Ruskowski (2016), elas são definidas por características específicas ao longo do percurso biográfico nos campos relacionais onde os agentes se inserem e não são previamente estabelecidas tão pouco são calculadas por eles. Afirmção profissional, prestígio, amizade e ganhos financeiros são avaliados de modos distintos pelos agentes de acordo com a constituição de suas trajetórias e com domínios e espaços transitados (IBIDEM, 2016), tornando imperativo, em meio à diferentes fatores, a ancoragem afetiva das gratificações (SAWICKI; SIMÉANT, 2011), pois laços de afeto são estabelecidos entre agentes individuais que compartilham práticas e visões de mundo sobre “causas” sociais e afinidades em termos de pertencimentos sociais. Isso permite ao pesquisador entender e explicar a ligação de determinadas práticas militantes e formas específicas de gratificações.

Ainda seguindo a linha de investigação dos autores anteriormente esboçados, a mobilização individual em ações públicas implica processos de identificação, posto que são nas interações cotidianas que se dá a produção e compartilhamento de significados, símbolos e interpretações sobre a realidade. O que está em disputa no plano político é alvo de agentes que têm em comum normas e valores específicos. Logo, redes de relações constituem um meio para negociação de sentido, levando à coerência entre identidade pessoal e identidade coletiva.

O papel das inserções relacionais também estruturam a atuação dos agentes. As ligações interpessoais são, nesse ínterim, fatores importantes quanto à entrada e trânsito dos agentes em mundos sociais com determinadas regras e lógicas, sendo o engajamento militante um deles. Isso traz à tona a necessária correlação por parte do pesquisador do trânsito dos pesquisados em diferentes esferas de vida e a adoção e estabilização de uma linha de ação militante (SAWICKI e SEMÉANT, 2011). Além disso, as redes sociais ou vínculos com pessoas previamente

conhecidas (mediadores) são meios eficazes no processo de recrutamento para ações coletivas tratados na literatura sobre ativismo sociopolítico (McADAM, 2004; McADAM, 1986; SILVA e RUSKOWSKI, 2016; SAWICKI e SEMÉANT, 2011).

A *mediação* tem aplicações teóricas diversas, podendo representar tanto meio de recrutamento para a atuação em causas sociais quanto a capacidade que agentes individuais e coletivos têm para estabelecer comunicação entre os níveis local e o central, centro e periferia, bem como constituir “coletividades”. Grill (2013) investigando a dinâmica de seleção de “elites políticas” e o processo de constituição de teias de líderes seguidores em duas configurações regionais (Rio Grande do Sul e Maranhão), retoma algumas interpretações sobre o conceito, apontando suas potencialidades heurísticas. Assim, uma delas toma a *mediação* relacionando-a às atividades políticas de construção de identidades e atividade performativa. Nesse sentido, a construção de símbolos de reconhecimento, distinção e reforço à coletividades está aliada a outra dimensão: as tomadas de posição política para atendimento às coletividades. Isso envolve especialização na intermediação de demandas junto à organização estatal e às demais instituições do sistema representativo. O mediador não somente constrói símbolos de reconhecimento. Ele também se dedica a interpretá-los continuamente, negociando seus sentidos e valores. É, ademais, considerando esse aspecto da *mediação* que os diferentes portavozes individuais e coletivos são definidos nesta discussão como empreendedores, já que participam do trabalho de produção de identidades, categorias, símbolos distintivos e “necessidades” de forma perene, acarretando ou não transformações sociais (OFFERLÉ, 1998).

Mobilizando argumentos de estudiosos como Pizzorno (1986), Davis (1977) e Mayer (2010), Grill chama a atenção para uma agenda de pesquisa remetida ao tema das relações padrão-cliente ou do clientelismo político. A literatura sobre o assunto assevera que os contextos mais propícios ao desenvolvimento dessas relações são aqueles marcados pelo controle individual e coletivo do acesso a centros de poder e de bens indispensáveis à população. Aí a dinâmica social seria estruturada por relações pessoais (GRILL, 2013). Os estudos voltados às formas de dominação que se exerce de maneira direta e pessoal através de relações sociais tentam compreender em que medida relações pessoalizadas e institucionalizadas se conectam no interior das instituições, como elas se atravessam e se influenciam (IBIDEM, 2013).

Todos os instrumentos conceituais levantados, confluem, então, para o argumento mais geral de que o contorno dado à ação coletiva e à organizações sociais é resultado de um campo relacional. Este tem uma trajetória social e histórica de acordo com cada sociedade e com os agentes que o constroem, sendo que é também nessa dinâmica que os agentes se forjam.

Muitas pesquisas locais embasadas nesses pressupostos e modelos teóricos se propuseram a examinar configurações distintas da americana e da francesa, medindo e comparando o potencial explicativo de suas acepções, articulando em maior ou menor grau, os mecanismos ensejados, ponderando as condições objetivas e subjetivas na construção das ações públicas e de interpretações e representações acerca de problemáticas legítimas.

A pesquisa de Reis (2015) sobre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul oferece relevante contribuição ao estudo sobre repertórios de intervenção política. O tratamento dos condicionantes sociais e históricos que influíram no desdobramento de trajetórias tanto individuais como coletivas de agentes que atuaram politicamente contra o regime militar no Rio Grande do Sul implicou, assim, pensar uma conjuntura histórica marcada pela deflagração de lutas em torno da redefinição de parâmetros de organização social e de intervenção política dos agentes, isto é, os repertórios de mobilização propiciados pelas oportunidades postas pelas estruturas políticas ou delineadas de acordo com contextos de crise e com as características de um conjunto de agentes, sendo que isto repercutiu nas múltiplas formas de inserção e afirmação no jogo político e intelectual subsequente.

A descrição das características sociográficas, estratégias, recursos mobilizados levou a compreensão do efeito que exerceu na carreira de militantes desigualmente posicionados no espaço político gaúcho a inscrição em mobilizações contra o regime militar e a formação de um sistema comum de referências, sendo que as carreiras desses agentes se desenrolam na relação com outros com os quais partilham e disputam espaços distintos e objetos de demanda. Tendo em conta uma perspectiva dinâmica e processual, a autora atentou para as lógicas de identificação que abarcam critérios sociais, pessoais e ideológicos, não descuidando do volume de recursos e das disposições dos agentes em contínua atualização. Os alinhamentos e realinhamentos desses agentes se justificam nas adesões às diferentes “ideologias” que atualizam as identificações pessoais e sociais. A coleta de dados em fontes documentais e orais e a construção de quadros sociográficos para caracterizar determinadas trajetórias, permitiram problematizar o perfil militante relacionando-o a determinadas modalidades de intervenção, especialização profissional, retribuições e elaboração de um quadro de referências comuns.

Bezerra (2007), numa pesquisa realizada entre 2000 e 2002, investigou o trabalho de construção de questões ditas “públicas” em Angra dos Reis-RJ, ou seja, a relação de moradores de bairros populares desse município com a política nos anos de 1980 e 1990. Assim o autor buscou entender como o engajamento de segmento populares construiu um espaço legítimo para se falar de política, ocorrendo ao mesmo tempo a construção e afirmação do “popular”

como categoria política. Para tanto, Bezerra leva em conta os recursos sociais acionados para a mobilização dos moradores e as possibilidades que tal modalidade de ação coletiva abriu para trajetórias sociais distintas expressas no exercício de cargos governamentais. Uma das propostas analíticas viabilizadas no estudo realizado pelo autor é assinalar em que medida a categoria “participação popular” se mostra um trunfo para que agentes ascendam a cena política e para que representantes políticos partidários e agentes de Estado tenham seus lugares legitimados.

A observação do espaço no qual se deflagram os mecanismos acionados coletivamente, recorrência à sociogênese das organizações porta-vozes (associações de moradores, conselhos municipais), identificação das condições históricas que propiciaram sua emergência e a construção de trajetórias de lideranças políticas, foram meios para entender as tomadas de posição de atores advindos desse meio e inseridos, durante a realização do estudo, em espaços institucionais importantes. Logo, o autor mobilizou o esquema conceitual de modo a apreender a construção da representação política e do processo de composição de interesses e “necessidades” (BOURDIEU, 2004), não desvinculando as apreensões subjetivas por parte de agentes sociais e o modo como eles as acionam no contexto das inter-relações.

O tema da “participação popular” também foi tratado por Silva (2001) que se interessou pelos fatores explicativos da participação em canais de participação direta na gestão pública municipal, usando como referência empírica quatro processos de discussão pública (o chamado “Orçamento Público”) em municípios da região metropolitana de Porto Alegre. O autor faz uma investigação comparativa entre os casos tomando os processos de participação como uma forma específica de ação coletiva. Vislumbrando um modelo generalizável, ele discute a existência de um conjunto único de variáveis existentes entre eles ou especificidades nas dinâmicas observadas. Ao mobilizar a perspectiva de análise, o autor rejeita a dicotomia existente entre sociedade civil e Estado, demonstrando que variáveis político-institucionais são imprescindíveis na explicação dos processos de participação social, porém a explicação não pode ser reduzida a essas variáveis. Silva articula de maneira dinâmica tanto fatores ligados à intencionalidade quanto fatores ligados aos condicionamentos sociais para explicitar a construção da participação popular nos municípios alvos do estudo.

Os resultados alcançados dão conta de que o formato que assume a relação entre formas associativas constituídas localmente e os tipos de participação na gestão pública depende das características do tecido associativo aí desenvolvidos e de sua trajetória específica. Ele demonstrou que nos espaços onde se constituiu agentes sociais menos subordinados às relações

clientelistas, estabeleceu-se uma relação de adesão e sustentação dos processos participativos pelas organizações sociais. Já o predomínio de práticas de subordinação e dependência em relação aos agentes políticos partidários, visualizado em três municípios, indicou uma tendência de desenvolvimento de oposição aos processos participativos por parte de formas associativas, por causa dos mecanismos historicamente estabelecidos de intermediação de interesses e demandas.

O estudo realizado por Silva auxilia na desconstrução de abordagens homogeneizantes e idealizadoras da sociedade civil, que atribuem ao associativismo civil dimensão inerentemente democrática e participativa. Ao contrário de tais abordagens, foi identificado que estruturas associativas podem reproduzir relações de submissão e dominação. O associativismo civil fundado na trajetória local pode ser condição à participação ou se revelar um limite socialmente dado a sua construção, como as bases de poder e submissão detidas por determinadas lideranças.

A partir da reflexão ao redor da convergência de perspectivas analíticas e sua aplicação nos estudos acerca do engajamento militante e aos processos de ação coletiva, com operacionalização em diferentes configurações nacionais e regionais, formulou-se a problemática de pesquisa exposta neste trabalho: como a Associação Estadual de Apoio à Moradia Popular se tornou mediadora da causa habitacional? Qual a especificidade de tal problemática no contexto maranhense? Como se configura seu repertório de práticas políticas e sociais e as *estratégias*¹ de afirmação empreendidas pelos membros da organização processualmente? De que maneira características sociais e acúmulo de recursos sociais, políticos e culturais se inter-relacionam às modalidades de intervenção dos seus militantes bem como aos significados e retribuições dados e extraídos por eles do engajamento na questão urbana e habitacional?

A afirmação de um grupo e das noções que levantam não estão desvinculadas de um espaço de relações e oposições construídas historicamente e que estão em constante movimento. Assim, a investigação sobre engajamento militante por uma política de moradia para as camadas populares na região metropolitana de São Luís requer análise das relações estabelecidas entre os segmentos envolvidos em sua problematização, negociação e execução. Elos foram configurados entre agentes coletivos e individuais na resposta a essa “demanda”.

¹ A recorrência a essa categoria é a alternativa empregada para romper com o estruturalismo sem sujeito e com a filosofia do sujeito, isto é, ela manifesta uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente empreendida pelo estruturalismo. Bourdieu (2004) concebe o conceito de *estratégia* como produto do senso prático, incorporado a partir de um processo de socialização.

Compôs os objetivos do estudo, identificar as condições sociais de inserção de seus agentes individuais na “causa”, suas modalidades de engajamento, obtenção de recursos e trunfos, repertórios ativados no transcorrer de percursos biográfico, rivalidades e alianças tecidas processualmente na relação com instâncias locais e aquelas mais gerais.

Adicionados a isso, coube ainda analisar a apropriação de categoriais e ideias politizantes na configuração de um espaço político para a discussão da “problemática” em foco e como as representações dos militantes da UEMP/AEAMP acerca das noções balizam suas ações.

Na delimitação temporal da pesquisa é inviável partir da formalização da entidade em 2003, pois seus condicionantes gerais e específicos remontam às duas décadas anteriores. Então, o processo de constituição da “causa” e de seus mediadores só pode ser compreendido se tomada a lógica histórica, processual e relacional. Através dela é factível a identificação dos elementos já problematizados.

A tentativa de combinação dos pressupostos da sociologia histórica e da sociologia reflexiva está na base deste empreendimento analítico que coletou dados em pesquisa arquivística e realizou entrevistas com os 7 militantes embasadas em roteiro previamente definido. Foram, ainda, realizadas duas entrevistas com egressos de organização pautada na promoção da mesma “questão” na década de 1990. Esses dados foram analisados articulando metodologicamente as perspectivas sociográfica e comparativa. A mobilização das técnicas de pesquisa obedecem a construção do objeto e do caráter qualitativo da pesquisa (BOURDIEU, 1989).

Nesse processo, a coleta de dados em meios variados mostrou-se muito importante e determinou os resultados. E mais, a relação com os pesquisados foi facilitadora do acesso à diferentes documentos, proporcionou observação direta e cotidiana do espaço da entidade, das relações entre os militantes, das relações destes com a clientela e dos variados repertórios adotados por tal organização coletiva.

Todavia, a facilidade de acesso à informações não deixou de revelar-se um obstáculo à construção do objeto sociológico, uma vez que o espaço analisado (a entidade associativa), os seus agentes individuais e seus símbolos compuseram uma experiência pessoal de militância. Logo, deu-se um esforço de pôr em suspeita as motivações sobre o objeto, o interesse sobre ele em detrimento de outros para não traduzir “necessidades” em conhecimentos ou designar um objeto pela utilidade impedindo o espírito de conhecê-lo (BACHELARD, 1996). Buscou-se seguir a orientação de Bourdieu (1989, p. 36), quando este afirma que “deixar em estado

impensado o seu próprio pensamento, é para o sociólogo mais ainda do que para qualquer outro pensador, ficar condenado a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar”. Logo, a elaboração da história social de emergência do “problema habitacional” e sua atualização é uma tentativa nessa direção.

Os capítulos que se seguem detém os resultados da pesquisa bibliográfica e empírica realizada em 2016. Portanto, os resultados foram organizados de modo a exibir inicialmente o instrumental teórico e metodológico operado, problema de pesquisa, além da problemática, objeto, procedimentos metodológicos e apresentação do universo empírico.

No capítulo dois é feita uma descrição dos condicionantes sócio-históricos de elevação das mobilizações por políticas habitacionais no Brasil e no Maranhão, focando as décadas de 1970, 1980 e 1990 e nele traçar a participação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e de outros agentes coletivos específicos no processo, bem como a inscrição dos meios acadêmico e eclesial, as categorias que foram importadas e reatualizadas na luta e a relação desses elementos com as mobilizações por moradia no Maranhão.

O terceiro capítulo pretende lançar luz sobre os trajetos individuais dos militantes da UEMP/AEAMP. Nele, são apresentados perfis, propriedades sociais, condições de inserção na “luta”, percepções sobre ela, a aquisição de recursos, formas de intervenção na “causa”, trunfos e trânsitos específicos. A discussão do capítulo se deu de modo a expor as relações de poder que estruturam o grupo internamente e exibir regularidades e discrepâncias identificadas.

Por fim, engendra-se uma discussão acerca de elementos específicos do processo de institucionalização da organização analisada, utilizando dados da pesquisa documental e da observação participante. Nele, atenta-se para a formalização da UEMP/AEAMP, as estratégias de articulação política com outros agentes coletivos, o peso das relações institucionais e pessoalizadas, a relação com a clientela, os espaços de circulação de classificações legítimas da “questão urbana” e habitacional, seu repertório político e social, associando a esse fator a consagração de personagens e fatos como estratégia simbólica de afirmação da entidade e de seus porta-vozes.

Situando as Condições de Realização do Procedimento de Entrevista

A opção pelos sete dirigentes se deu em virtude da dedicação à causa e à sua institucionalização na região metropolitana de São Luís, por eles serem reconhecidos por vários outros espaços de demandas sociais, inclusive por instâncias estatais, como componentes de um

agente coletivo (associação habitacional) que inaugurou sua atuação em 2003, ou seja, todos eles fazem parte de uma mesma organização que desempenha papel de mediação entre Estado e camadas populares empregando a bandeira do acesso à “moradia” e a “reforma urbana”.

O universo de militantes recortado por esta pesquisa é relativamente reduzido haja vista a entidade analisada ser composta por sete agentes. A entrevista biográfica com roteiro previamente estruturado foi utilizada como recurso privilegiado para obtenção de informações voltadas tanto aos perfis sociais e culturais quanto às formas de engajamento e recrutamento ativista por causa do caráter mais aberto que supõe maior espontaneidade das respostas, dando vazão às percepções dos militantes.

Com a entrevista elevam-se as probabilidades de um exame mais apurado do posicionamento discursivo do entrevistado perante aquilo que acredita, pois as pessoas pensam a partir de um contexto social e a escuta do pesquisador(a) a respeito das relações que os pesquisados mantêm com outros grupos e as formas como julgam aquilo que praticam cotidianamente no seu espaço de “luta”, dá subsídios para a interpretação das classificações relacionadas à “causa” e que são acionadas por eles nas diferentes situações.

O contato face a face entre pesquisador e pesquisado possibilita a observação das condições de realização da entrevista bem como ressalta seus aspectos qualitativos e não permite que o pesquisador incorra num discurso descontextualizado (BEAUD e WEBER, 2007). Além do mais, a relação objetiva entre pesquisador e pesquisado não exclui dissimetrias manifestas nas regras estabelecidas e na própria posição do pesquisador (BOURDIEU, 2012), de modo que a *reflexidade reflexa* deve se manifestar na postura do pesquisador que deve controlar minimamente os efeitos inevitáveis das perguntas que se faz ao entrevistado num quadro de intrusão arbitrária. Ele irá de certa forma medir as distâncias entre as finalidades de ambos nessa relação, minimizar as distorções, perceber os estímulos dados e provocados no diálogo sem descuidar das minúcias e contornos dados à expressão do interlocutor tecidos no momento da comunicação para interpretar as representações do “nativo”.

E ainda, é importante atentar para o caráter seletivo da atividade de pesquisa que se revela na entrevista como um dos seus instrumentos. Os dados sofrem recortes e as narrativas dos entrevistados recebem formatos para conformarem as delimitações da pesquisa, merecendo igualmente o aporte da reflexividade.

Mesmo com presença quase que diária no espaço da associação, a realização de entrevistas com os sete militantes obedeceu uma cuidadosa negociação prévia com cada um deles, uma negociação não isenta de percalços posto que, de início, a não aceitação de entrevista

nas residências da maioria e indisponibilidade de horários frustrou algumas expectativas (alguns argumentaram que a entrevista levaria muito tempo, comprometendo o desempenho de tarefas domésticas). As reuniões na entidade entre os militantes ou entre eles e os associados, as viagens e atividades fora acabaram exigindo vários reagendamentos com quatro dos sete.

Antes de inquirir cada um deles, procurou-se deixar claros os objetivos da pesquisa, porque seria importante interroga-los e a relevância que teria para o estudo indagá-los sobre alguns aspectos de suas histórias de vida.

Como cinco deles foram entrevistados na própria associação e em meio a dinâmica diária de atividades, as circunstâncias não eximiram o procedimento de interrupções seja porque os militantes tinham que comparecer às reuniões no mesmo espaço seja porque alguém (secretária, cozinheira, associado, etc.) acabava requisitando atenção deles.

Quando isso acontecia, a retomada da entrevista do ponto interrompido se dava num atmosfera desconfortável devido ao cansaço do entrevistado que acabava por se refletir no encaminhamento das perguntas. O aparente desgaste de parte dos pesquisados provocou improvisações no assunto para que eles voltassem a se sentir confortável (o que muitas vezes não funcionou). Algumas perguntas foram antecipadas enquanto outras não menos importantes foram suprimidas de modo não intencional. Em casos assim, foi necessário recorrer novamente aos pesquisados em outras oportunidades para obter as informações que faltavam.

E depois, houve ocasiões em que a ansiedade de três entrevistados em concluir logo o procedimento levava-os a darem respostas muito curtas e objetivas e algumas vezes a tentativa de estimular-lhes comentários mais espontâneos e explanatórios gerava efeito inverso: pausas mais prolongadas.

Além do mais, a familiaridade com os pesquisados, tendo em vista as relações mantidas com eles, com o ambiente ativista foram fatores de atenção. Para o distanciamento do ambiente foi imprescindível estranhar, pôr em suspenso tudo aquilo que denota ligação a ele e àquelas pessoas, principalmente no âmbito linguístico, termos ênicos que circulam no espaço através dos porta-vozes.

A despeito das dificuldades que compuseram as condições de realização de parte das entrevistas e dos possíveis equívocos que acompanharam sua condução, a relação foi produtiva para a pesquisa. Seguindo os objetivos das entrevistas e o roteiro previamente estruturado, direcionou-se perguntas que localizassem origens sociais, predisposições para a militância, investimento cultural, profissional, histórico de engajamento individual dos militantes e de pessoas do círculo familiar. Solicitou-se informações acerca significados atribuídos pelos porta-

vozes à mobilização em torno da promoção da causa, retribuições e preocupações visualizados no processo, atividades desempenhadas pela entidade e modos de promoção de seu objeto de “demanda”.

As indagações tiveram como alvo os seguintes indicadores: profissão e escolaridade dos pais, dos avós paternos e maternos, nível de escolaridade dos filhos, ascendência e descendência política, percurso escolar e atuação profissional dos militantes, acasos e experiências individuais, redes de relações tecidas antes e a partir de inscrição militante inaugural, laços matrimoniais com outros militantes, nível de adesão à “causa” habitacional, pertencimentos étnicos, políticos, orientação religiosa e ideológica.

Por ter um caráter biográfico, o procedimento permitiu apreender elementos econômicos, políticos e sociais que possuem um caráter explicativo a respeito do engajamento deles em uma demanda socialmente legítima, analisando a relação entre percurso biográfico, vínculos, contatos desenvolvidos e modalidades de intervenção.

Na linha da proposta deste trabalho que é de âmbito qualitativo, será esboçada no subtópico a baixo breve tentativa de introduzir o leitor ao universo empírico investigado, descrevendo o espaço físico da UEMP/AEAMP, incluindo sua localização, a importância desse ambiente como ponto de interação dos ativistas da “causa” e destes com a clientela e ativistas de outras “causas”. Deu-se atenção igualmente a relação entre a disposição dos ambientes e objetos (móveis cartazes, bandeiras e banners) com a hierarquização de papéis no grupo e com os emblemas que os ativistas ativam enquanto identificadores desse grupo. Levou-se em conta também a localização de objetos que denotam aspectos da conjuntura local e nacional de relevância para ele.

Para estes apontamentos recorreu-se às observações de campo iniciadas em novembro de 2015 e concluídas em dezembro de 2016 na sede da UEMP em São Luís. Os de “fora” e os de “dentro” são termos aqui utilizados para distinguir as pessoas que normalmente transitam pelo ambiente da sede. De tal modo que os de “fora” se refere às pessoas que não estão engajadas no espaço político objeto da análise e os de “dentro” são aquelas que fazem parte dele, nisto incluso as duas funcionárias da associação. As impressões contidas no texto, em termos de relevância da localização espacial, foram arguidas pelos porta-vozes da organização.

A Sede como Local de “Encontro” e de Relações Interdependentes: apresentando o universo empírico

A atual sede da UEMP situa-se no centro da capital, região de casarões antigos, em que há proximidade com uma série de serviços: hospitais, bancos, secretarias de Estado, instâncias da administração pública municipal e estadual, maior variedade de pontos de chegada e de partida de transporte coletivo que interligam a região com as áreas mais periféricas. Escritórios de advocacia e contabilidade e uma diversificada rede de comércio compõem a morfologia do centro. A opção por essa região da cidade para pôr a base espacial da organização tem razões de ordem logística e política.

Elevam-se as facilidades na procura de alimentos, artigos de higiene e limpeza e materiais de escritório e papelaria para quem está nas adjacências. Dado que entidades aliadas e vários órgãos de Estado integram a imediações, inclusive as sedes administrativas do governo municipal e estadual, assim, a interação torna-se menos dispendiosa em termos de custos com mobilidade urbana e mais estratégica no sentido de proximidade com núcleos de decisões políticas que podem ou não serem alvos de interesse para o grupo. Deste modo, a concentração de pontos de reunião de diferentes agentes coletivos interconectados numa mesma área facilita a comunicação e organização da ação coletiva.

Quanto à relevância disso para a interação com a clientela (associados e lideranças comunitárias de bairros não legalizados), o número considerável de transportes coletivos que chegam ali aliados ao fato de a associação se situar nas imediações de locais onde grande parte dela trabalha, favorece sua chegada à sede e às atividades que, quando não são realizadas lá, acontecem no Sindicato dos Bancários, na Rua do Sol, categoria que esteve historicamente ligada a mobilização pela moradia no Maranhão.

O funcionamento da associação se dá numa casa que se destaca do restante dos imóveis da rua pela bandeira amarela presa à janela com o símbolo material da “causa”, uma forma de revestir um imóvel com características arquitetônicas que fogem daquelas de escritórios ou de empresas, no sentido convencional, de uma evidente conotação política, sendo que o símbolo sintetiza a coisa representada sem deixar de sugerir ao local uma trivialidade semelhante ao do ambiente doméstico. Assim, a divisão do espaço que caberia a uma casa, como é habitualmente entendida na nossa sociedade, foi mantida com algumas adaptações, como a exclusão dos quartos, que foram transformados em salas. Logo, há salas com diferentes funções, banheiros direcionados a determinados usuários, e a cozinha que, sem dúvida, é o ambiente mais intimista.

A primeira sala é a secretaria e tem extensão menor, se comparada às demais. Ai tem bebedouro e é funcional à recepção dos visitantes e da clientela à espera de audiência com dirigentes. É exatamente nessa parte inicial do imóvel que são fixados maior quantidade de banners sobre as ações da organização. Neles são exibidos os conjuntos habitacionais construídos, as etapas de execução das obras e a entrega das chaves aos proprietários, forma de comunicação visual que tem efeitos de marketing sobre potenciais associados (as pessoas de baixa renda com vínculo formal com a entidade) e simpatizantes, beneficiando a afirmação da ação coletiva e seus porta-vozes. Reuniões entre os membros do grupo, destes com aliados ou ainda de aliados entre si (a sede é disponibilizada a outros movimentos populares quando solicitado) ocorrem na segunda sala. Além disso, nesse espaço, são construídos os projetos sociais para captação de recursos financeiros. Aí tem uma mesa em dimensão retangular de grandes proporções e com cadeiras em volta.

A terceira sala não tem porta. Fronteira ao restante dos cômodos, ela é um espaço de circulação comum, acomodando os militantes que têm a atribuição de revisar e preparar documentação de associados. Daí a disposição de prateleiras, uma escrivaninha e uma mesa com cadeiras. Distintos cartazes são afixados nas paredes: anúncios de ações das organizações parceiras, financiadores, reivindicações de outros segmentos, de ações governamentais e “notas de repúdio” são afixadas aí. Nota-se que tal expressão visual permite entrever os posicionamentos do grupo por outras esferas de reivindicação política (cartazes sobre ações governamentais, sobre o feminismo, racismo e violência contra criança e adolescente), ideias valorizadas pelo grupo, colaboradores e adversários e assuntos da conjuntura local e nacional que agradam ou desagradam os militantes. Esse espaço é o mesmo que concentra os representantes na pausa após o almoço para assistirem televisão juntos, geralmente o noticiário da tarde. Ao lado tem um banheiro, que é de uso das visitas e dos militantes que trabalham no manuseio de documentos e dos que elaboram e acompanham aplicação de projetos sociais.

Situada ao lado da cozinha, a sala dos ativistas que coordenam a associação tem portas com trancas e é a parte mais restritiva do imóvel. A circulação por ela é limitada aos dirigentes e àqueles que são recebidos e ouvidos pessoalmente por eles. Há duas escrivaninhas com cadeiras e um armário no local. Esse espaço tem banheiro próprio.

Atenta-se que as regras são implícitas. Nenhuma norma é diretamente prescrita à quem é do local e nem aos visitantes. Tudo isso foi se constituindo processualmente no trato diário entre os que circulam ali. A sala dos que tomam as decisões e administram a organização está sempre fechada quando eles não estão lá, sendo diferente dos outros cômodos, o que

simbolicamente marca uma hierarquização dos que compõem e fazem esse espaço funcionar. Apesar de todos os ambientes serem demarcados de alguma forma, todos estão inter-relacionados. Eles exibem uma divisão de papéis que surgiu com as motivações e a dinâmica das necessidades recíprocas construídas pelo grupo, posto que necessidades e motivações foram se desenhando nas relações dos membros entre si e destes com o todo (a organização, objetos de demandados, clientela e aliados). Logicamente, segundo Elias (1999), observa-se que a interdependência funcional envolve diferenças de poder.

Já os três últimos cômodos englobam o banheiro das funcionárias (secretária e cozinheira), o arquivo que concentra o registro documental e iconográfico da história da entidade e informações sobre os empreendimentos habitacionais e a cozinha. Esta é o ambiente onde é possível visualizar melhor o tipo e intensidade de vínculos que congregam militantes e aderentes e o controle da palavra. Malgrado serem 7 os ativistas da organização, o imóvel tem sempre maior quantidade de pessoas circulando. Comumente por lá passam associados mais antigos, lideranças comunitárias de zonas em disputa fundiária (chamados “ocupantes”), amizades de partido, de outros movimentos e parentes e amigos de militantes e das funcionárias.

A abertura aos de “fora” colabora com a alquimia social da representação não só porque mediadores e aquilo que advogam estão em evidência para os representados, objetivados em tal espaço, mas, além disso, existem oportunidade de construção e reprodução de laços de confiança, cooperação e afeto que são imprescindíveis à manutenção material da própria sede e da mobilização social. Nesse contexto, a sede é local de “encontro” e onde melhor se visualiza trocas materiais e simbólicas entre militantes e entre militantes e aderentes.

É uma associação; os sócios contribui até enquanto pode e às vezes tem um recurso pra comprar comida...aqui acaba sendo um abrigo pra muita gente. Pode ver que o povo sempre passa por aqui, aqui sempre é um guarda-chuva. Sempre o povo marca de se encontrar por aqui, pra tomar um café por aqui, pra comer se tiver alguma coisa aqui ou então compra quentinha e vem comer aqui. **Mas isso é muito por conta do espírito militante de cada um. Isso é indispensável pra continuação da entidade, se não fosse isso a gente já tinha fechado as portas a muito tempo** (Entrevista com a coordenadora da UEMP em 15/08/2016, grifos nossos).

É na esfera micro desse universo que se observa que determinadas trocas materiais: empréstimos para custear aluguel, despesas com viagens e contribuições para compra de alimentos são, em muitas circunstâncias, determinantes para a sustentação da estrutura física da organização, havendo, retribuição nos mesmos moldes pelos membros dela nas relações com aliados e pares militantes.

O ar “familiar” do ambiente e daqueles que o constituem² é um elemento fortemente integrador e atrativo para os seguidores e para funcionários, porque imprime lógicas de identificação com os porta-vozes e as ocasiões de almoço são as mais oportunas para isso. Daí a cozinha da associação habitacional ser o cômodo mais amplo do imóvel, mais do que a segunda sala. Ela tem duas mesas retangulares contíguas no centro do espaço com cadeiras no entorno que suscita uma atmosfera “acolhedora”.

A refeição coletiva possibilita diariamente contato direto (face à face) dos militantes que pertencem ao ambiente da sede (os de “dentro”) com os de outras esferas de atuação política e com parentes (os de “fora”). A espontaneidade da situação revela de forma sutil ou manifesta os acordos e desacordos que perpassam os domínios por onde esses militantes, aliados e adversários transitam e a partilha verbal dessas experiências, como eles as interpretam. As conversas abrangem desde fatos e acontecimentos pessoais e cotidianos uns dos outros³ a assuntos da pauta política local e nacional. A cozinha é outrossim o ambiente das comemorações do grupo que são as recepções preparadas para os aniversariantes. Aí incluídos ativistas e funcionárias. Consoante a posição de quem está aniversariando, mais pessoas são convidadas a participar. Comemorações e homenagens para a mais idosa do grupo que é quem concentra maior tempo de engajamento na temática habitacional, por exemplo, têm entre os convidados, filhos, netos e pessoas que fizeram parte de seu percurso na militância. A diversidade de convidados diminui em se tratando de outros aniversariantes do grupo. Já quando a comemoração se dirige à coordenadora da entidade a recepção é feita na casa dela e tem maior quantidade e diversidade de convidados que inclui pares partidários e agentes governamentais.

² Impressão tida por aqueles que circulam no ambiente, inclusive para a pesquisadora.

³A vida pessoal de cada um quase sempre é o que primeiro motiva a comunicação dos comensais e, longe de tal fato significar a divisão do grupo, ele concorre para sua coesão. O movimento de mexericos (em alguns casos ácidos) sobre quem está ou não está presente no ambiente, incluindo detalhes pessoais de afetos militantes de outros segmentos e funcionários, na maioria das vezes tem um formato misto de depreciação e estima e torna o convívio mais interessante para eles. Assim, a transmissão de assuntos particulares, quase sempre em tom bem humorado, entretém os “de fora” e os “de dentro” e fortalece os laços que os une ao mesmo tempo em que é um dispositivo de controle recíproco do comportamento de cada um e estreitamento de confiança. Um exemplo que pode ser citado é a ocasião da narrativa, pelo coordenador financeiro da entidade, de uma inspeção policial repentina que ocorreu quando este, outro militante da organização e alguns amigos deles estavam num veículo particular a caminho de suas residências. O grupo vinha conversando descontraidamente e, em dado momento, o veículo, que estava parado no semáforo e com as janelas abertas, ficou lado a lado com um carro da polícia. Então, uma passageira que estava com os militantes, tentando potencializar o humor da conversa, gritou. Nesse momento, os policiais ouviram e pediram que os passageiros saíssem. Todos saíram do carro com as mãos pra cima nitidamente receosos. A mulher rapidamente esclareceu que se tratava de um engano e que ninguém a estava agredindo. Esse acontecimento se tornou motivo para “temperar” a hora do almoço. Todos ali presentes riram do possível desfecho negativo do incidente, pois todos sabem que o motorista, um dos dirigentes da associação, não tem carteira de habilitação e a documentação do carro estava irregular, sendo que os policiais não atentaram para isso. Claramente, o relato foi ironicamente usado para depreciar a conduta do motorista que tem posição importante naquele espaço político e divertir os comensais.

Menciona-se que nas ocasiões de cordialidade e impessoalidade desenvolvidas na cozinha os tópicos debatidos seguem a tomada da palavra pelos mandatários ou pelo principal mandatário, muito embora cada pessoa presente opine e, dependendo da discussão e do falante, haja discordâncias (o acúmulo de atributos social e politicamente valorizados contam muito nesse meio), as atenções são dirigidas para o ego que é quem acaba ditando interpretações “legítimas” sobre o que está em discussão e arbitra contendas e desavenças no grupo em diferentes circunstâncias que não se restringem ao momento do almoço⁴.

Acontecimentos assim movimentam a comunicação nesse espaço e mostram que o investimento de militantes nas cadeias de relações pessoais não ocorre de forma utilitarista. Os laços de solidariedade surgem com a dinâmica da própria “luta” e as impulsionam, acompanhando a trajetória dessas pessoas e organizações por onde transitam. O grau de fidelidade às relações pessoais nesse meio colabora com a eficácia do acionamento do *vínculo* em situações importantes para a manutenção do poder do grupo na relação com oponentes e ajudam a explicar a manutenção de posição de comando dentro do grupo.

O espaço tangível das interações cotidianas que perpassam o engajamento militante dos porta-vozes da organização alvo do estudo concentra símbolos, discursos e representações de uma ação coletiva cuja materialidade e expressividade ocultam mecanismos que compõem um processo de afirmação sócio histórica e isso está para além do espaço imediato (numa perspectiva sincrônica), impondo ao pesquisador pensar o fenômeno e os elementos que ele encerra também diacronicamente, recorrendo a gênese dessa ação coletiva e das relações que lhe configura localmente.

⁴ Por intermédio de aplicativo de mensagens foi possível observar algumas circunstâncias de desentendimentos e disputas acerca de planejamento de ações envolvendo os membros da associação e até atritos por questões relativas ao convívio com as funcionárias. Tais circunstâncias demonstraram que as avaliações do ego sobre os pretensos motivos das discórdias eram aceitas tacitamente, seus argumentos predominaram sobre os demais, aplacando os ânimos.

CONDIÇÕES SÓCIO HISTÓRICAS DE EMERGÊNCIA DA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL NO BRASIL: as três últimas décadas do século XX

Em consonância com a reflexão desenvolvida por Lenoir (1998, p. 95), a emergência de temáticas socialmente legítimas ou “problemas sociais” resulta de duas séries de fatores:

das transformações que afetam a vida cotidiana dos indivíduos na sequência de diversas reviravoltas sociais cujos efeitos diferem segundo os grupos sociais; no entanto, essas condições objetivas apenas dão origem a um problema social quando este chega a receber uma formulação pública. Tal fenômeno remete a segunda série de fatores (trabalho de evocação, de imposição e de legitimação (...)) Resta uma terceira fase: o processo de institucionalização que tende a imobilizar e fixar as categorias segundo as quais o problema foi colocado e resolvido ao ponto de torná-las evidentes para todos.

A ocorrência de “problemas sociais” advém de um processo amplo, abrangendo uma série de fatores com diferentes fases que incidem na sua institucionalização e nas “soluções” vitoriosas. Inicialmente, para que isso ocorra são necessárias pressão e expressão de um discurso, mas esse fator por si só não basta. A força de um discurso e das representações que lhe cabem está intimamente relacionada às condições objetivas que afetam as pessoas, às características sociais daqueles que o produzem, à capacidade do porta-voz em exprimir e impor esse discurso no cenário dos debates públicos mediante determinadas condições. Essa mobilização implica, por exemplo, organização de reuniões e debates entre os proponentes, manifestações em espaços públicos, organização de entidades específicas, difusão de ideais pelos veículos de comunicação.

Na terceira fase do processo se dar a consagração estatal dos “problemas” os quais passam, então, a serem reconhecidos como questões que exigem “soluções”, o que se manifesta através de regulamentações (plano jurídico), que fixa categorias sob as quais o “problema” será visualizado, sancionam a criação de organizações específicas e transferência de aporte econômico que incidirá na elaboração e operacionalização de políticas públicas. Nesse plano, as soluções são construídas e avaliadas pelos “especialistas” (ou áreas disciplinares) e porta-vozes que estiveram na gênese de sua discussão enquanto reivindicação. Não é sem motivo que as medidas instituídas recebam formatos continuamente flutuantes no âmbito das políticas públicas, pois elas compartilham das características sociais e profissionais dos agentes que contribuíram para sua definição, o que é um fator elucidativo do seu caráter móvel, uma vez que está implícito o peso das relações de poder em sua perene modificação (IBIDEM, 1998). Assim, o credenciamento de uma “causa” acontece por meio das relações de interdependência entre agentes, sendo que fatores dinâmicos situados em distintos domínios do mundo social

concorrem para definição das “demandas” alçadas à agenda estatal (OZLACK; O, O’DONNEL, 1974).

Partindo dessas orientações, os objetivos deste capítulo se dirigem à delinear condicionantes econômicos, políticos, sociais e culturais da promoção da moradia e da “questão urbana” (de uma forma mais ampla) como alvos de interesse público no Brasil. O plano mais geral permite entender, em termos processuais, o alcance que estas ideias tiveram para a mobilização coletiva no Maranhão, os desdobramentos que a interação entre agentes coletivos no plano central (nacional) provocou termos de alinhamentos políticos e constituição de mediadores legítimos da “causa” no estado. Importa ademais à análise, entender como transformações importantes trazidas pelo contexto de redemocratização, ou seja, os mecanismos administrativos viabilizaram a inclusão de setores da população em processos decisórios culminando em políticas públicas específicas, sobretudo nos governos Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. A exposição do capítulo considera os reflexos disso na redefinição de espaço autorizado para discussão da “moradia” e do “urbano” no Maranhão incluindo aí um significativo conjunto de elos (instáveis e perduráveis no tempo) que são criados por agentes com perfis sociais semelhantes, localizados em diferentes domínios de atuação social, mas politicamente articulados e que acabam ditando ações socialmente legítimas.

Optou-se por tomar como principal palco dos acontecimentos que desencadearam a organização coletiva pela questão urbana e habitacional a cidade de São Paulo, por ser o centro industrial do país, pela grande concentração de organizações políticas e sociais que foram especialmente fortes durante a ditadura de 1964 e que influenciaram nos desdobramentos políticos e sociais das décadas seguintes e porque é nesse espaço que se originou a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), organização à qual é filiada a associação objeto de investigação. São Paulo, de modo mais acentuado, concentrou mobilização de segmentos direcionados à reivindicação de moradia e de serviços de infraestrutura urbana, envolvendo uma variedade de agentes num trabalho de importação e redefinição de categorias discursivas e um processo educativo intenso nos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990.

O impulso econômico gerado pelo fomento à industrialização impetrada pelo governo militar na década de 1970 no Brasil incidiu na migração do campo para a cidade, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro, os maiores polos industriais, sofreram um acréscimo populacional e incremento na expansão urbana (KOWARICK; BONDUKI, 1994). Guiados pelas “promessas” do discurso desenvolvimentista, levas de migrantes se somaram às populações desses espaços

se submetendo a condições de muita instabilidade no mundo do trabalho. Com níveis salariais baixos, a saída para garantir habitação se deu na compra de lotes desprovidos de qualquer melhoria urbana em regiões periféricas da cidade.

Neste período a expansão horizontal das cidades referidas acima ampliou-se em virtude da dispersão de loteamentos clandestinos. Segundo Bonduki (1992), entre 1970 e 1980 o número de favelados cresceu 45% ao ano em São Paulo, ampliando, outrossim o número de moradores nos chamados cortiços e casas de aluguel.

Com o passar do tempo houve alterações na legislação que tornou mais rígida a abertura de loteamentos clandestinos. A quantidade de terras “disponíveis” em torno da cidade foram escasseando, provocando aumento do preço do lote e, com a elevação nas tarifas do transporte coletivo, o acesso às regiões distantes das áreas centrais da cidade foi dificultado. O padrão de ocupação urbana periférica, não conseguindo absorver com a mesma abrangência de antes a “demanda” dos setores populares, provocou tensões sociais no acesso à glebas urbanas para construção de moradias.

Tudo isso acontece num momento de recessão internacional que pôs em xeque o chamado “milagre econômico”, acirrando o desemprego e subemprego no país, tornando mais dispendioso o pagamento de alugueis e influenciando na busca por alternativas habitacionais pela população de baixa renda.

Por outro lado, os canais de comunicação abertos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) deram significativo incentivo à organização popular nos bairros periféricos permitindo a formação de quadros militantes na década de 1970. De fato, muitos militantes engajados nas pastorais como, por exemplo, a Juventude Operária Católica (JOC) inseriram-se em movimentos populares, sindicais e em associações de bairro nesse período na cidade de São Paulo. Isso só pode ser compreendido se considerado o contexto mais amplo de reconfiguração de interpretações e posicionamentos de setores da Igreja em movimentos de contestação política na América Latina após o Concílio Vaticano II e do Conselho Episcopal Latino Americano de Medellín realizado em 1968 (MAINWARING, 1989)⁵. Os dois eventos e seus condicionantes são imprescindíveis para a compreensão da origem das CEBs, da emergência da Teologia da Libertação e dos princípios que orientaram a inserção do corpo eclesial no meio operário e

⁵ O autor, tendo como ponto de partida a Igreja Católica do Brasil, examina sua história no que toca o período de 1916 a 1985. Ele considera analiticamente as transformações e permanências de crenças e posicionamentos políticos da instituição e de seus agentes ao longo desse período cronológico. O centro de sua análise é exibir elementos explicativos para a origem, desenvolvimento e impasses da chamada Igreja “popular” ou “progressista” a qual irá promover uma visão política de sua própria atuação durante o regime ditatorial de 1964 e as implicações do seu trabalho teológico e pastoral junto às classes populares rurais e urbanas para a promoção de “causas” sociais e para o processo de redemocratização do país.

sindical, desenvolvendo atividades que formaram lideranças locais. A fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é compreendida como motivadora de organizações de esquerda onde a Ação Popular (AP) é exemplificadora nesse sentido. Ela foi forjada no interior da Ação Católica Brasileira, resultante da tensão entre setores “conservadores” e “progressistas” da Juventude Universitária Católica (JUC) (REIS, 2015).

O trabalho cotidiano de inculcação de percepções relacionadas ao acesso à terra e aos bens de consumo coletivo pelo trabalho político e pastoral de setores da igreja católica influenciou na visibilidade política destes no cenário metropolitano, existindo também uma conexão entre as lutas de bairro e aquelas que se processavam no espaço sindical. A título de exemplo, a paralização de fábricas em São Bernardo do Campo em 1980 teve auxílio de organizações que sedimentavam cotidianamente reivindicações por melhorias urbanas como transporte coletivo, saneamento, iluminação pública e asfaltamento de ruas (KOWARICK, 2000). Assim, muitos militantes, antes de assumirem uma ação nas fábricas, passaram por organizações centradas nos bairros.

O posicionamento mais “politizado” da igreja católica na arquidiocese de São Paulo quanto às questões sociais vivenciadas no Brasil a partir de 1970, se tornou força de oposição ao regime ditatorial se refletindo em outras partes do país, muito embora o envolvimento de clérigos já fosse algo visível em outras regiões (o caso de engajamento de religiosos no nordeste é incontestável). Padres e freiras se empenharam junto à classe operária na década de 60, mas foi em anos posteriores que, para Mainwaring (1989), a arquidiocese de São Paulo, sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, tomou por prioridade a atuação das pastorais sociais e das CEBs na promoção dos direitos humanos que foram vinculados, a nível nacional, à questão da pobreza. No final dos anos de 1970 o surgimento da Pastoral de Favelas reivindicando água, energia elétrica, projetos de urbanização e posse de terrenos pode ser atribuída à essas concepções e ação do meio eclesial.

Sob tal contexto, foi em São Paulo que a organização coletiva pela moradia englobou, além desse setor, movimentos sindicais, associações de bairro, grupos de jovens, CEBs, Comissão Pastoral Operária (CPO), Pastoral da Moradia e Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), favorecendo em 1981 o início, na capital, de ocupações coletivas de terras ociosas públicas e privadas, principalmente na zona leste (BONDUKI, 1992). Essas práticas tiveram grau diferenciado de repressão por parte do Estado de acordo com as circunstâncias que puderam apontar ou não para negociações diretas. Significa dizer que essas negociações, diante da configuração política local sempre cambiante, com arregimentação de aliados e rivais,

puderam resultar ou não em lucros e perdas para lideranças de bairro engajadas em tais práticas e para o próprio delineamento dos movimentos de moradia aí localizados.

Conforme se deu a abertura dos canais institucionais à participação, a ascensão política de parlamentares eleitos pelo PT e da incidência de políticas neoliberais na América Latina, que se refletiu nos incentivos dados ao mercado da construção civil, mais ocupações coletivas se sucederam em grandes cidades do Brasil. No centro industrial do país, é criada em 1987 a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) por meio da inserção de militantes de variados segmentos populares da zona leste assessorados por ONGs como a Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), pelo Centro de Assessoria de Autogestão Popular (CAAP) e com a presença de alas progressistas da igreja católica e dos meios acadêmicos (PAZ, 1996). O objetivo da formação do movimento ou de sua institucionalização foi o fortalecimento político das reivindicações em massa por melhorias urbanas e proposição de projetos à atuação estatal em temas relativos a mobilidade urbana, habitação, saneamento, saúde e educação em áreas de periferias.

É inegável o fato de que a posição de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do recém criado Partido dos Trabalhadores (PT) vinculados às “demandas urbanas” contribuíram para dar legitimidade à atuação da UMM-SP, conforme galgavam postos decisórios nas diferentes escalas de representatividade. Objetivamente, a posse de recursos políticos (acesso a cargos governamentais), culturais (assessorias jurídica e educacional) e materiais (auxílio financeiro) por representantes desses partidos e advogados duplamente inseridos nos universos político e social possibilitaram inúmeros triunfos ao segmento (IBIDEM, 1996).

A organização da UMM-SP consegue se estender para o interior do estado agregando novos agentes coletivos, o que lhe garante maior legitimidade junto aos grupos representados e ao poder público. Suas formas de intervenção combinando ocupações de terras, passeatas, ocupações de prédios públicos e negociação direta com agentes de Estado marcam “demandas” às autoridades e incutem confiança em seus adeptos.

A ação coletiva de ocupações de terras ocorridas nos anos de 1980 nas zonas sul e leste de São Paulo foram em grande medida inspiradas e mobilizadas pelo florescente Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que nesse plano unifica sua bandeira de luta com as dos movimentos de moradia. Daí o sentido que é atribuído a expressão “aliança do campo

com a cidade”, comumente repetida pelos ativistas desses grupos ratificando o grau de coalizão deles.

Em geral, a circulação das noções e valores que orientam para a ação e para a formação de identidades coletivas se fizeram presente nas ocupações por meio de palestras e plenárias e outras ocasiões de reunião entre ocupantes e militantes de partidos, membros da igreja e do próprio MST. O acionamento de bandeiras de luta, como “direito à cidade”, “reforma urbana”, “participação popular” e “autogestão” em circunstâncias de enfrentamento à agentes privados e à autoridades governamentais a partir da interação em amplas redes sociais, condensaram e interligaram os objetivos que uniram os membros de organizações de movimentos ali presentes.

As noções referidas acima e que são habitualmente ativadas pelos porta-vozes da problemática urbana e habitacional podem ser localizadas numa relação de importação, reapropriação e reelaboração de significados que apontam os referenciais pactuados num campo de forças (CORADINI, 1994). Desde o final da década de 1970 essas ideias balizam a pauta reivindicativa e propositiva de “movimentos sociais” quando o assunto é políticas públicas de habitação, formando um imaginário comum.

Por ser difundida atualmente por militantes de movimentos sociais, de partidos, por pesquisadores e agentes de governo como o alicerce no qual se assenta as acepções reportadas, a categoria “direito à cidade” revelou-se o canalizador de interesses no período de redemocratização, mobilizando uma gama de setores da população, articulando-lhes politicamente e dando-lhes um alvo a ser perseguido no plano prático. Ela foi inicialmente assinalada pelo filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre na obra homônima (*Le Droit à la ville*), publicada originalmente em 1968 e traduzida para o português em 1969.

Em sua acepção, este autor atribui ao conceito um caráter alternativo de sociabilidade, concebendo que as contradições engendradas pelo capitalismo vão além do mundo do trabalho ou da fábrica. Ele considera que o espaço urbano, enquanto resultado das contradições do sistema capitalista, passa a ser o lócus de uma alienação das relações cotidianas, que seriam marcadas por uma vida programada e sem espontaneidade, onde o trajeto casa-trabalho é visto como sua maior expressão. A intervenção do Estado por meio do planejamento urbano centrado num viés técnico de especialistas desencadearia contradições e reificação da vida cotidiana (LEFEBVRE, 2001). O “direito à cidade” é uma designação utópica para ressignificação das relações sociais no espaço da cidade tomada num sentido “emancipatório”, que para o autor, só poderia acontecer se ela não estiver sob as prescrições e proscricções do Estado. Logo, em tese, ele advoga contra o Estado.

Com a publicação de “A Questão Urbana” nos anos de 1970, Manuel Castells dar créditos ao pensamento de Lefebvre e faz uma reapropriação de seus argumentos ao mesmo tempo que procura se distinguir, dando novos significados ao “direito à cidade” (TAVOLARI, 2016). Deixando de lado o idealismo filosófico de Lefebvre, Castells relaciona à famigerada categoria o processo de “consumo coletivo” mediado não pelo mercado, mas pelo Estado e suas políticas públicas. As temáticas saúde, educação e habitação são pensadas por ele como meios essenciais de reprodução da “força de trabalho”, e isto compreende a base da chamada “política urbana” que passou a circular no jargão de peritos governamentais, de ocupantes de cargos eletivos, de pesquisadores e militantes de movimentos sociais. A leitura marxista de Castells identifica um conflito não entre capital (no sentido econômico) e trabalho, e sim entre trabalhadores (em sua ação coletiva) e o Estado (ARANTES, 2009).

Castells acentua a problemática urbana a partir da mobilização de movimento sociais e diferentemente de Lefebvre, que a considerava de forma mais ampla, toma as “demandas” por moradia como um dos lócus de seus estudos. É percebido que a ideia “direito à cidade” passa de uma negação ao Estado e ao capitalismo e suas formas de opressão no espaço urbano em Lefebvre para uma concepção que, pelo viés de Castells, mobiliza a luta e acaba afirmando o Estado e seus mecanismos legitimadores. Essa análise confere aos movimentos sociais urbanos lugar de protagonismo no cenário das ações estatais que visam manter em níveis “toleráveis” os efeitos das relações capitalistas no espaço da cidade.

A escola marxista francesa de sociologia da segunda metade do século XX representada por Lefebvre e Castells exerceu grande influência sobre a América Latina. No Brasil, Paul Singer, Lúcio Kowarick, Milton Santos, José de Souza Martins, Hermínia Maricato e Raquel Rolnik tiveram seus estudos inspirados nessa corrente teórica. A Arquitetura, Serviço Social, Sociologia, Economia e, de maneira mais profunda, a Geografia, inscrevem-se no rol de disciplinas que movimentaram intelectualmente percepções das relações socioespaciais imbricadas aos imperativos analíticos dos autores apontados.

Pelo contexto no qual se deu a recepção das ideias de Lefebvre, de Castells e de seus intérpretes, ou seja, no quadro da ditadura civil-militar, estas acabaram por desenvolver um apelo simbólico considerável. O autor foi promovido graças a mediação de “O Capital” de Marx. Este serviu como ponto de partida para ler e estimular, nos principais espaços políticos e acadêmicos do país, conceitos de estudiosos contemporâneos que, como Lefebvre, foram influenciados por suas teses (TAVOLARI, 2016).

Na segunda metade da década de 1970 José de Souza Martins, sociólogo brasileiro, promoveu seminários sobre o livro “O Direito à Cidade”. Na época, Martins era professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP) ao estudar o tema Renda da Terra (questões voltadas à especulação imobiliária) também recorreram ao pensamento de Lefebvre no mesmo período (IBIDEM, 2016). Ademais, intelectuais marxistas agrupados em torno do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) começaram a desenvolver uma série de pesquisas avaliando a correlação entre os tópicos “subdesenvolvimento” e “reprodução da força de trabalho”. O objetivo era entender as peculiaridades do processo de urbanização brasileiro gerado pela reprodução da “força de trabalho” de forma “precarizada” no espaço urbano, em outros termos, a partir do acesso incipiente aos serviços urbanos de consumo coletivo (ARANTES, 2009). Como o campo empírico foi preferencialmente a cidade de São Paulo, tal fator contribuiu para dar acento às ações coletivas em prol da “moradia” e da “questão urbana” nessa região, o que repercutiu no restante do país, ao mesmo tempo em que aclimatou conceitos da sociologia francesa.

Os significados encobertos pelo rótulo “direito à cidade” tiveram grande repercussão na mobilização popular, porque os intelectuais que dele se apropriaram estabeleceram vínculos com os movimentos sociais urbanos. Nesse sentido, é factível a função de mediação remetida por eles a si mesmos quando se trata de questões sociais. Lembrando Pécaut (1990), no Brasil o intelectual militante imputa a si a capacidade e a legitimidade de definir o que é o social e as condições de sua realização. Para o autor, a elaboração de problemáticas legítimas compõem os meios para perpetuar uma “missão” desses agentes junto às camadas marginalizadas e às ações do Estado, demonstrando modos de representar o fenômeno político, conectando as esferas intelectual e política.

Incluída no mesmo séquito de reivindicações e disputas, a “reforma urbana” é percebida por seus porta-vozes no momento presente como sinônimo de “direito à cidade”. Ermínia Maricato, ao se reportar às consequências do acesso desigual ao solo e aos serviços urbanos coletivos, menciona numa entrevista de 2014 que “reforma urbana é direito à cidade. É a democracia urbana”⁶, revelando amálgamas e redefinições de duas acepções que não foram “originariamente” pensadas assim e que se afirmaram a nível nacional graças aos investimentos

⁶ MARICATO, Ermínia. “Reforma Urbana é Direito à Cidade”. Rede Brasil Atual (RBA), 1 out. 2014. Entrevista a Davi Carvalho. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/padrao-brasil/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-333.html>. Acesso em: 10/01/2017.

políticos e intelectuais dessa agente que ocupa de posição de destaque em segmentos de esquerda.

Na qualidade de categoria intelectual, a “reforma urbana” no Brasil pode ser remontada primeiramente ao início dos anos 1960 quando, no bojo das transformações socioespaciais acirradas pelo processo de industrialização e urbanização na primeira metade do século XX, suscitou debates entre os especialistas da arquitetura. A construção de Brasília deu fôlego à discussão do assunto em virtude da notoriedade dada à posição do profissional da arquitetura. Muitos deles, vinculando-a a um papel social, mobilizaram a legitimidade da expertise para se engajarem na questão urbana (RIBEIRO; PONTUAL, 2007).

De modo geral, na época, o discurso desses especialistas salientou que o “problema” da habitação não estaria resumido ao espaço da casa em si, mas abarcaria todos os elementos que compõem a estrutura física das cidades, isto é, a forma de disposição ou alinhamento dos variados elementos que compreendem o meio urbano: escolas, parques, rede de esgoto, lojas, mercados, igrejas e edifícios. Mais do que os aspectos estéticos, o cerne das preocupações eram as variáveis econômicas e sociais do fator arquitetônico e sua relação com as ações governamentais (IBIDEM, 2007).

As percepções em voga, partiam, então, das referências intelectuais da ideia de “reconstrução da sociedade”, que balizou a arquitetura europeia entre os anos 1920 e 1930. O entendimento era o da prática da arquitetura como instrumentos de reconstrução das estruturas da sociedade e dos comportamentos humanos. O “desenvolvimento social” imbuído de uma perspectiva dita de “equidade” entre as classes sociais era o alvo a ser perseguido pelo planejamento urbano. A atuação do padre Louis-Joseph Lebret no Brasil ajudou a difundir esses pressupostos, pois na condição de perito em “desenvolvimento” e participante do debate eclesial no Concílio Vaticano II, ele formou equipes de planejadores e assessorou governo, empresários e grupos da esquerda no país (GODOY, 2015).

Louis-Joseph Lebret

Nascido em 1897 na França, Louis-Joseph Lebret foi oficial da marinha nacional e chegou a participar da Primeira Guerra Mundial. Em 1923 deixou a marinha e ingressou na Ordem Dominicana, sendo ordenado sacerdote em 1928. Além da formação teológica, investiu fortemente na Matemática e na Economia. Em 1941 ele funda o movimento “Economia e

Humanismo” que, reunindo intelectuais, leigos e clérigos a partir da Ação Católica francesa preconizava uma ideia de desenvolvimento econômico simétrico, contendo princípios contrários à economia liberal clássica sem deixar de acentuar a propriedade privada. Lebreton e seus seguidores defendiam uma perspectiva de crescimento econômico que priorizava a organização econômica de segmentos marginalizados como resposta a superexploração do trabalho. Várias orientações teóricas influenciaram os pressupostos do movimento fundado por este clérigo na França: correntes marxistas, concepções durkheimianas, racionalismo matemático de Le Play e ainda métodos de análises urbana e rural com uso de estudos etnográficos de Chombart de Lauwe e Maurice Halbwachs, das pesquisas urbanas desenvolvidas pela Escola de Chicago e nos estudos do geógrafo Yves Lacoste. Após a Segunda Guerra Mundial, intelectuais e técnicos ligados ao “Economia e Humanismo” estiveram à frente de pesquisas e projetos dirigidos a avaliar os efeitos dos bombardeios nas cidades francesas mais atingidas, propondo ações governamentais nas áreas de habitação, parque industrial e produção de alimentos nos meios urbano e rural visando um tipo de “bem estar coletivo” que seria oriundo da “equidade” e da “solidariedade” entre as classes sociais. Isto configuraria a ideia de desenvolvimento concebida pelo agente e seu grupo. Lebreton ganhou prestígio internacional ao coordenar a equipe de planejadores, economistas, sociólogos, geógrafos e urbanistas envolvidos nesse processo e pela criação da Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé. Essa instituição realizou diversos cursos oferecidos a pesquisadores, técnicos de Estado e lideranças políticas da América Latina, África, Oriente Médio e Ásia com vista à redução das desigualdades sociais. Teve participação importante no Concílio Vaticano II no que tange o diálogo da Igreja Católica com as transformações econômicas, políticas e sociais trazidas pelo pós guerra. As equipes de planejadores constituídas por Lebreton no Brasil fundaram a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS). A SAGMACS empreendeu pesquisas com vistas ao planejamento urbano e regional de vários municípios e estados do país e manteve escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e atividades em Recife. A atuação de Lebreton e do movimento “Economia e Humanismo” exerceu grande influência sobre os posicionamentos de intelectuais, agentes de Estado e grupos da Juventude Católica nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo, nas questões relativas à reforma agrária, à especulação imobiliária e sobre a defesa de ações governamentais redistributivas e investimentos industriais. Em relação aos elementos apontados, ver Godoy (2015). Já no que tange os estudos de Lebreton e da equipe técnica por

meio da SAGMACS quanto às aglomerações urbanas na cidade de São Paulo na década de 1950, Cestaro (2009) apresenta uma análise da prática de planejamento para a cidade.

Para os planejadores desse período, a cidade era comparada ao organismo humano que, como tal, incorreria em “anomalias”, “deformidades” e, portanto, necessitava de “remédios”. “reformatar” a cidade seria equacionar problemas da vida cotidiana representadas pela explosão demográfica, especulação imobiliária e deficiência dos serviços públicos. O discurso da “reforma urbana” tinha um conteúdo político forte no qual era pregado o acesso à terra urbana aproximando-a à reforma agrária (IBIDEM, 2007). A revista “Arquitetura” veiculada na época, procurou, nesse contexto, problematizar essas ideias relacionando-as à institucionalização de ações no âmbito do planejamento. Os debates construídos em torno dos tópicos foram interrompidos com a ditadura civil-militar de 1964 e retomados no final dos anos de 1970.

Foi na conjuntura de elaboração da constituinte que a “reforma urbana”, de fato, integrou o repertório dos movimentos de moradia, sendo mobilizada na disputa com outros agentes por espaço político. Assim, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, criado em 1985 aglutinando uma série de organizações sociais, definiu a “reforma urbana” como “ética social”, que para seus agentes mediadores seria uma modo de organização do espaço das cidades guiado por noções valorativas como “justiça social”, “cidadania” e “gestão democrática”. A acepção de “direito à moradia” foi redesenhado com a dinâmica da luta uma vez que, se a preocupação de ocupantes de terrenos no início da década de 1980 era a obtenção da casa, agora esta preocupação se ampliou passando a incorporar representações sobre a “cidade”, isto é, reivindicações que, além da casa, englobam serviços oferecidos na cidade e a participação na proposição desses serviços por setores da população que, numa conjuntura de transição política, enaltecem “valores democráticos”. Por esse motivo, as versões em voga pelos intérpretes do “direito à cidade” e da “reforma urbana” se confundem. Elas visam dar às lutas urbanas, no período de transição à democracia formal, um caráter mais amplo e agregador⁷.

Disso resultaria as normas institucionais relacionadas à especulação imobiliária, investimentos públicos em habitação, transporte e demais serviços de uso coletivo. As entidades ligadas à arquitetura tiveram inserção intensa na promoção de tal objeto de “demanda” do mesmo modo que outras mencionadas no transcórre desta seção. O artigo 182 e o 183 da

⁷ Esse contexto e os fatores que o delinham torna compreensível o fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre “movimentos sociais” nas décadas de 1980 e 1990 abordarem o fenômeno como desdobramento de contradições estruturais (KOWARICK, 2000; SILVA, 2001).

Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades os quais prescrevem normas estatais em volta da organização do espaço das cidades, são oriundas de reivindicações dos representantes da “reforma urbana” e resultaram da ação coletiva e das forças que modelaram o aparato normativo.

No primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, a formulação do Ministério das Cidades, em 2003, trouxe à máquina estatal planejadores, urbanistas e especialistas das ciências humanas que formularam políticas específicas. As arquitetas, urbanistas e pesquisadoras da FAU-USP, Hermínia Maricato e Raquel Rolnik, exemplificam o argumento. A segunda, do mesmo modo que a primeira, faz parte de setores acadêmicos que tiveram estreita vinculação com movimentos sociais urbanos nas décadas de 1980 e 1990, contribuindo na produção da “questão urbana” nos níveis teórico e prático que, retomando o que já foi apontado, não está desvinculado de contexto econômico, político, social e mesmo cultural implicadores. Por esta perspectiva é possível entender o porquê dos termos “direito à cidade” ou mesmo “reforma urbana” terem se tornado de *experiência próxima*⁸ para um séquito de adeptos, do mesmo modo que “autogestão” e “participação popular”.

Depois das primeiras ocupações coletivas de terras em São Paulo, em 1981 pesquisadores e estudantes da FAU-USP deram início às atividades de assessoria aos militantes propondo ações alternativas na produção de moradias. Nessas circunstâncias deu-se a elevação da ideia de produção habitacional por “autogestão” (BONDUKI, 1992). A promoção de discurso e prática a ela relacionada aconteceu incisivamente com o contato de movimentos de moradia associados à UMM-SP, com experiências ditas “autogeridas” em 1989, durante gestão municipal de Luíza Erundina, na época filiada ao PT, quando representantes desse grupos se aproximaram da Federação de Cooperativas de Vivienda de Ajuda Mútua (FUCVAM), sediada em Montevidéu. A aproximação entre os militantes dessas organizações ocasionou um processo de intercâmbio de conhecimentos técnicos e políticos sobre essas práticas, culminando numa aliança entre UMM-SP e FUCVAM (PAZ, 1996).

Sem entrar nas discussões teóricas sobre a gênese desse conceito, pois seus pressupostos são essencialmente normativos, interessa aqui salientar que ele é reportado às interpretações anarquistas e marxistas no século XIX, que dele fazem uso para caracterizar (no nível ideal) a

⁸ Este conceito é usado por Geertz (2013) que, inspirado nas formulações do psicanalista Heinz Kohut, o operacionaliza de forma a definir noções que são usadas pelas pessoas nas relações sociais e que são espontaneamente compreendidas pelos seus interlocutores. Aí as ideias e realidades representadas nos conceitos de *experiência próxima* são unidas de maneira naturalizada por elas. O autor assevera que os significados dessas noções só podem ser captados se o pesquisador atentar para o fluxo do comportamento ou da ação social, percebendo a relação de cada elemento com o contexto no qual é acionado e suas particularidades correlatas.

“sociedade comunista”. Nos anos de 1950, marxistas se reapropriam dele procurando respaldar a prática de gestão do processo de produção econômica nas fábricas e organização política pelos operários em alguns países europeus como forma de conciliar interesses de empresariado e operariado (BOTTOMORE, 1988).

Logo, a categoria foi emprestada de tal meio com o intento de revestir de um ideário de “democracia” e “autonomia” a atividade de construção de moradias por organizações de movimentos sociais. E isto está situado num espaço de interesses pactuados em contexto capitalista, pois a prática não exclui a concorrência com empresas da construção civil por recursos econômicos e por espaço territorial, levando a perceber no conceito um símbolo discursivo resignificado por ativistas do segmento para distinguir sua atuação daquela do mercado privado de produção habitacional na arena de negociação e imposição de classificações legítimas. Além do que, a elevação da ideia de “autogestão habitacional” congrega significados advindos do universo religioso das CEBs, como os princípios de “cooperação” e “solidariedade”. Estes se condensaram a elementos do plano político, levando a uma representação que relaciona a atividade à significados de “cidadania”.

A “autogestão na produção habitacional” e “participação popular”, de certa forma, estão implicadas mutuamente no contexto das políticas públicas das últimas três décadas, pois as duas concepções, longe de serem naturais, são construções nascidas na organização de indivíduos e grupos que atuaram no intento de as produzir enquanto visões e enquanto práticas. Como formas de ação coletiva, as duas partem intrinsecamente de experiências sociais acumuladas individual e socialmente e estão condicionadas às possibilidades e aos limites dados por campos de relações. Enquanto a “autogestão” na produção da moradia é utilizada por órgãos de governo e porta-vozes de movimentos da “causa” habitacional para caracterizar a participação de setores populares na produção de moradias e cooperação interna à organizações de movimentos sociais, a “participação popular” é caracterizada de modo geral pela inserção de representantes de segmentos sociais na gestão pública na forma de conselhos, consultas e demais mecanismos decisórios.

Não obstante, “autogestão” e “participação popular” podem significar a mesma coisa dependendo do contexto onde são acionadas. No âmbito das práticas de organizações de movimentos, “autogerir” os empreendimentos habitacionais é uma maneira de exercer a “participação popular”, porém, em se tratando de papéis exercidos por lideranças populares em arenas e espaços decisórios fora desse circuito delimitado, a segunda acepção é tida como designativo. Cabe ponderar que ela, assim como a “autogestão”, não é unívoca. É uma

construção social que recebe significados e formatos institucionais de acordo com o contexto, relação com a sociedade mais ampla e com as características dos espaços onde são gestadas, influenciando na atuação de agentes dotados de trajetória política, econômica e cultural como bem expressam Silva (2001) e Bezerra (2007, 2012).

A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) exprimiu o processo de articulação de bases presentes na abertura política no Brasil e isso impulsionou o “participacionismo” de militantes de movimentos populares, já que historicamente há uma relação de intersecção envolvendo setores populares, frações da igreja católica, da academia e o partido. A relativa interpenetração entre partido e movimentos faz com que ocorra a diluição, em grau variável, das fronteiras desses domínios configurando o compartilhamento de militantes, marcos interpretativos e estruturas organizativas (SILVA; OLIVEIRA, 2011). Nesse sentido, agentes individuais com trajetórias inscritas em estruturas associativas e forças políticas de esquerda, com a redemocratização, tiveram acesso aos canais e espaços estatais de formulação de políticas públicas e isso foi estimulado ainda mais com a liderança de coalização partidária pelo PT que explica a emergência do “participacionismo” e dos conceitos já relatados enquanto alvos de atuação pública.

O intercâmbio e alianças políticas envolvendo UMM-SP e FUCVAM influenciou na formulação, em 1991, da Secretaria Latino Americana de Vivienda Popular (SELVIP), entidade articuladora de movimentos de moradia da América Latina que além do Brasil, angariou a adesão de organizações do Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai e Colômbia. Um seminário promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em parceria com a UMM-SP foi a ocasião que instituiu (e porque não dizer “consagrou”) essa coalização (IBIDEM, 1996). A SELVIP possui uma escola responsável por desenvolver cursos e demais atividades educativas e socializadoras com foco no slogan “autogestão habitacional” fomentando identificação política, ideológica e comprometimento para formar quadros militantes.

Um encontro nacional de militantes da problemática habitacional na cidade de Betim/MG em julho de 1993 deu origem à União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Sua criação partiu das divergências de cunho político entre militantes da UMM-SP e militantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), que foi fundado em 1990 em Vitória (ES). Tanto um quanto outro advogam sob os mesmos referenciais, a saber “direito à cidade” e “reforma urbana”. A disputa pelo monopólio da representação legítima de segmentos de baixa renda no domínio da moradia conduziu a busca de adeptos e de espaços de poder por estes dois agentes coletivos no decorrer de suas trajetórias. Isto não é abordado nesta análise por conta do

alcance dos objetivos perseguidos, mas sem dúvida representa um elemento relevante para se compreender a configuração do espaço de mediação política do “problema” da moradia no Brasil nas últimas duas décadas tendo em mente as dimensões relacional e concorrencial desses dois movimentos e seus dirigentes políticos.

A UNMP, organização fundada pelos dirigentes da própria UMM-SP se consolidou com a campanha nacional pelo Fundo Nacional de Moradia Popular. Este foi um projeto de iniciativa popular encaminhado ao Congresso Nacional com proposições de medidas à questão habitacional (PAZ, 1996). A campanha revelou-se oportunidade de veiculação de um discurso comum acerca da moradia para setores de baixo poder aquisitivo e dos slogans já ressaltados, e teve a participação de diferentes agentes sociais: universidades, partidos políticos, movimentos populares, órgãos financeiros estatais e quadros eclesiais da igreja católica.

Em meio ao quadro político e econômico da década de 1990 e do estado das relações de força nos espaços decisórios no âmbito federal, a campanha nacional pelo Fundo Nacional de Moradia Popular não chegou a convergir para ações governamentais. Em contrapartida, contribuiu em alguma medida para promover as ideias-força de movimentos de moradia e seus representantes, em especial a própria UNMP, que ao longo dos anos e das gestões de Lula e Dilma conseguiu filiações de associações e cooperativas de 16 estados da federação. A partir de 1996 a UNMP aderiu politicamente à Central de Movimentos Populares (CMP) inscrevendo-se na coordenação do segmento. A Coordenação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e Central Única dos Trabalhadores compõem o rol de parcerias políticas da entidade.

A socialização dos membros da UNMP entre si e com as ideias e valores exibidos é feita nos eventos que são organizados por ela e pelas organizações filiadas. Logo, nas plenárias municipais os militantes se reúnem para discutir planos de ação e assuntos que despertam interesse local. Nessas ocasiões, muitas vezes representantes de órgãos públicos e do legislativo (aliados) são convidados. Nos encontros estaduais são definidos atividades e planos de luta focados na conjuntura estadual, e eles acontecem irregularmente em alguns estados, pois depende das condições políticas, econômicas e da capacidade de mobilização dos grupos neles situados. Os eventos de caráter nacional ocorrem bienalmente e se direcionam ao debate por todas entidades associadas à UNMP sobre temas que estão pautando o cenário nacional das políticas públicas de habitação e também visam a definição de prioridades no setor.

Há ainda encontros da Coordenação Nacional formada por dois representantes de cada estado (principais dirigentes de organizações filiadas) para planejar, autorizar gastos financeiros e deliberar sobre assuntos da conjuntura nacional. É na Secretaria Executiva em São Paulo que

se encontra a sede da entidade, sendo ela responsável por disseminação de informações, organização de documentação e logística.

Depois da criação do Ministério das Cidades, em 2003, e com ocupação de postos estratégicos por agentes ligados à “questão” urbana e aos movimentos de moradia, as reivindicações acerca da “autogestão” na produção habitacional, inicialmente problematizadas nos anos de 1980 puderam ser incluídas na pauta do Estado. Desse modo, o Programa Crédito Solidário (PCS) foi normativamente organizado para que sindicatos, cooperativas, associações comunitárias e demais entidades associativas vinculadas à temática da moradia executassem a atividade de construção de residenciais, aquisição de terrenos, reforma e ampliação de imóveis para camadas de baixa renda com financiamento pela Caixa Econômica Federal (CEF). Entretanto, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2009 gerou uma espécie de concorrência com o PCS, pois o MCMV foi pensado de modo a impulsionar o mercado privado da construção civil, que recebeu maior aporte de recursos financeiros e comunicação institucional menos burocrática. Assim, houve, posteriormente, uma adaptação dos instrumentos normativos afim de inserir a participação de organizações de movimentos sociais na execução do MCMV, com ramificação intitulada MCMV-E (Programa Minha Casa Minha Vida Entidades) em resposta às pressões exercidas por movimentos de moradia.

É interessante citar que todo esse processo de incorporação da “demanda” de “autogestão” numa política de Estado não aconteceu somente a partir de negociação direta e nos aparelhos de governo, mas sim combinadas à práticas extrainstitucionais: ocupação de prédios públicos, grandes passeatas e divulgação na imprensa das cidades onde a UNMP detêm filiados, o que pôde ser constatados nos objetivos perseguidos pela Jornada de Lutas pela Reforma Urbana ocorrida no início de 2009. Como aponta Rodrigues (2013), os eventos públicos almejavam protestar contra medidas adotadas pelo governo federal que não incluíram práticas de produção habitacional “autogeridas” no MCMV. As manifestações coletivas tiveram êxito para os reivindicantes, no sentido de abrirem possibilidade concreta de comunicação institucional com autoridades alvos e assim terem algumas de suas reivindicações coletivas (concepção, práticas de “autogestão” na produção habitacional, “reforma urbana” e recursos econômicos) consideradas no plano das políticas públicas.

Silva (2015) reportando-se à perspectivas analíticas de Jack Goldstone, defende o argumento de que “protesto” e “ação política” não se excluem, em se tratando da atuação de movimentos sociais por espaços de poder. É observado que essas duas formas de relação são contingentes, objetivamente, isto quer dizer que grupos, em determinadas circunstâncias,

podem estar mais alinhados às autoridades estatais e cooperarem com elas e, em outras, agirem de modo extrainstitucional. Isso seja como meio de mover-se para cima na hierarquia ou uma maneira de expressar um movimento de decisão na participação política institucional. No caso da relação entre UNMP e governo federal, mesmo com as nítidas ligações com o PT, sempre foram frequentes a cooperação e protesto coletivo na ocorrência de ganhos e perdas materiais e simbólicas no quadro mais geral da política de habitação nos governos Lula e Dilma, expressando a complexidade do tecido relacional das redes que compõem o Estado brasileiro e como isso se manifesta no processo de obtenção de recursos por determinados setores.

A pesquisa que resultou neste trabalho trouxe elementos empíricos que evidenciam a permeabilidade do Estado nas últimas duas décadas a militantes ligados à UNMP e a existência de compartilhamento de seus ativistas com outras estruturas de promoção de direitos, instituições religiosas financiadoras, organizações nacionais e internacionais de assessoria política e educacional. Foi identificado que vários deles detêm capital cultural e político relativamente amplo, que lhes distinguem nas múltiplas arenas por onde transitam. Esses elementos revelam pistas a uma investigação mais detida sobre as multiposicionalidade de tais mediadores, o intercrucamento de registros ideológicos e interpretativos na configuração da UNMP e da “causa” que advoga e as implicações disto na configuração do espaço mais amplo das políticas públicas no país.

Por agora, pondera-se que o aumento da representação da UNMP na esfera da questão urbana e habitacional se deu, por um lado, com o aumento das filiações de organizações de movimentos sociais e de entidades associativas do estado de São Paulo e, de outro, com as adesões de entidades de outros estados do Brasil ao longo dos anos de 1990 e 2000, sem desconsiderar o peso importante do compartilhamento de seu quadro militante com a esfera governamental em distintas escalas de poder. Foi nesse processo de ampliação da representatividade do movimento que ocorreu a adesão de um grupo de militantes em São Luís/MA, provenientes de uma organização anterior pautada na “luta” por moradia. A seguir é apresentada a descrição de alguns elementos históricos configuradores da “causa” no estado e da inserção política de seus agentes.

O Afloramento da Questão da “Moradia Popular”, do “Direito à Cidade” e da “Reforma Urbana” no Maranhão

Entre as décadas de 1970 e 2000, as ocupações de terra em São Luís, semelhantemente a outras regiões do país, são vislumbradas como alternativas concretas para obtenção de moradia pela população marginalizada social e economicamente, e se revelam aspectos importantes para a compreensão do ativismo político de agentes com discursos volvidos a moradia como um “problema social” constituído nesse contexto. O “problema” e suas “soluções” vão se redefinindo nessas décadas na proporção em que discursos são importados por agentes individuais e coletivos dotados de disposições e princípios políticos e religiosos que definem formas de engajamento na “causa” e legitimam lideranças políticas. Atenta-se que os alinhamentos políticos, lealdades e clivagens cambiantes no tempo acompanharam a construção da bandeira levantada no Maranhão.

A conjuntura urbana de São Luís na segunda metade do século XX, especialmente os anos de 1970 e 1980 apresentou um incremento de sua população em decorrência do forte êxodo rural provocado pela política desenvolvimentista do governo militar de estímulo à industrialização. O objetivo de inserir o Maranhão na lógica dos grandes projetos de modernização econômica fez com o governo José Sarney criasse condições favoráveis para que grandes empresas nacionais e internacionais investissem no estado. Como assevera Luz (2004), além de isenções fiscais houve um conjunto de medidas políticas, econômicas e urbanísticas no espaço urbano de São Luís para acomodar a instalação de grandes empreendimentos.

O plano de governo conhecido como “Maranhão Novo”, iniciado em 1966, pôs em prática a abertura de áreas de expansão urbano-industrial, com destaque para o eixo Itaqui/Bacanga. Ainda na descrição de Luz, a construção do Porto do Itaqui foi antecedida pelo projeto de renovação urbanística da capital que incluiu a remoção de famílias das áreas de interesse para os agentes econômicos, nitidamente aquelas que seriam dotadas de infraestrutura necessária para tal. O espaço que corresponde hoje ao Anel Viário e aquele onde foi construído o Aeroporto Internacional estão inseridos nesse contexto, pois eles estão na rota que facilitam o acesso ao circuito industrial. As regiões como Kennedy/Areinha, São Francisco, Renascença, Olho d’água e Araçagi ao longo do tempo sofreram grande valorização imobiliária que inviabilizou a obtenção de lotes ou habitação pelas camadas de baixa renda. A criação de áreas residenciais para as classes média e alta nesses espaços foi previsto no Plano Diretor de 1977,

o mesmo que deu subsídio jurídico à criação de zonas para implantação de projetos industriais e de recuperação de outras que seriam destinadas às classes populares.

A criação da Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital (SURCAP) foi um órgão direcionado à venda de terras públicas para grupos dotados de maior capital econômico. Essas terras situadas na região das praias foram beneficiadas e valorizadas por fortes investimentos governamentais expressos na infraestrutura urbana, na área de comércio diversificada e na construção de grandes vias para circulação de automóveis (LUZ, 2004).

Em relação ao distrito industrial, a legislação urbanística destinou um quarto das terras da ilha para implantação da Companhia Industrial do Maranhão (CDI) que dispôs ainda dois terços delas para locação da Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR) e Usina Siderúrgica do Maranhão (USIMAR) (LUZ, 2004). No período entre 1980 e 1985, quando se inicia a construção do complexo de empresas mencionado acima, a população da capital cresceu 85,5% (GISTELINK, 1988 apud LUZ, 2004).

A capital apresenta características de um processo verificado na Pré-Amazônia maranhense naquele momento. A inserção de investimentos econômicos no campo se fez sentir com o surgimento de grandes empreendimentos agropecuários em terras vendidas pelo Estado e que ampliou a fronteira agrícola em direção ao oeste maranhense. A implantação do Projeto Grande Carajás (projeto de extração de alumínio pela CVRD) demandou uma organização específica do espaço. Podem ser citadas, então, a instalação da estrada de ferro e a construção da BR 316⁹, que levou à “expulsão” de pequenos proprietários que aí viviam, posto que a valorização fundiária acirrou conflitos violentos pela posse dessas áreas, favorecendo o deslocamento de relativa massa de pequenos proprietários rurais e agricultores para as cidades mais importantes do estado, sobretudo São Luís.

Portanto, o êxodo populacional se deu num contexto de busca por melhores oportunidades de emprego, de educação pregadas pelo discurso desenvolvimentista que colocou o estilo de vida urbano como exemplar, sinônimo de “progresso” e meio de ascensão social. No entanto, a infraestrutura da cidade não foi preparada para acomodar as levas de migrantes. Os serviços de saúde, saneamento, educação e habitação se mostraram insuficientes e precarizados. Parte da população não encontra emprego fixo e as formas de sobrevivência se concentraram nos serviços domésticos e no mercado informal (IBIDEM, 2004). Os serviços

⁹ Rodovia federal que tem ponto inicial na cidade de Belém (PA) e o final na cidade de Maceió (AL). A BR 316 passa pelos estados do Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas.

desempenhados pela população migrante naquele momento demonstra a baixa qualificação formal.

No estudo realizado por Pereira (2010) foi identificado que na capital maranhense aconteceram muitos conflitos entre agentes com posições diferenciadas sobre a melhor forma de configuração das zonas periféricas nos anos de 1970 e 1980. Assim, o autor exhibe seis áreas de conflitos em São Luís durante a década de 80: a região do Itaquí/Bacanga (faixa de terra situada na outra margem do Rio Bacanga) que teve várias áreas ocupadas acompanhando o eixo industrial; outras regiões correspondem aos bairros da Liberdade, Camboa e Floresta; as zonas do São Francisco e Ilhinha tiveram sua ocupação impulsionada com a construção da Ponte José Sarney; os bairros Vila Padre Xavié, São Bernardo e João de Deus também apresentaram tensões sociais pela posse de terrenos bem como disputas entre concepções de planejamento para essas regiões da cidade.

Houve o confronto entre duas perspectivas: a de agentes que defendiam a modernização da infraestrutura da capital para receber os grandes projetos desenvolvimentistas e aquela na qual os agentes preconizavam uma aceção de planejamento que considerasse as aspirações de bem estar de milhares de habitantes de São Luís, tendo em vista seu deslocamento para a capital em busca de melhores condições de vida. Na primeira perspectiva, foram incluídos plano de transportes e o Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR), vinculando ainda a atuação de um mercado imobiliário às regiões de interesse no processo (PEREIRA, 2010). Os terrenos vazios próximos do centro da cidade se constituíram, assim, na expressão de uma expansão urbana na qual grupos de migrantes alojavam-se nesses espaços de mais fácil acesso ao comércio e equipamentos coletivos.

A realidade das ocupações chamadas pelo IBGE de “espontâneas” era permeada pela escassez de condições infraestruturais adequadas. Elas chegaram a compor cerca de 42% do aglomerado urbano em 1980, demonstrando o alto índice no crescimento das construções situadas nos espaços disponíveis no meio urbano, sem que esse contingente populacional, com cumulativo adensamento, fosse previsto num planejamento mais amplo e pensado a longo prazo (IBDEM, 2010).

Os conflitos se inserem num quadro de expansão urbana desencadeada pela instalação de polo industrial que, por sua vez, advém de interesses do Estado na modernização da economia, atraindo imobiliárias e pretensos proprietários de terras dispostos a lucrar economicamente. Pereira (2010) menciona que as situações de despejos na capital remontam às décadas de 1950, 1960 e 1970 e cita os bairros Coroadinho, Areinha, Sá Viana e Liberdade

enquanto zonas que, na sua formação, foram marcadas por expropriação e confrontos violentos por causa de decisões judiciais e rivalidades entre ocupantes e “antigos proprietários” fundiários.

É observado pelo autor que, nos casos estudados, a relação de disputas e rivalidades entre ocupantes e opositores se configurou na concentração de aparato econômico, jurídico e policial pelos últimos, sobretudo nos momentos de confronto mais violento. A participação de agentes provenientes de domínios e localidades heterogêneas em tais situações deu visibilidade política ao “problema” habitacional. Assim, a inserção de especialistas da medicina, engenharia, jornalismo, serviço social, economia, além de agentes ligados a partidos políticos (PCB e PMDB), organizações sindicais, setores da Igreja Católica como a Comissão Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude, agiram conjuntamente com o Centro de Cultura Negra (CCN), com a União Nacional dos Estudantes (UNE), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) no sentido de dar maior amplitude à mobilização pela moradia.

O posicionamento de dirigentes políticos sobre os temas “habitação” (que compreende o jargão das políticas governamentais) e “ocupação do espaço”, na época, foi resultado da constituição de um “problema social”. Os programas implementados nas diferentes instâncias expressam isso. Nesse contexto, houve o programa municipal de despalafitação (1971-1975), o “Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada” (1979-1983) e o PROMORAR iniciado, em 1979. Este partiu de investimentos do governo federal em projetos de urbanização de áreas de palafitas no país e sua execução e operacionalização em São Luís ocasionou muita tensão envolvendo moradores e órgãos estatais. Os bairros Liberdade, Camboa, Alemanha, São Francisco e Coroadinho foram alvos do PROMORAR, que é apontado por Pereira (2010) como fator para ações coletivas de confrontos que exprimiram a participação de agentes coletivos e individuais politicamente articulados e com determinados *repertórios* de atuação, sendo tais elementos importantes na institucionalização de um movimento reivindicatório naquele momento.

O Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados do Maranhão (MDFP-MA), associado ao movimento nacional, foi organizado inicialmente pela Diocese de São Luís, e é representativo nesse sentido, pois ganhou força no estado na segunda metade dos anos de 1980 através da associação de pessoas e entidades para fazerem frente às propostas do PROMORAR. Inúmeros protestos foram criados e justificados por moradores, organizações sociais e pela mídia ao se reportarem às situações de despejos e de imposição de um projeto habitacional.

As ações do MDFP-MA que englobavam o planejamento, tarefas administrativas e de orientação política de moradores de palafitas¹⁰ foram bastante divulgadas na imprensa local. A *estrutura de mobilização* desse segmento proporcionou a criação de várias associações de palafitados e obtenção de códigos e linguagem comum por parte dos militantes que se engajaram na “questão” da moradia.

A concretização de disputas em torno de visões de mundo sobre o uso do espaço da cidade implicou tomadas de posição, organização política e *enquadramentos interpretativos*, estes alinhados com o que enuncia Tarrow (2009), se reportando a reinterpretção de determinadas condições e acepções no contexto da ação coletiva, que conduz à construção de “problemas sociais”, tornando a reivindicação algo legítimo.

Cabe destacar aí o papel politizador de um referencial religioso no Maranhão nos anos de 1970 e 1980 para a deflagração de *marcos interpretativos* com vista à temática tratada. Logo, os referenciais pregados pelos catolicismo no estado exerceu grande influência na promoção de reivindicações e defesa de direitos prescritos por um dever moral. Reis (2014) observa que muitos dos eventos contestatórios ocorridos no estado nas décadas de 1970 e 1980 tiveram a aglutinação de agentes e “causas” relacionadas a diversos âmbitos sociais, ocorrendo a conjunção dos planos político, religioso e cultural. A autora afirma que as representações de militantes que se engajaram em práticas reivindicatórias no âmbito das mobilizações rurais e urbanas no estado nas décadas de 1970 e 1980 foram estruturadas em grande medida por matrizes ideológicas da religião.

Assim, a instituição das CEBs no estado, de modo semelhante à outras regiões, teve o objetivo de organizar classes populares a partir de leituras politicamente orientadas de textos bíblicos, revelando-se um meio articulador de manifestações políticas e culturais, fornecendo, além disso, subsídios financeiros, intelectuais e atuação direta nas mobilizações sociais e culturais (REIS, 2014). Para mais, as CEBs tiveram destaque na mediação das relações entre populações locais e organizações sociais, incluindo aí igualmente o engajamento de clérigos que as acompanhavam. A análise de Pereira (2010) cita o caso do padre de origem belga Jean Marie Van Damme, que desenvolveu atividades educativas junto às CEBs do bairro Anjo da Guarda. Ele foi atuante em conflitos ocasionados em decorrência da instalação da Amazônia Mineração S.A (AMZA) naquela região em 1981. Esteve à frente de atividades de assessoria política e até orientação jurídica de moradores quando das situações de confronto por causa da

¹⁰ Edificações feitas comumente de troncos de madeira e localizadas em áreas alagadiças de forma a evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios. Em São Luís esse tipo de edificação se intensificou em zonas de mangues a partir da década de 1960 com a chegada da população migrante do interior do estado.

posse de terras localizada em área de interesse econômico para a empresa. O acúmulo de experiências sociais e políticas de sua trajetória somados ao nível de capital cultural e social renderam-lhe trunfos acionados em favor de moradores de zonas alvos de interesses fundiários.

A Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos (SMDH) igualmente teve papel importante nas mobilizações coletivas pela moradia na capital na primeira metade da década de 1980. Seus dirigentes detinham vínculos religiosos, acadêmicos, políticos e afetivos desde os anos 1970 com organismos da Igreja Católica; entre os quais, CPT, Pastoral da Juventude (PJ), CJP, ASP e FASE, além das CEBs (REIS, 2014). A religião significou elo principal não apenas entre os agentes dos mencionados organismos, mas também entre estes e agentes situados nos meios acadêmico, político partidário e sindical e auxiliou na construção de discursos contestatórios sobre questões sociais. Tais discursos “politizantes” encontraram eco devido aos vínculos entre os grupos envolvidos nas mobilizações coletivas e situações de protesto.

A SMDH, a CJP, ASP, CARITAS e FASE tinham um corpo de profissionais de diferentes áreas de conhecimento (engenheiros, advogados, pedagogos, antropólogos, jornalistas, economistas e assistentes sociais), que prestavam assessoria educacional e jurídica às populações afetadas ou pressionadas por despejos e conflitos fundiários com Empresas privadas, como a AMZA no bairro Anjo da Guarda ou com o Estado por meio de suas políticas governamentais, que é o caso do PROMORAR na região da Liberdade. Os investimentos pessoais de cada agente inserido nessas organizações estiveram relacionadas a gratificações correlatas: prestígio político e profissional (PEREIRA, 2010).

Por outro lado, isso angariava recursos aos moradores das áreas afetadas e a utilização de cada expertise só era possível por causa de organizações internacionais que financiavam os projetos e atividades desses agentes, isto é, havia uma interdependência dos investimentos pessoais e institucionais. Outros elementos que podem ser grifados em tal configuração é que alguns profissionais pertencentes ao quadro de ONGs, como a SMDH e CJP e, com formação em áreas das ciências humanas, também atuavam no universo acadêmico, evidenciando o grau de instrumentalização de conhecimentos ligados a Sociologia, Serviço Social, Economia, Psicologia e ao Jornalismo, o conseqüente prestígio intelectual que isso acarretou, sem deixar de mencionar a formação de uma ramificação com diferentes conexões entre as instituições relacionadas (PEREIRA, 2015).

Quando da ocorrência de situações de despejos e violência por parte da polícia e grupos armados nas ocupações, as denúncias jurídicas e aquelas divulgadas na imprensa encaminhadas

pelas ONGs auxiliavam no *enquadramento* das questões relativas às expropriações de moradores, sensibilizando a sociedade para o “problema habitacional” e “ocupação do solo urbano”. Retomando novamente a análise de Pereira (2010), não obstante os vínculos existentes entre os membros de ONGs, as relações envolvendo essas organizações nem sempre foram harmônicas, pois cada uma delas procurava se afirmar em seu ramo de atividade, ditando ações e politizando problemáticas e algumas tinham foco de atuação em determinados bairros como é o caso da Cáritas Regional com foco no bairro São Bernardo e a CJP e ASP na área da Liberdade.

Para além destes agentes as associações de moradores tiveram papel indiscutível no processo de afirmação de “demandas” de populações locais em relação aos conflitos fundiários e obtenção de serviços urbanos no mencionado período. Elas foram espaços importantes de intervenção não apenas por conexões com membros de ONGs e CEBs, mas também pelas alianças tecidas com candidatos a cargos públicos e ocupantes de cargos governamentais. Elas, além disso, mobilizaram e organizaram politicamente moradores frente aos perigos de expropriações e despejos e oportunizaram a inserção profissional de agentes que, através delas, acumularam notoriedade e vantagens políticas acionadas em disputas eleitorais (IBIDEM, 2010).

Se nas décadas de 1960, 1970 e 1980, sobretudo nas duas últimas, as ocupações de terras se concentraram em regiões próximas ao centro comercial de São Luís, nas áreas alagadiças e acompanhando o corredor industrial, na década seguinte o processo migratório se manteve elevado e a expansão urbana se dirigiu ao interior da ilha, em direção aos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, caracterizando uma crescente periferização da região metropolitana. Recorda-se que os anos de 1990 assistiram a insurgência de fatores sociopolíticos e econômicas que agudizaram as condições das classes de menor renda na América Latina e nas cidades brasileiras. O avanço de práticas neoliberais de flexibilização do trabalho, das leis trabalhistas aliados ao aumento do desemprego repercutiu negativamente no acesso à moradia, saúde, educação e demais bens de consumo coletivo na cidade (KOWARIK, 2000).

É neste cenário mais amplo que o impulso às ocupações coletivas acontece, originando novos bairros e aglomerados com pouca ou nenhuma infraestrutura. É nessa ocasião também que os símbolos que interligam os militantes da “causa” em questão no plano mais amplo são reapropriados e ativados de modo detido, passando a compor práticas discursivas dos *mediadores* locais da “demanda” por moradia e serviços urbanos.

A Atuação do Fórum da Moradia

A conjuntura mais geral de ações de reivindicação articuladas em rede reverberou no processo de institucionalização da “demanda” no Maranhão onde o espaço de disputas é redefinido nos níveis prático e simbólico. A localização dessas transformações e dos elementos que podem explica-las partem, em grande medida, de relatos colhidos formal e informalmente de egressos no ativismo pela moradia, dos atuais porta-vozes da organização alvo deste estudo, de registro iconográfico feito por ativistas e impressos jornalísticos colhidos no arquivo da Biblioteca Municipal Benedito Leite. O estudo de Luz (2004) foi uma das principais fontes utilizadas nesta discussão. Assinala-se que o autor esteve politicamente envolvido em ações coletivas pela moradia no estado. Desse modo, o estudo exprime o ponto de vista dele sobre noções balizadoras da temática. A escassez de bibliografia ou pesquisas acadêmicas sobre esse tipo de mobilização no período tratado dificultou o exercício comparativo, porém não impediu considerações ao redor de algumas de suas nuances como identificação de agentes individuais e coletivo, perfis sociais, políticos e culturais, coalizões, divisões, modalidades de intervenção coletiva e estruturação de espaço legítimo de reivindicação.

Até o ano de 1995 a única organização que tinha reivindicações centradas no tema “moradia” era o MDFP-MA. O setor era circunscrito à representação de palafitados. A eclosão dada às ocupações urbanas a partir de então constituiu um novo agente com plano de ação mais abrangente em termos de uma bandeira de “luta” e grupos envolvidos. Isso porque, daí em diante, as apontadas ações foram pensadas e comandadas, em sua maioria, por lideranças ligadas aos sindicatos, sem, porém eximir a atuação de partidos de esquerda, organismos da igreja católica e outros setores, que propiciaram lucros aos investimentos organizativos pelas conexões que esses agentes detinham entre si e pelos recursos políticos, jurídicos e estruturais de que dispunham, como é possível verificar no relato de Juscilene da Conceição Barbosa, militante egressa do Fórum da Moradia.

(...) assim, algumas ocupações tinham a frente pessoas ligadas a sindicatos, a partidos de esquerda e essas ocupações por ter essas pessoas como referência acabavam conseguindo agregar um número de entidades e de organismos da igreja, especialmente da igreja católica, de apoio a esses movimentos, a essas ocupações; de certa forma essas pessoas legitimavam essas ocupações porque além de ter ali um conjunto de pessoas que precisavam, tinha a frente algumas figuras que eram conhecidas da igreja, que tinham já uma história de militância (...) e essas pessoas acabavam dando uma certa legitimidade àquele movimento (Entrevista com Juscilene Barbosa realizada em 24/07/2016).

Pedagoga e socióloga pela Universidade Federal do Maranhão, a agente concluiu os cursos em 2002 e 2009, respectivamente em função da militância. Filha de um cambista e uma

feirante, nasceu em agosto de 1970 no Piauí. A família migrou para o Maranhão quando a agente era adolescente. Nascida num ambiente de orientação católica, se envolveu ainda na infância com as CEBs e ingressou numa ordem religiosa franciscana com 20 anos de idade onde permaneceu por menos de um ano. Juscilene liderou a ocupação da Vila Zeni em dezembro de 1994 e foi representante do bairro junto ao Fórum da Moradia, circunstância que motivou sua filiação ao PT. Tornou-se referência na ocupação por suas habilidades em oratória e pela posição ocupada em grupos da igreja local. Juscilene, assim como outros dirigentes de áreas sem segurança jurídica da posse, na época, era porta-voz do bairro, apresentando “demandas” para serem debatidas no “Fórum”, engrossando as fileiras nas reivindicações coletivas por melhorias urbanas e, ao mesmo tempo, sendo um elo entre os principais representantes da entidade e os moradores do bairro. Sua aproximação pessoal com os integrantes da UEMP levou-a a participar da formalização da organização e a elaborar projetos sociais, posto que exerceu por alguns meses. Saiu para se dedicar à coordenação da Associação Nossa Senhora de Loreto (cooperativa de trabalho), grupo ligado ao Movimento de Economia Solidária¹¹, um importante apoio da UEMP no dia a dia e nos momentos de mobilização social.

O Fórum Maranhense de Defesa da Moradia (Fórum da Moradia) foi um agente coletivo que emergiu com as ocupações de terrenos e de empreendimentos habitacionais no interior da ilha na segunda metade dos anos de 1990 e também as propeliu. Ele foi um espaço de articulação política de diferentes organizações sociais e setores populares que se engajaram na defesa da “moradia popular” e da “reforma urbana”, em outros termos, foi uma *estrutura de mobilização* ou recurso organizativo, formalmente estabelecido, que permitiu conexões entre pessoas e grupos para estruturar relações sustentadas com opositores (TARROW, 2009).

Na época havia ocupações lideradas por ativistas de segmentos populares e havia aquelas empreendidas por pessoas sem vínculos políticos definidos, população migrante e de baixa renda. As primeiras acabaram se destacando devido aos motivos já descritos, isto é, reconhecimento social de seus dirigentes seja pelo histórico de engajamento numa “causa” e competências adquiridas seja pelo relativo volume e extensão de *capital social*. Seus orquestradores: sindicalistas, militantes de partidos políticos e membros de ONGs, passaram a

¹¹ A noção de Economia Solidária surgiu na década de 70 na Europa em meio à crise do modelo fordista-taylorista para caracterizar iniciativas de trabalhadores, produtores e consumidores de diversas atividades econômicas que se organizam politicamente de acordo com princípios de “cooperação”, “autonomia” e “gestão democrática”. No Brasil essa ideia embasou iniciativas de projetos econômicos populares da Cáritas na década de 70, mas foi a partir dos anos 90 que ela ganhou força. A eleição de Lula em 2003 fortaleceu ainda mais o setor com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (SILVA, OLIVEIRA, 2011).

se reunir, criar identidade e adotar repertórios de mobilização para confrontar agentes mais poderosos expressos pelo Estado, pelos “proprietários de terras”, construtoras e imobiliárias.

O aumento do desemprego, o reajuste econômico e a queda do poder aquisitivo próprios do contexto influíram negativamente na aquisição da casa própria por parte de funcionários públicos e privados que compunham o movimento sindical bem como por parte dos membros de ONGs. Muitas dessas pessoas eram mutuárias do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que impunha prestações com valores considerados injustos pelos sindicalistas em débito e por aqueles dentre esses grupos que, não dispendo de percentual de renda exigido pelo SFH, não tinham acesso ao mercado habitacional e, portanto, viviam em imóveis alugados ou em casas de parentes (LUZ, 2004).

Conjugado a esse elemento está o fato de que o movimento sindical no estado passou de um caráter mais “conservador” e assistencialista, típico do período ditatorial para atributos mais contestadores e alinhados com o “novo sindicalismo”. De acordo com Borges (2008), o setor ganhou aos poucos expressividade com a criação da CUT em 1984 que foi diretamente influenciada pelo PT. No período de abertura à democracia os sindicatos foram espaços de circulação de referenciais marxistas e de percepções extraídas do método “ver”, “julgar” e “agir” da Teologia da Libertação usado pelas CEBs nos anos 70 no Maranhão, formando lideranças sindicais mais “comprometidas” com a defesa de temáticas sociais. Inclusive, a própria CUT compôs uma secretaria interna que tem entre suas atribuições elaborar, coordenar e implantar políticas sociais que abranja educação, habitação, solo urbano, transporte, direitos humanos e movimentos sociais (<http://cut.org.br/secretarias/politicas-sociais-41a3/>). Nesse sentido, a Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos é uma forma de interlocução com outras entidades e organizações sociais, conglomerando “interesses em comum”.

A representatividade da CUT se ampliou ao longo dos anos de 1990 e ela recebeu filiações de sindicatos de base mais numerosa na zona urbana como o de Servidores Públicos Federais, Comerciários de São Luís, dos Bancários do Maranhão, dos Comerciários, dos Previdenciários e dos Urbanitários (IBIDEM, 2008). Estes agentes se transformaram em importantes mediadores de “problemáticas” urbanas no decorrer do reportado decênio.

Os sindicatos, principalmente o SINDISEP, munidos de estrutura material e organizativa própria, quando aconteceram as primeiras ocupações coletivas de terrenos, serviam tão somente como ponto de assistência a ocupantes em confronto com oponentes, porém sua atuação se ampliou progressivamente conforme a Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT incluía em sua pauta de discussões as situações de violência policial,

expropriações e precariedade de infraestrutura física vivenciados por moradores de áreas não legalizadas. A narrativa a baixo expõe esse processo e as motivações sobre a tomada de posição de sindicalistas.

(...) a gente entendia que o nosso papel saia do eixo da luta salarial e das condições de trabalho pra criar uma ponte com os movimentos sociais. A gente levou pra dentro dos sindicatos as demandas do movimento de moradia. A Secretaria de Políticas Sociais foi sede do movimento de moradia por algum tempo (...) O movimento sindical tinha mais estrutura e podia oferecer alguma coisa: carro de som pra manifestação, mobilizar advogado pra encaminhar pedidos...as pessoas iam buscar apoio com a gente e as lideranças iam surgindo com as demandas de um determinado local até que o movimento se estruturou e conseguiu projetos pra ter sede própria (...) **Eu me lembro que em 96 teve uma desocupação e a gente ficou lá resistindo. Ai eu fui presa com outros colegas e os “sem teto”. Foi lá na delegacia mesmo que criamos o Fórum,** porque antes as pessoas iam atrás pra pedir apoio na CUT, no SINDISEP, no Sindicato dos Bancários, mas lembro que foi numa ocupação que a gente falou: “vamos criar um fórum”? (Entrevista registrada em diário de campo com Juliana Rosa Mattos Pinheiro em 11/11/2016, grifos nossos)

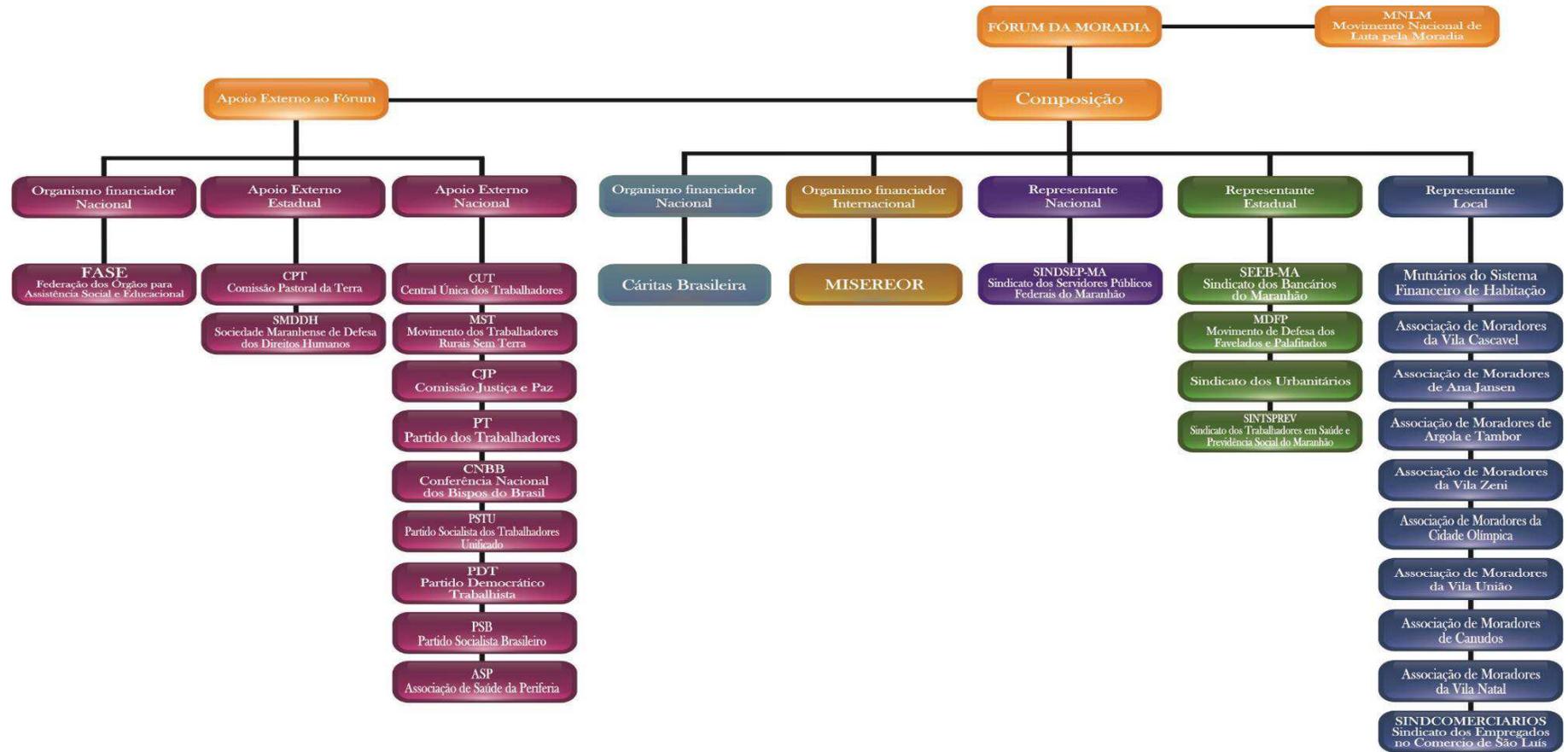
Juliana Rosa Mattos Pinheiro é servidora do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e foi dirigente do Fórum de Moradia. A interpretação que ela dá sobre o envolvimento de militantes do movimento sindical na “causa” é uma combinação de princípios cristãos e marxistas, explicada pelos processos de socialização dessa agente que nasceu em 1956, em São Luís, e cresceu numa família católica na qual o pai, profissional da marinha mercante e a mãe, doméstica e costureira, investiram nos seus estudos. Assim, depois de estudar em escolas públicas e privadas, cursou engenharia agrônoma na Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1980 (atual Universidade Estadual do Maranhão). Em seguida, iniciou carreira no INCRA e ingressou no movimento sindical ainda nos anos de 1980. Na abertura política e mesmo nos anos de 1990 foi participante assídua de formações e atividades educativas implementadas pela FASE e CÁRITAS no meio sindical e conduziu a Secretaria de Políticas Sociais da CUT na década em questão.

Juliana Pinheiro se filiou ao PT em 1996 e, após a composição do Fórum, candidatou-se a deputada estadual duas vezes e uma vez ao posto de vereadora, sem ser eleita em nenhum dos pleitos ocorridos entre 1998 e 2006. Ela se desvinculou do partido, do movimento sindical e isso foi acompanhado pelo desinvestimento na temática da moradia na segunda gestão presidencial de Luís Inácio Lula da Silva alegando “não identificação com os contornos políticos assumidos pelo PT” naquela época.

Nota-se na descrição da agente que o confronto direto envolvendo sindicalistas, ocupantes e autoridades policiais num despejo (a informante não lembra com exatidão onde e quando aconteceu), revelou-se uma circunstância oportuna à constituição de um agente coletivo como fator de inovação coletiva daquela ação disruptiva que até então não tinha uma

organização definida. Passando, a partir daí, a ser uma espécie de barricada diante do poderio de outros agentes e, em certa medida, cooperar com órgãos estatais na elaboração de “soluções”. Com base em entrevistas concedidas por antigos militantes do Fórum da Moradia, incluindo os representantes da UEMP e resultados de pesquisa acadêmica, elaborou-se um organograma. Nele tentou-se exprimir a composição da entidade, seus principais aliados e os diferentes níveis de representatividade aferidos aos seus porta-vozes.

Organograma 1- Composição e Níveis de Representatividade Interna do Fórum da Moradia



Fonte: Entrevistas, recortes de jornais e dados obtidos em Luz (2004)

O organograma 1 mostra que a entidade agregava grande quantidade de agentes coletivos e isso foi sua tônica até o final dos anos de 1990. Todos eles tinham participação definida num espaço político, que foi se hierarquizando e se redefinindo no processo de institucionalização. Retomando o que foi dito em parágrafos anteriores, as ocupações urbanas na primeira metade da década tinha um caráter mais disperso. Com a formação do Fórum ocorreu uma “unificação de interesses”, aglutinação política e formação de parcerias, de modo que os “apoios externos” compreendiam as organizações que ofereciam recursos financeiros, organizativos, jurídicos e educacionais para viabilizar as ações da entidade. Organismos de escopo estadual e nacional, FASE, ASP e CÁRITAS Brasileira, tinham membros e profissionais com experiência acumulada quanto à mobilização sindical e de bairro no Maranhão desde os anos de 1980 e eram compostas por membros do clero católico, da universidade e da política partidária. Advogados, economistas, sociólogos e assistentes sociais eram alguns dos peritos acionados.

Metodologias e materiais didáticos da ASP e da FASE, historicamente engajadas em iniciativas de alfabetização, na difusão de informações relativas ao saneamento e saúde pública junto a moradores de baixa renda, bem como na formação e acompanhamento de associações de bairro em São Luís, foram empregadas e favoreceram novas associações de bairro emergidas das ocupações urbanas dos anos de 1990. Uma das formas de intervenção do Fórum era gerar trabalho e renda nessas zonas e a MISEREOR, organismo da Igreja Católica alemã que financiou iniciativas de ONGs em São Luís na década de 1980 (ASP e SMDH), custeou atividades educativas e de geração de renda pensadas por militantes do Fórum da Moradia. Assinala-se que tanto a FASE quanto a CÁRITAS atuavam em projetos sociais, disponibilizando profissionais que ministravam cursos aos militantes e moradores de imóveis em situações de conflito ou em iminência de despejo e, ainda, auxiliavam na captação de fundos para construção de casas.

As atuações do MST e CJP na estrutura do Fórum se dava nas reuniões de formação contemplando temáticas que envolviam a questão fundiária e defesa dos “direitos humanos”. Os dois organismos inseriam os representantes do Fórum em suas atividades e vice versa. Eles eram apoio externos porque não estiveram diretamente inseridos, no dia a dia da organização, no entanto, eram acionados no planejamento de ações locais de cunho emergencial e na discussão de assuntos de interesses compartilhados pelos setores. O MST sempre foi aliado importante na defesa das “lutas” urbanas em São Luís e isso acompanhou a coalizão dos

segmentos a nível nacional (mobilização pela “reforma agrária” no campo e pela “reforma urbana” na cidade).

Partidos políticos de esquerda, assim como CPT, CNBB e SMDH também compuseram o eixo de apoiadores externos, pois marcavam presença nos atos públicos e assinavam notas em jornais ratificando as reivindicações e denunciando violações de direitos. Entretanto, vale apontar que partidos, CÁRITAS e FASE, de modo análogo aos sindicalistas, por exemplo, tinham posições múltiplas na estrutura do Fórum, uma vez que houve circunstâncias em que seus militantes e membros engrossaram as fileiras nas manifestações públicas organizadas nas áreas ocupadas para chamar atenção dos agentes de Estado, ministraram palestras e plenárias e, em outras circunstâncias, participavam também como ocupantes de terrenos.

Em virtude disso, no discurso de representantes egressos do “Fórum” (incluindo o relato de Juliana Pinheiro) identificou-se rótulos usados para distinguir a condição de segmentos de participantes da ação coletiva. Assim, os “sem teto” eram pessoas classificadas com base no baixo poder aquisitivo, que aderiam às ocupações por não terem o espaço físico da moradia, portanto, com um sentido material mais imediato. Os “militantes”, em contrapartida, seriam aqueles que, impulsionados por concepções de justiça e de direitos, se engajavam politicamente no apoio a “sem tetos”. Mas “sem tetos” se transformavam em “militantes”, o que ocorria com o processo de mobilização e socialização associados aos atributos acumulados, às motivações e escolhas individuais, além disso, identificou-se referência aos militantes que não tinham moradia. Significa dizer que pessoas com pouca renda, sem casa própria e que detinham vínculos políticos, ideológicos ou pertencimentos profissionais definidos com partidos políticos, sindicatos, setores da igreja católica, ONGs, órgãos governamentais e entidades privadas aderiam à organização coletiva encorajadas pela possibilidade de acessar imóvel urbano vazio e como forma de protesto às autoridades.

A participação dos partidos não se resumiam à participação nos confrontos com a polícia e com guardas particulares de construtoras em zonas sem regularização fundiária. Os dirigentes políticos esquerdistas inseridos no legislativo auxiliavam nas disputas jurídicas e mediavam acordos em canais institucionais. Luís Vila Nova e Domingos Dutra, deputados estaduais na época, Aroldo Sabóia, que era deputado federal, e a vereadora Helena Heluy são alguns dos políticos que usufruíam de reconhecimentos dos setores populares pelos recursos diversos angariados. O mesmo se pode dizer no que tange os candidatos a cargos eletivos, eles acabavam construindo ou reforçando uma base política nas zonas ocupadas.

As associações de bairro tinham âmbito de representação local dentro do Fórum da Moradia, tendo em vista que suas lideranças eram meios de interlocução entre a organização e moradores de regiões periféricas. Quando da formação do ‘Fórum’, algumas associações de bairros já consolidados se filiaram a ele e outras surgiram com a dinâmica de mobilização da entidade.

Ele [Fórum da Moradia] conseguiu agregar naquele momento da década de 1990 esse conjunto de organizações que faziam uma luta mais setORIZADA, mais daqui, mais dali, das comunidades, mesmo das comunidades já consolidadas, mas que não tinham as condições adequadas, de serviços (...) Era uma década que se investia muito naquele modelo de formação política, de cursos longos e tudo mais. Se formava uma associação num bairro, então, como é que se administra uma associação? Como é que se organiza? Havia um cuidado com essas coisas e havia busca de um investimento nisso, de se formar as lideranças, pra garantir as lideranças na animação desse movimento, nos bairros e a partir disso, no movimento forte a nível estadual (Entrevista com Juscilene Barbosa em 24/07/2016)

Na segunda metade dos anos 1990 a entidade constituiu aproximadamente 18 associações de bairro no interior da ilha (LUZ, 2004), no entanto, nem todas tiveram participação ativa no “Fórum”. Geralmente, nesses espaços existiam pessoas que se destacavam das demais pela capacidade de utilizar a fala, conduzir reuniões e reconhecimento local acumulado. Essas representações locais significavam instrumentos de recrutamento de potenciais ativistas e, simultaneamente, de ampliação do poder político do “Fórum” e de sua capacidade de influenciar decisões na esfera governamental, angariando lucros diversos aos envolvidos: aos bairros já consolidados onde as associações se filiavam ao “Fórum” e àqueles que surgiram com a ação dos militantes da entidade. As associações de moradores formadas antes da ação do Fórum, com a representatividade na entidade conseguiam melhorias habitacionais: casas de alvenaria, ruas asfaltadas, água encanada, iluminação pública, escola, posto de saúde e transporte coletivo. Já os bairros surgidos como ação do “Fórum” tinham esses recursos somados à titularidade de terrenos, sem falar que isso reverberava em notoriedade social dos dirigentes de associações de bairro, conhecidos como “animadores” porque mobilizavam as bases.

As organizações que coordenavam de fato as ações e elegiam prioridades quanto ao objeto de “demanda” (“moradia popular”) eram os sindicatos e o MDFP, mas as decisões de dirigentes ligados ao Sindicato dos Bancários (SEEB) e ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEP) prevaleciam sobre o conjunto. Seus militantes acionavam estrategicamente a estrutura material e organizativa do movimento sindical e dos espaços de atuação profissional somando ganhos práticos e simbólicos na definição de um “problema social” e de suas “soluções” coletivas. O prestígio acumulado junto aos demais setores

populares é outro elemento que pode explicar os motivos que levaram militantes sindicais a estarem bem posicionados no espaço de ação coletiva pela moradia no Maranhão.

O processo de institucionalização da entidade trouxe alianças no espaço político e social mais amplo. Aí se situa sua forte conexão com o MNLM e com os símbolos que lhe movimentam, isto é, “direito à cidade” e “reforma urbana”. Ativistas do MDFP, da ASP, CÁRITAS e do meio sindical maranhense frequentaram eventos promovidos pelo movimento em 1990 e a vinda de militantes do MNLM para São Luís posteriormente colaborou para que, em 1994 fosse realizado o I Encontro Municipal de Moradia (LUZ, 2004). Nele são pensadas e aprovadas diretrizes de condução das reivindicações locais mais afinadas com linhas de atuação nacional, a despeito das entidades participantes não terem constituído formalmente um espaço legítimo para debater e representar a questão naquele momento. A motivação partia da irrupção das ocupações de terras ociosas pela população migrante e pessoas de baixa renda e expropriações sofridas por elas.

A estruturação do Fórum da Moradia e sua filiação formal ao MNLM, em 1996, logrou oportunidades para o desenvolvimento de ações educativas de interpretações sobre “moradia popular” e somou forças na defesa dos emblemas da “causa” em diferentes níveis. Deste modo, componentes da entidade, além de frequentarem os eventos organizados nacionalmente, planejaram assembleias, plenárias e cursos em São Luís e no interior do Estado já que sua atuação envolvia vários municípios entre os quais Barreirinhas, Pinheiro, Buriticupu, Viana e Santa Luzia do Tide¹². Militantes e lideranças da capital e do interior trocaram experiências em ocasiões que expandiram redes de relações pessoais e imprimiram sentidos integradores.

Alguns dos agentes coletivos associados ao “Fórum” foram aliados ou atuaram nos mesmos domínios nas décadas de 1970 e 1980 agindo em situações de conflitos e na promoção de direitos em São Luís (caso da SMDH, CÁRITAS, ASP e FASE). Assumindo compreensão análoga à de Reis (2014), pode-se afirmar que o fato proporcionou laços de contemporaneidade e referências de intervenção em porta-vozes desses organismos que se atualizaram em novo alinhamento. Para mais, os militantes transitavam nos mesmos espaços políticos e comungavam de referenciais ideológicos semelhantes, posto que os processos de contestação e intervenção social uniam interpelação política e religiosa.

¹² Houve por parte deste estudo inúmeras tentativas de obter registros escritos sobre os eventos e ações promovidos pelo Fórum da Moradia na capital e no interior, porém isso se mostrou inviável diante da informação, apontada por antigos militantes da entidade, de que esses registros não mais existem. Diante disso, trabalhou-se com base em relatos pessoais e em elementos contidos em Luz (2004).

O “Fórum” teve sede própria, local onde igualmente aconteciam as reuniões, discussões de pautas e planejamento de ações que compreendiam assessoria jurídica à moradores em busca de regularização fundiária, organização de atos públicos, formação política para lideranças comunitárias, negociações diretas com órgãos públicos para assentamento pessoas, elaboração de projetos sociais para aquisição de financiamentos públicos¹³ e privados para construção de casas em áreas de periferias, bem como urbanização de bairros sem infraestrutura e captação de fundos pra geração de renda, recursos na verdade, reivindicados politicamente sob os rótulos “reforma urbana” e “direito à cidade”.

Contatos construídos no domínio jornalístico potencializavam os seus efeitos práticos simbólicos do protesto coletivo, divulgando as reivindicações da entidade quanto às políticas estatais e o lugar legítimo de seus empreendedores. O poder de difusão de informações expresso pelos jornais e publicações impressas, quando se trata de relatar situações de conflito não pode ser descartado, pois permitem a localização de evidências da ação coletiva e de noções integradoras, contudo, não se pode negligenciar os interesses e disputas que cercam as empresas jornalísticas, pois sabe-se que elas estão associadas à rivalidades na arena política. Em vista do necessário cuidado com essas fontes, selecionou-se 14 notícias de jornais locais do ano de 1996 (ano de estruturação do Fórum da Moradia) relacionadas a ocupações coletivas de terras e conflitos por imóveis urbanos na ilha. Utilizou-se 06 recortes de O Estado do Maranhão, 05 de O Imparcial e 03 do Jornal Pequeno. Eles são os Impressos jornalísticos com maior tiragem no estado. Buscou-se identificar nas notícias *estruturas de mobilização*, agentes mobilizadores ou demandantes, *repertórios* ativados, alvos e objetivos da ação coletiva. É neste sentido que as ilustrações abaixo podem ser analisadas.

Na primeira aparece uma matéria justificando a ocupação do Residencial Parque das Mangueiras escrita por um sindicalista e outra apresentando uma “nota de repúdio” de organizações sociais criticando o posicionamento de órgãos governamentais (Caixa Econômica Federal e Poder Judiciário) e de agente privado quanto a política de “habitação popular”. As duas ilustrações podem ser comparadas, no que diz respeito ao discurso comum de legitimidade associado às ocupações urbanas diante da política considerada injusta pelas entidades e o peso político do pronunciamento de seus porta-vozes autorizados.

¹³ Os programas habitacionais federais PROMORADIA e Habitar Brasil lançados no período de vigência do “Fórum” permitiram regularização fundiária, construção de moradias e urbanização de bairros periféricos e zonas de ocupação. Militantes da entidade, aqueles ligados à CEF, apresentavam “demandas” à secretarias de governo estadual e municipal.



Ilustração 1 – Matéria jornalística em defesa de ocupação de residência escrita por sindicalista
Fonte: jornal O Estado do Maranhão 25/05/1996



Ilustração 2 - Entidades lançam nota de afirmação às ocupações de imóveis urbanos e criticam órgãos estatais e construtoras
Fonte: Jornal Pequeno 13/05/1996

O Parque das Mangueiras é um residencial localizado no bairro Anil em São Luís. Em fevereiro de 1996, ele, estando com grande parte dos 200 apartamentos vazios pela inadimplência dos mutuários com a CEF, foi ocupado por um grupo de sindicalistas. O autor da matéria, Josinaldo Santos da Luz (ilustração 1), foi uma de suas lideranças. Oriundo de uma família de classe média, nasceu em Caxias/MA. Ele cursou economia na UFMA em 1992 onde também fez especialização lato sensu em Economia do Setor Público antes de concluir a graduação. Fez mestrado em Políticas Públicas pela mesma universidade em 2004, sendo que o eixo principal do estudo abordou o processo de urbanização e a moradia em São Luís entre 1960 e 1990. Em 1997 ocupou função na Secretaria Municipal de Habitação Terras e Urbanismo (SEMTURB), no segundo mandato de Jackson Lago como prefeito de São Luís, e entre 2005 e 2009, exerceu o posto de Secretário Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas.

Anteriormente ocupou por meio de concurso público a função de escriturário na CEF entre 1989 e 2001. Sua inserção simultânea no sindicalismo (o agente foi ligado ao Sindicato dos Bancários) e no PT no início de sua carreira como servidor público rendeu-lhe muitas conexões com organizações sociais como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Estado do Maranhão (FETAEMA), o MST, entidades ligadas a igreja católica e com militantes dos partidos de esquerda, com ocupantes e candidatos a cargos públicos, sobretudo aqueles de orientação petista. Aliás, o PT significou um ponto de junção ou, melhor dizendo, uma *estrutura conectiva* por aglomerar agentes individuais e coletivos componentes do “Fórum” num espaço

de orientação comum. Foi a partir do engajamento do agente no sindicalismo que se deu seu envolvimento com a “problemática” da moradia.

Ele compôs um grupo interno à CEF que defendia o financiamento à moradia. Como diretor de Relações Intersindicais, Josinaldo procurou estabelecer ligação entre o Sindicato dos Bancários e movimentos populares. A militância múltipla e os contatos que firmou com representantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) na primeira metade da década de 1990 e as relações interpessoais com jornalistas de diferentes jornais da capital expandiram seu capital político e social, permitindo ao agente reverter à função de comando no Fórum da Moradia em 1996. A amplificação de capital político viabilizou o aumento de capital cultural, já que o ativismo na “causa” lhe motivou a fazer a pós-graduação acima mencionada.

Josinaldo deixou o serviço público e, conseqüentemente, o movimento sindical no início dos anos 2000 para se dedicar à militância política partidária e à temática habitacional. Ele escreveu dois artigos sobre “políticas públicas” e “questão urbana no Maranhão”, publicados em revistas acadêmicas, e ministrou cursos de curta duração em eventos dessa natureza direcionados ao sindicalismo, à moradia e à gestão pública¹⁴. Antes disso, concorreu ao cargo de deputado federal nas eleições de 1998 e foi professor substituto da UEMA no período de 2011 a 2013 na qual ministrou disciplina de Economia. Atualmente ocupa, por indicação, função administrativa no setor de articulação institucional da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão (SECID). A dissolução do Fórum foi seguida do desengajamento do agente na “causa”.

Chama a atenção o destaque dado a matéria publicada no jornal O Estado do Maranhão, pois ocupa metade da página do impresso e é assinada por um líder não só da ocupação do residencial em foco como também das mobilizações acerca da temática urbana e habitacional na região metropolitana no período. O texto faz alusão a política habitacional de modo a reprovar a atuação estatal para justificar a ação de ocupação coletiva do empreendimento tendo como argumento a ideia de “déficit habitacional”. Para isso, ele faz todo um apanhado histórico de elementos políticos e econômicos que, na visão de Josinaldo (e do grupo), seriam os configuradores de políticas públicas de habitação “ineficientes” no país.

Quando se parte analiticamente dos espaços políticos institucionais e profissionais transitados pelo militante até o momento da ocupação do conjunto habitacional e o peso relativo de seu capital cultural e rede de contatos, compreende-se que tal destaque faz todo sentido.

¹⁴ Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4582668H6>. Acesso em 10/03/2017

Assim, o capital coletivo ou força social conferido aos sindicatos naquela conjuntura, somados às propriedades sociais e culturais do agente, autorizaram-lhe a escrever em nome da “demanda” habitacional. Inclusive, as propriedades distintivas do grupo que ele representa e que ocupou o residencial são realçadas no texto para dar mais peso à “luta”: “(...) *viemos pra ficar e morar. Somos pessoas esclarecidas e conhecemos nossos direitos e deveres*”.

Embora semelhante no conteúdo, a ilustração 2 exibe um tom nitidamente denunciador apelativo e mais objetivo do texto jornalístico em relação a ilustração 1. Nele, um grupo de organizações emite tomada de posição quanto às ocupações urbanas em São Luís. A matéria relaciona o processo de ocupação de imóveis (terrenos e residenciais) à forma de condução de financiamentos da casa própria pela CEF, o uso de recursos financeiros públicos pela Construtora Estrela na implementação de empreendimento e a atuação do judiciário (tida pelos denunciadores como inadequada) frente ao “direito à moradia” dos ocupantes. Estes seriam os elementos que confeririam legitimidade à tomada desses espaços.

A matéria cita os nomes de parte das entidades que proferiram o manifesto. Algumas delas participavam de maneira mais incisiva e regular nas ações disruptivas e outras eram apoios ou contatos acionados em situações pontuais. CÁRITAS, SMDH, CJP, CPT e CUT se enquadram no primeiro grupo (elas estão discriminadas no organograma da página 62) e o segundo compreende o Centro Acadêmico de História da UFMA e FETAEMA. Em nenhum dos dois recortes é feita referência ao Fórum da Moradia. Foi encontrada somente uma matéria onde há menção a ele e forma de intervenção em conflitos¹⁵, mostrando que a entidade estava bem no início de sua formação e atuação, não concentrando ainda um *capital simbólico* ou transcendência própria de grupos oriunda do processo de alquimia social onde a categoria se torna “alto evidente”.

Observa-se que a nota assinada pelas entidades usa seu argumento para justificar as ocupações de três residenciais: Parque das Mangueiras, Manaíra e Cohatrac V. Dentre eles, o que mais teve cobertura jornalística foi o último. Os acontecimentos que envolveram a ocupação do Cohatrac V foram citados localmente por três diferentes jornais impressos consultados em arquivo: O Estado do Maranhão, O Imparcial e o Jornal Pequeno. De mais a mais, o processo de organização de tal ocupação acrescentou reconhecimentos políticos e experiência militante a determinadas lideranças, o que foi significativo para os investimentos,

¹⁵ A manchete “Ocupantes Voltam a ser Despejados” publicada no jornal O Estado do Maranhão (13/04/1996) tem um destaque de três parágrafos em que porta-vozes do Fórum da Moradia, em nome dele, se pronunciam sobre o conflito e mencionam auxílio jurídico da entidade a sua resolução, apresentando documentos que apontariam irregularidades na obtenção do terreno pela construtora que empreendeu o Cohatrac V.

que encerra a ilustração 3 dá mostras do grau de violência assumido nos despejos e que corroboraram na formulação de argumentos no sentido de definição de “diagnóstico” da situação enfrentada pelos reivindicantes para conquistar aderentes à ação coletiva e desmobilizar antagonistas. Ocorreram espancamentos de ocupantes, tiroteios com ocorrência de feridos por parte de ocupantes e seguranças da construtoras e prisões.

Os fatos continuamente veiculados na mídia atraíram a atenção das autoridades para o “problema” da “falta de moradia”. Como aponta recorte da ilustração 4, vereadores dos partidos PDT, PSB, PT (aliados nas reivindicações do Fórum) discutem a situação dos ocupantes do conjunto. Na sessão os vereadores se posicionam contrariamente à política de habitação no país, citando as dificuldades enfrentadas pela população de classe social baixa para quitar imóveis financiados. Os debatedores usam o caso do Cohatrac V para incidirem verbalmente contra a prefeitura de São Luís¹⁸, contra a CEF e contra a Construtora Estrela por deixar a obra do residencial inacabada 5 anos. No plenário da câmara, George Abdalla sugere a entrega de lotes urbanizados à população que não teria acesso a financiamentos como meio de “defender a propriedade privada”, se reportando ao direito de dispor de imóveis pelas construtoras. Ademar Danilo advoga em favor dos ocupantes do conjunto, reiterando a “luta pelo direito à moradia” ante a ausência de projeto habitacional da prefeitura.

Somado a esses elementos, as adesões conseguidas pela mobilização ao redor da ocupação do Cohatrac V tiveram desfecho favorável à “causa” e, por conseguinte, aos seus organizadores devido a heterogeneidade de segmentos e as atividades realizadas continuamente no conjunto. Centro de Cultura Negra (CCN), MST, CUT e CJP eram algumas organizações aliadas que penduravam suas faixas com palavras de ordem e realizavam plenárias no local, palestras e seminários discorrendo em volta da “função social da propriedade”, “direito à moradia popular” e assuntos de interesse para cada uma delas. Essas ações com intuito pedagógico e de protesto conquistaram aderentes, ou seja, novos ocupantes vindos de áreas

foi observado que todos os impressos consultados utilizaram indistintamente “invasor” e “ocupante” no mesmo texto e contexto.

¹⁸ Na época, Conceição Andrade, filiada ao PSB administrava a prefeitura de São Luís em seu último ano de mandato. Considerada então de esquerda, apoiou Jackson Lago como sucessor. Ele e seu vice, Domingos Dutra, saíram vitoriosos na disputa eleitoral de 1996. O médico Jackson Kleper Lago nasceu em Pedreiras/MA em 1934, fez parte da SMDH e participou de várias disputas eleitorais. Foi deputado estadual (1975 a 1979), prefeito de São Luís em três ocasiões (1989 a 1992/1997 a 2000/2001 a 2002). O último mandato foi interrompido para se candidatar ao governo do estado em 2002 para o qual não foi eleito. Em 2007 se tornou governador, permanecendo no posto por dois anos, pois sua candidatura foi cassada pelo TSE. Durante sua trajetória acumulou capital social e de notoriedade com organizações, partidos e grupos de esquerda, o que pode explicar o relativo apoio de setores populares às suas campanhas eleitorais e a inserção de agentes individuais ligados à “causas” sociais em suas gestões municipais e à estadual.

próximas ao conjunto e apoio de membros do clero católico.¹⁹ A resposta das autoridades se deu com as negociações que levaram à construção de outro residencial financiado pelo governo federal (Programa Habitar Brasil) no município de Paço do Lumiar para onde os ocupantes do Cohatrac V foram deslocados.

Ao longo da década de 1990 a geografia da rede de organizações foi se modificando, pois algumas delas deixaram de existir ou redefiniram suas diretrizes, seu escopo de ações políticas e sociais ou regiões acompanhadas, como o MDFP, ASP, FASE, CJP e CÁRITAS, por exemplo. Por outro lado, as relações internas entre militantes da entidade foram se fragmentando, fazendo com ela se dividisse internamente em dois grupos e o crescimento da disputa intra “fórum” pelo monopólio da representação política envolvendo sindicalistas e militantes de outros setores populares provocou a defecção de parte dos membros. Estes, na perspectiva de continuarem investindo na militância e na “causa”, se filiaram ao UNMP em 2002 e fundaram a União Estadual de Apoio à moradia Popular (UEMP).

O Fórum da Moradia continuou sua atuação, inclusive implementando projetos habitacionais pelo MCMV-Entidades, mas a crescente diminuição do número de ativistas e de organismos parceiros fizeram com que ele deixasse de existir em 2010.

Este capítulo demonstrou que a construção de soluções legítimas no âmbito da questão urbana e habitacional se deu num contexto de interdependências. Isso significa dizer que essas temáticas elevadas à agenda estatal foram produzidas nas relações de força entre setores da sociedade e em interação com distintos elementos. Os movimentos acionados nas bases de interconexões confluíram para alterações no equilíbrio de poder (ELIAS, 2000). Setores concorrentes da sociedade exerceram pressões uns sobre os outros de modo a reduzir os diferenciais de poder que proporcionou a melhoria de suas posições no espaço social. Um movimento assim se deu em função dos interesses associados às diferentes posições e disposições dos ocupantes, que geraram propensão a atuação política.

Então, a UEMP/AEAMP se tornou o que é a partir de coalizões e alinhamentos no espaço social mais amplo e na relação de alianças e de clivagens de seus membros individuais com outros agentes individuais e coletivos em diferentes níveis, ou seja, a organização em questão só existe e se afirma incessantemente numa relação complexa com outros agentes individuais e coletivos. Esse argumento é melhor compreendido atentando para os capítulos seguintes.

¹⁹ É exemplo a manchete “Cohatrac V: religiosos condenam violência e culpam CAIXA e governo” (Jornal Pequeno 15/04/1996).

PERFIS SOCIAIS, SENTIDOS SOBRE A “LUTA” E TRAJETÓRIAS DOS AGENTES

Este capítulo pretende discorrer sobre as origens sociais dos militantes, sobre as definições que eles dão a “causa” que defendem, examinar as correlações entre tais definições ou significados atribuídos a determinadas noções evocadas em seu espaço de disputas e as posições ocupadas nele pelos agentes; percebendo igualmente de que modo seus perfis sociais, culturais e itinerários políticos, profissional e religioso influem em suas práticas e discursos dando, assim, um contorno ao espaço de problematização da moradia e à distribuição de papéis de liderança dentro do grupo analisado.

À primeira vista, destacam-se as similitudes, isto é, todos os entrevistados são maranhenses, sendo que apenas dois nasceram e sempre residiram em São Luís; os outros são provenientes de municípios do interior do Maranhão como Codó, São Bento, Vargem Grande, Palmeirândia e Alcântara. Este último pertencente à região metropolitana de São Luís. Dos sete pesquisados seis são negros. No grupo, ao todo, três são do sexo masculino e quatro do sexo feminino.

Além disto, cinco entrevistados nasceram entre as décadas de 1960 e 1970 e migraram com a família para a capital do estado na infância ou adolescência, o que pode ser correlacionado ao êxodo rural nessas décadas de execução dos chamados projetos de desenvolvimento no Maranhão, principalmente no que tange à Ilha. Esse contexto refletiu aspectos mais gerais do país no qual houve uma expansão dos centros urbanos causada pela política de fomento à industrialização no regime militar. As cidades tornaram-se centros dinâmicos de produção atraindo grande contingente populacional do campo diante do discurso do desenvolvimento (OLIVEN, 2010).

Os sete entrevistados são provenientes de famílias nas quais os pais exerciam atividades profissionais manuais, como pode ser observado no quadro 1. Essas profissões pressupõem baixa escolaridade destes, que é descrita no quadro 2.

Quadro 1-Profissões dos Pais dos Militantes

Profissão	Pai	Mãe
Carpinteiro	1	
Trabalhador rural	3	1
Pedreiro	3	
Costureira e auxiliar de limpeza		1
Empregada doméstica		1
Trabalhadora rural e dona de casa		2
Trabalhadora rural e lavandeira		1

Lavadeira e dona de casa		1
Total	7	7

Fonte: Entrevistas

Quadro 2- Escolarização dos Pais dos Militantes

Escolaridade	Pai	Mãe
Analfabeto	4	6
Alfabetizado	1	1
Ensino Fundamental Incompleto	1	
Não foi possível verificar	1	
Total	7	7

Fonte: Entrevistas

O perfil social dos avós maternos e paternos não varia em relação aos pais dos agentes. O nível de escolaridade é baixo, pois entre os casos considerados, apenas um consta a alfabetização do avô materno e somente um avô paterno cursou parte do ensino fundamental. Já o quadro 3 aponta as características quanto às profissões dos avós paternos e maternos dos agentes pesquisados.

Quadro 3-Profissões dos Avós Paternos e Maternos dos Militantes

Profissões	Avô Paterno	Avó Paterna	Avô materno	Avó Materna
Lavrador	1	2	1	3
Lavrador e Pescador	1		1	
Pequeno Proprietário de Terras	1			
Ferroviário			1	
Dona de Casa		1		1
Lavadeira				1
Doméstica				1
Sem resposta a considerar	4	4	4	1
Total	7	7	7	7

Fonte: Entrevistas

As profissões dos avós seguem o mesmo padrão dos pais dos agentes, o que mostra origens sociais baixas. Uma quantidade significativa de agentes não soube responder questões

volvidas às profissões dos avós paternos e maternos, pois quatro dos sete militantes não conheceu ou conviveu com eles.

Foram elencados seis indicadores para destacar as características mais gerais dos representantes e estabelecer algumas comparações. O quadro 04 exhibe essa tentativa de sistematização. Através dele é detectado os contrastes culturais e políticos relativos a esses perfis e discrepâncias deles em relação ao dos pais e avós

Quadro 4-Síntese dos Atributos Gerais dos Militantes

Nome	Títulos Escolares	Pertencimento Profissional ou Ocupação	Ascendência Política	Outros Engajamentos no Círculo Familiar	Orientação Religiosa	Pertencimento Étnico e Político
Carmem* (49 anos)	Ensino superior cursado em instituição privada	Assistente Social; é secretária adjunta de participação popular do governo do estado e militante da UEMP. Este último é um posto formal, uma vez que teve que renunciar apenas formalmente ao posto de coordenadora da UEMP/AEAMP para acessar a administração pública.	O pai, fundador de duas casas de umbanda, foi filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) na década que antecedeu a redemocratização do país.	O cônjuge foi filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) de 1992 a 2016; foi presidente da Associação dos Agentes e Inspetores Penitenciários do Maranhão; ocupou o cargo de vice presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Maranhão; foi representante dessa entidade no Fórum de Direitos Humanos.	É praticante de religião de matriz africana; frequenta o espiritismo e o catolicismo.	É filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1985; é simpatizante e aderente do Movimento Negro e frequentadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) onde tem laços afetivos com os integrantes da entidade.
Antonio* (54 anos)	Ensino superior (Pedagogia e Direito) cursado em instituições privadas e pós-graduação <i>latu sensu</i> em gestão pública cursada em instituição pública.	Pedagogo; ocupa o cargo de delegado federal do desenvolvimento Agrário e técnico em projetos sociais da UEMP/AEAMP	Sem ascendência política	A atual companheira é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT); um dos irmãos ocupa cargo de confiança no governo do estado e foi filiado ao PT.	Catolicismo	É filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1986.
	Ensino médio cursado em escola pública.	Sem profissão específica, mas atualmente exerce	Sem ascendência política.	Um dos irmãos é filiado ao Partido da Social	Catolicismo	É filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1987.

<p>Roberto* (53 anos)</p>		<p>cargo de confiança no governo do estado – Gestor de Articulação Institucional da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano e compõe o conselho fiscal da UEMP/AEAMP</p>		<p>Democracia Brasileira (PSDB).</p>		
<p>Elisa* (78 anos)</p>	<p>Ensino médio cursado em escola privada.</p>	<p>Sem profissão específica. Atualmente dedica-se exclusivamente à militância. Compõe o conselho fiscal da UEMP/AEAMP</p>	<p>Uma tia por ser muito conhecida na região onde morava, principalmente pela atuação na Igreja e na alfabetização de crianças era tida como figura de referência para os moradores e como “modelo” para a agente.</p>	<p>O cônjuge foi vinculado ao Sindicato dos Ferroviários e atuava em grupos da igreja católica local; Um dos oito filhos é dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Pública e Municipal do Maranhão (SINPROEEMMA)</p>	<p>Catolicismo</p>	<p>Foi filiada ao PSB, mas atualmente é simpatizante do Partido dos Trabalhadores apesar de nunca ter se filiado a ele formalmente.</p>

<p>Júlia* (52 anos)</p>	<p>Ensino Superior cursado em instituição privada e atualmente cursa pós-graduação na área de políticas sociais em instituição pública.</p>	<p>Assistente social e educadora popular. Ocupa cargo de confiança no governo do estado – Superintende da Secretaria de Estado de Economia Solidária; é articuladora estadual de grupos de Economia Solidária em uma ONG, Sócia de uma cooperativa da área de assentamentos rurais e compõe a secretaria geral da UEMP/AEAMP.</p>	<p>O pai foi ligado a uma associação de mulheres de uma “área remanescente de quilombo” no município de Alcântara.</p>	<p>Uma das irmãs é militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o cônjuge foi militante do Movimento Negro.</p>	<p>Durante a infância e adolescência foi socializada em ambiente católico, mas hoje não se vincula a uma religião específica.</p>	<p>É filiada ao Partido dos Trabalhadores desde a década de 1980.</p>
<p>Regina* (54 anos)</p>	<p>Ensino médio cursado em instituição privada</p>	<p>Dedicação exclusiva à militância - coordenadora financeira da UEMP/AEAMP. Compõe a secretaria geral da UEMP/AEAMP.</p>	<p>O pai foi delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara.</p>	<p>O irmão é vinculado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara.</p>	<p>Catolicismo</p>	<p>É filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 2002.</p>
<p>Paulo* (44 anos)</p>	<p>Ensino superior cursado em instituição privada.</p>	<p>Tecnólogo em Recursos Humanos; é coordenador geral (posto formal) da UEMP/AEAMP com dedicação exclusiva.</p>	<p>Sem ascendência política.</p>	<p>Sem outros engajamentos políticos no círculo familiar.</p>	<p>Foi ligado ao protestantismo durante a infância, adolescência e parte da idade adulta por causa da mãe, porém, ainda</p>	<p>É filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 1998.</p>

					na infância conviveu com o pai que era católico e simpatizante da umbanda. Hoje não se vincula a uma religião específica.	
--	--	--	--	--	---	--

Fonte: Entrevistas

Como demonstrado no quadro 4, os militantes da UEMP/AEAMP apresentam um nível de escolaridade mais alto se comparado aos dos pais e aos dos avós. Em cinco casos, o investimento escolar se deu com a migração para a capital maranhense. Quatro dos sete representantes concluíram o ensino médio após os 20 anos de idade e em instituição privada (Carmem*, Elisa*, Regina* e Paulo*); a terceira na condição de bolsista e o restante trabalhou para custeá-lo ou recebeu auxílio de familiares.

Predomina a obtenção de títulos escolares na área de humanidades (Direito, Pedagogia e Serviço Social) por meio de instituições menos qualificadas ou prestigiosas. Nos 4 casos em que os militantes tem graduação em nível superior, a aquisição dos títulos ocorreu durante a militância, evidenciando a relação direta entre esses dois domínios e os processos de reconversão.

Carmem* e Roberto* acumularam individualmente saberes em sua trajetória que demarcaram modalidades de intervenção centrais a configuração do grupo, se destacando entre si e entre o restante dos militantes investigados. O subtópico seguinte debaterá tais elementos.

Observa-se que apenas dois agentes possuem pós-graduação. Para mais, todos os cursos de graduação e pós-graduação foram realizados entre 2004 e 2016 que, levando em conta a idade dos representantes que detém esses títulos (variam entre 49 e 54 anos), indica um itinerário escolar não linear, curto e com investimentos tardios que condiz com a origem social baixa deles. O mesmo é dito com relação aqueles que cursaram o ensino médio após os 20 anos de idade.

Entre os sete representantes, quatro, durante realização da pesquisa, estavam ocupando cargos governamentais por indicação. Em três desses casos, os investimentos escolares são mais altos e a participação em estruturas associativas anteriores é mais expressiva. Os agentes que detém esses atributos são exatamente aqueles que na ocasião ocupavam cargos de chefia.

No quesito ascendência política se busca identificar influências prévias na constituição das libidos para o ativismo. Há destaque para quatro casos que expressam heterogeneidade entre as vinculações políticas de pais ou de outro familiar com o qual os militantes chegaram a conviver durante a infância ou adolescência: partido, associação, sindicato e até mesmo a presença marcante no decurso da socialização primária, de um familiar com status de liderança local.

Junta-se a isso o fato de que cinco agentes têm em seu círculo familiar alguém (Cônjuge ou irmãos) engajados em partidos, sindicatos, associações ou causas sociais. E mais,

identificou-se um caso de descendência política. A representante mais idosa da entidade (Elisa* de 78 anos) têm um filho que ocupa posição de dirigente sindicalista.

Quatro dos sete pesquisados têm filhos que cursaram ou estão cursando ensino superior (Elisa*, Júlia*, Regina* e Paulo*), sendo que dois desses agentes têm filhos com pós-graduação (Elisa* e Regina*).

Já os dados sobre socialização religiosa, apontam cinco ocorrências em que predominou esquemas interpretativos do catolicismo (Antônio*, Roberto*, Elisa*, Júlia* e Regina*); em um dos perfis individuais foi marcante a presença simultânea de religião de matriz africana e do catolicismo (Carmem*). Essa militante tem profunda adesão a uma religião de matriz africana ao mesmo tempo em que mantém laços secundários com o catolicismo e espiritismo. Somente em um perfil houve ligações tanto com o catolicismo e religião afro quanto com o protestantismo (o pai de Paulo era católico e simpatizante da Umbanda e a mãe protestante). Todavia, quatro dos sete integrantes se consideram católicos e dois não se vinculam atualmente a nenhuma religião.

O quadro 4 também expressa os laços matrimoniais entre os ativistas da UEMP/AEAMP e militantes de outras causas coletivas, entidades de classe ou que tem vinculações com partidos, por exemplo. Muito embora haja somente um caso de vínculo matrimonial entre militantes de um mesmo partido (PT), essas relações se desenvolveram em espaços de socialização que propiciaram encontro entre “iguais”, lembrando o estudo de Reis (2015), o universo dos engajamentos oportuniza o encontro de homens e mulheres com disposições e posições semelhantes em termos de luta política constituindo a partir de determinadas condições um mercado afetivo.

Por esse viés, os espaços de socialização política se mostram eficientes propulsores de um mercado matrimonial homofílico que compatibiliza as esferas afetiva e militante contribuindo para a própria intensidade ou perenidade do ativismo. Visto que o universo da luta política é cheio de restrições e imposições, comumente demandando custos pessoais e profissionais aos engajados, a existência de laços desse tipo entre agentes com disposições parecidas, nessas circunstâncias, tem probabilidades de endossar uma identidade ativista ou favorecer o recrutamento no caso de a inexistência do referido laço representar disponibilidade pessoal ao ativismo (SAWICKI; SIMÉANT, 2011; McAdam, 1986).

Partindo dos dados empíricos, os pesquisados que contraíram laços matrimoniais com militantes não deixaram de investir, durante seu percurso biográfico, na militância. Carmem*, Elisa*, Antônio* e Júlia* reforçaram o senso de intervenção nas questões públicas com

incentivos dos cônjuges que estão ou estiveram envolvidos em sindicatos, partidos políticos e movimentos populares.

Por fim, os pertencimentos políticos giram em torno da relação com o PT que compreende a maioria das adesões – seis dos sete agentes são filiados formalmente ao partido. As adesões mais antigas localizadas no desenvolvimento da pesquisa se deram em 1980, 1985, 1986 e 1987, ou seja, remontam ao início da atuação do partido. Não foi possível saber quando ocorreu a filiação da agente mais idosa da organização ao PSB. As filiações mais recentes ocorreram em 1998 e 2002.

A participação em grupos de jovens, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais estão entre as experiências de socialização anteriores dos cinco primeiros agentes listados no quadro 4. Elisa*, a quarta agente citada também foi membro de associação de moradores e, excluindo Antônio*, todos têm precedente no espaço da reivindicação por moradia. A atuação em sindicatos entra no perfil de Antônio* e Júlia*. Os dois últimos exibidos no quadro atuaram simultaneamente em organização coletiva de reivindicação por moradia e em associações de moradores.

As diversas experiências de socialização anterior dos representantes pesquisados levaram a adesão ao PT definido por eles em determinadas circunstâncias como opção mais “alinhada” com um projeto de sociedade, representação surgida em um contexto em que este partido conglomerava “demandas” populares.

Posições e Posicionamentos Sobre a “Causa”: as trajetórias dos agentes

Retomando os dados contidos no capítulo 2, é forçoso argumentar que a efervescência de ocupações de terra e o grau de organização das ações coletivas por moradia e serviços urbanos em São Luís na década de 1990, tiveram seus êxitos (em termos de recursos materiais e simbólicos adquiridos para os agentes envolvidos) em decorrência da capacidade articuladora e aglutinadora das diversas organizações e agentes individuais que participaram direta e indiretamente dessas ações somados aos distintos recursos oferecidos por elas no processo. Os dados mostram que muitas delas já acumulavam notoriedade profissional e política pelo intenso envolvimento nesse tipo de mobilização ainda nos anos de 1980, posto que o contexto de “redemocratização” foi extremamente favorável ao desenvolvimento de interpretações (políticas, intelectuais e religiosas) e práticas sobre o fortalecimento dos “movimentos sociais” e de projetos de sociedade.

Grande parcela dos agentes individuais e coletivos articulados no Fórum da Moradia compartilhavam de temáticas e matrizes interpretativas (cruzamento do plano religioso e político) preocupadas em elevar a “participação popular” aos espaços políticos institucionais e com ela determinadas “demandas”, como a “moradia” e o “espaço urbano”. Muitos agentes aí inscritos acumularam atributos políticos e sociais que foram reconvertidos em posições de comando ou posições mais periféricas na administração pública.

A atuação dos porta-vozes analisados neste tópico advém de tal processo. É a luta pela “moradia” e categorias que lhe foram indexadas (“direto à cidade” e “reforma urbana”, “autogestão”) que configura as preocupações socialmente legítimas partilhadas por esses representantes e é o marco inaugural da militância política de 3 dentre os 7. Cada um, tem trajetórias diferenciadas em termos de deslocamentos operados, escolhas individuais, vínculos tecidos, sentidos dados e repertório de intervenção. O engajamento na “questão” habitacional propiciou a construção de identificações (e delas decorreu) que tiveram desdobramentos em virtude de disposições para a militância, dos investimentos políticos e culturais, trunfos acionados, gratificações acumuladas e dos espaços ocupados no decorrer dos trajetos biográficos.

Para isso, tentou-se operar numa perspectiva processual sincrônica e diacrônica para captar os tipos de atuação em distintos períodos do percurso biográfico dos militantes, os domínios sociais onde se inscrevem e de que forma atributos específicos são mobilizados em sua arena de disputa. Por isso, para além dos indicadores expressos no capítulo introdutório, investigou-se a circunstância de ingresso na temática habitacional e as formas de intervenção atuais. Os aspectos mais pujantes identificados nas trajetórias e sentidos tributados permitiram classificar os agentes em 4 categorias e demonstrar em que medida discrepâncias e regularidades observadas influenciam na configuração da “causa” e do grupo que a defende.

Militância de Bairro e Trunfos Políticos

A regularização, a questão da cidade mermo, um bom debate urbano em São Luís não dá pra você fazer sem fazer o recorte pela moradia. Porque que não dá? Porque a gente discutiu a forma do plano diretor, a gente tem discutido amplamente o **direito à cidade**, as conferências da cidade, a gente tem feito um debate bom, um debate qualificado, com propostas, inclusive somos do conselho [conselhos municipal, estadual e nacional da cidade], então isso aí deu pra gente um referencial. Hoje, por exemplo, você vai em audiências pontuais, mesmo sendo contra o governo, as pessoas respeitam (...) mas isso é porque a gente dedicou a vida, não foi assim, a gente fez um curso e veio militar, não, a gente dedicou a vida da gente (...) O debate urbano, a gente não pegou um livro e viu como é que foi feito, a gente tava lá (...) (Entrevista realizada em 29/05/2016, grifos nossos).

Roberto*, o enunciador do fragmento, converge no mesmo plano político um conjunto de ideias que, para ele, só fazem sentido se ativadas dentro das modalidades de intervenção coletiva por moradia. O termo “moradia” agrega noções pertencentes a planos distintos. No plano tangível, envolveria tanto a casa em si como a legalização de terrenos ocupados para garantir a posse àqueles que são marginais ao mercado habitacional formal; e o no plano ideológico, um ideário de cidadania. “Direito à cidade” supõe, no discurso de militantes e técnicos de Estado, a defesa do exercício coletivo de utilização de serviços e recursos materiais do espaço urbano vistos como meio de transformação social.

A “questão da cidade”, referido pelo agente, equivale à “debate urbano” que acontece, para ele, na problematização da moradia. Isso ocorreria nos espaços autorizados à discussão de “soluções”, isto é, pregando o ordenamento jurídico do solo urbano junto aos órgãos de governo e espaços representativos e reivindicando melhorias infraestruturais por intermédio de ações estatais. Práticas emergidas no processo de representação que, na concepção de Roberto*, são respaldadas no histórico de lutas daqueles que, como ele, debatem a causa e que por isso seriam seus representantes legítimos.

O agente foi entrevistado em sua residência localizada no Parque Vitória, bairro da periferia de São Luís. Com 53 anos, viúvo, com 2 filhos e um neto, a conversa foi agendada três vezes. A ocasião transcorreu com tranquilidade. Membro de uma família da qual fazem parte 5 irmãos, nasceu e sempre morou em São Luís; viveu com a avó materna na adolescência. Ele diz que ela, por ter sido “benzedeira”, era muito conhecida na vizinhança.

Roberto* estudou até os 18, fez o ensino médio e curso técnico em secretariado numa escola pública. Começou sua atividade profissional na ALUMAR imediatamente à conclusão do ensino médio. Lá trabalhou como ajudante de pedreiro e montador.

Por causa dos incentivos da avó que era católica, passou a frequentar a igreja do bairro Salina do Sacavém onde morou por alguns anos. Foi membro assíduo da Pastoral da Juventude e esteve envolvido na direção local. Engajado nos grupos de igreja e participando de seus encontros de formação, Roberto*, conheceu Carmem* que morava no Coroadinho, porém sem firmar laços de confiança inicialmente.

Completados 25 anos de idade ingressou na Pastoral Operária e também atuou nas CEBs. Nessa época integrou um grupo no bairro pra discutir os problemas estruturais e reivindicar serviços urbanos. Filiou-se ao PT em 1987 e a primeira vez que se candidatou a vereador foi em 1992 não obtendo êxito na eleição.

Por indicação de um primo, que era amigo do proprietário de um hospital psiquiátrico, conseguiu emprego de auxiliar de limpeza. No decorrer dos anos subiu na hierarquia chegando a ocupar a função de diretor administrativo de uma das unidades. Trabalhou na clínica entre 1987 e 1995 com jornada de 50 horas semanais. Ele afirma que, posteriormente buscou uma oportunidade de emprego que fosse similar à atividade militante que realizava no seu bairro e, *“além do mais, conta ele, “eu tinha militância e ficava ruim... uma vez eu vinha pensando que ia pra greve, eu ia entrar no hospital pra trabalhar”*.

Nesse sentido, houve desajuste entre profissão e ativismo, pois é sabido que tensões identitárias e conflitos de papéis emanam da incompatibilidade de expectativas derivadas das esferas de vida dos agentes (SAWICKI; SEMÉANT, 2011), muito embora, Roberto* julgue que a passagem por tal ocupação, na prática, tenha lhe proporcionado saberes que foram muito úteis em outros domínios (*“Então, minha profissão foi uma escola, que fui aprendendo muita coisa na prática, entendeu? Como administrar, liderança, uma série de coisa”*).

A realização de seletivo para trabalhar 3 anos num órgão governamental como “educador popular” favoreceu a prática ativista do agente. A seleção ocorreu por meio de análise curricular e o critério que determinou a entrada de Roberto* nesse domínio de atividade foi o acúmulo de experiências em militância de bairro. Ser “educador popular” significou uma experiência positiva para ele (*“foi legal lá, a gente conseguiu ainda fazer um bom núcleo”*). O trabalho aí centrava-se no incentivo a formação de cooperativas pelos pequenos produtores rurais no interior do estado e sua organização política.

Nesse meio tempo, casou-se e obteve financiamento para comprar uma casa no Parque Vitória. Lá se empenhou nos problemas do bairro relativos à infraestrutura, serviços públicos, mobilidade urbana e os despejos, ocorridos com frequência devido a inadimplência entre os moradores. Nessas circunstâncias, incentivou a criação da associação de moradores para qual foi eleito primeiro o presidente.

Em eventos do PT conheceu Josinaldo, dirigente do Fórum da Moradia, que o convidou a frequentar as reuniões da entidade. No entanto, sua entrada de fato nas discussões da temática habitacional aconteceu em 1998, quando os representantes da mencionada entidade organizaram uma manifestação pública em apoio aos ocupantes do terreno situado no bairro Maranhão Novo remanejados pelo governo municipal para a Reserva do Itapiracó, local bem próximo ao Parque Vitória. Os moradores deste não queriam a instalação dos ocupantes (na época chamados de “sem tetos”) na área, representados como “ameaça”, por isso houve a manifestação.

A aproximação entre Roberto* e Paulo* ocorreu nessas circunstâncias. Sendo que o auxílio do primeiro e de sua posição como presidente da associação de moradores do seu bairro mostrou-se um meio importante para aplacar as tensões advindas do assentamento, já que Roberto* procurou conciliar os interesses das duas partes.

(...) discutimos sobre isso. Acabou que era o mesmo problema, só que nós temos a casa e vocês não tem. Nós temos o mesmo problema de moradia, então aqui tem muita gente sendo despejada e vocês não tem... então, não tem como tá brigando a gente com Canudos. Então a gente conseguiu estancar essa crise. (Entrevista realizada 29/05/2016).

O agente, já no Fórum da Moradia pôde se aproximar de Carmem*, Regina*, Júlia* e Elisa* e passou a conquistar novos contatos e amizades nesse ambiente, pois ele congregava representações de diferentes setores populares de áreas diversas da região metropolitana de São Luís, um espaço de *mediação* que arregimentava uma cadeia de líderes seguidores que ligava agentes situados em diferentes posições na hierarquia política da entidade (GRILL, 2009).

Diante dessas novas condições e mesmo depois, a atuação desse militante sempre esteve mais circunscrita aos bairros resididos por ele, principalmente ao Parque Vitória onde mora há mais de 20 anos. Segundo afirma, as duas vezes em que se candidatou a vereador, a maioria dos votos vieram de sua vizinhança. A concentração de sua base política aí reflete a aquisição de capital de confiança e fidelidade oriundo de interações socioespaciais.

O Fórum da Moradia era dirigido por servidores públicos sindicalistas. Ao longo do tempo e do processo de institucionalização e mobilização da causa, o espaço político interno se dividiu.

(...) entre eles tinha muita especulação e a gente tinha uma leitura mais socialista, então a gente foi fechando ali e foi dando crise (...) É, pela condução do processo, pela forma de você ver o processo, pela condução dos projetos, porque, como eu coloquei no início, a gente tinha uma leitura mais real porque a gente morava na periferia, então a gente não tava só falando). (Entrevista realizada 29/05/2016).

O estreitamento dos vínculos de parte dos militantes do Fórum e as disputas pelo monopólio das ideias-força e pela condução política do “Fórum”, conduziram a dissidência e a defecção da organização por Roberto*, Carmem*, Elisa*, Júlia*, Paulo* e Regina*. O não compartilhamento de características socioeconômicas entre representantes e representados, seria, conforme o agente, o motivo para o rompimento.

O desligamento do Fórum aconteceu quando Roberto* e Carmem* se aproximaram de dirigentes da UNMP. O contato foi facilitado por lideranças do PT e do MST de São Paulo que apresentaram os militantes a coordenadores da organização no Fórum Social Mundial em 2001.

Em 2015, Roberto* foi indicado pelo partido a ocupar o posto de gestor de articulação institucional da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano no governo de Flávio Dino. O cargo se insere na proposição de ações governamentais no setor fundiário. As principais funções do agente dentro da UEMP/AEAMP é, desde o início, a mobilização externa (acionamento das bases), negociações com outros agentes e o planejamento de ações. Antes de priorizar a atividade de construção de conjuntos habitacionais, o foco do grupo era assessorar ocupantes de terrenos não legalizados. Então, o militante organizava grandes reuniões coletivas para informar sobre os procedimentos a serem adotados pelos moradores, inclusive com a presença de defensores públicos, membros da OAB. As visitas periódicas a esses lugares ajudavam a incutir confiança e estreitar relações com lideranças. Apesar de que nem sempre isso tenha determinado laços de fidelidade.

No percurso inaugural da entidade Roberto* encabeçou a CMP, atuando na mobilização de representantes de associações de bairro, de ONGs, de partidos políticos de esquerda e de órgãos de governo para discussão de temáticas sociais objetivando a proposição de uma agenda comum.

Com a obtenção de recursos financeiros de organismos financiadores, as práticas de Roberto* se ampliaram para o planejamento das ações do movimento e das prioridades financeiras da entidade, prescrevendo as atividades a serem executadas na administração dos recursos disponíveis. Sua dedicação contínua à militância se desdobra na “defesa da moradia” e na relação com o partido. É a confluência desses domínios de disputas e o peso de cada um que definem sua visão sobre a política.

A moradia ajudou bastante, porque a militância tem uma capilaridade boa, mas não é só isso não. É o partido. “Esses cara aqui são bons, esses cara aqui são da moradia, eles precisam ficar no governo”. Aí o partido fala grosso com o governador: “os cara são bons mesmo, porra, os cara tão aí e ainda são do PT”. Mas o movimento não pode chegar e dizer: “olha Flávio, a gente vai, não quero aqueles caras do PSDB e quero que tu bote os da moradia, que são mais importante”. Na prática devia ser assim, devia ser assim, mas na prática não é. (Entrevista realizada 29/05/2016).

É pertinente perceber a posição que dá à “problematização” da moradia no plano das concorrências partidárias. Ela seria uma espécie de aglutinador de identificações, mas não daria por si mesma acesso direto à administração pública na democracia representativa. Para ele, isso só seria possível através do partido. Este determinaria a intervenção no mundo social.

O agente acredita que sua ascensão a um posto administrativo na esfera governamental significa não somente expectativas correspondidas na promoção de políticas sociais no âmbito habitacional, mais que isso, participar na gestão pública é uma oportunidade de tornar-se conhecido nas disputas eleitorais, pois pretende concorrer novamente ao cargo de vereador. A

passagem por órgãos de governo seria uma espécie de teste à capacidade de desenvoltura política.

Para que a “causa” da moradia continue sendo discutida e tenha visibilidade nas políticas sociais, Roberto* defende a ampliação de suas fileiras como única possibilidade de perpetuar a bandeira de luta (“...*é um problema de todos os movimentos, sua renovação; precisamos pensar em renovação de um quadro qualificado que possa continuar a história toda daqui pra frente, esse é um problema*”).

Quando questionado sobre o que lhe traz gratificações em meio ao que ele compreende por desafios à mobilização de uma questão percebida como pública, a resposta é incisiva: “*se tu conversar com todas as pessoas, umas 50 pessoas, nessa nossa faixa de 40 a 50 anos, então todos tem aquele sentimento de que valeu a pena, valeu a pena pela amizade, pela construção coletiva*”. A percepção das gratificações do engajamento, liga, discretamente, pessoas à condições objetivas de inserção na militância, incluindo vínculos afetivos e referenciais comuns no processo de constituição de uma “problemática” de interesse comum.

A agente seguinte tem posição de liderança na organização. Ela dita as ações do grupo, arbitra as controvérsias internas e, conjuntamente à Roberto*, implementa negociações diretas com a clientela, opositores e aliados. Em comparação aos demais, os dois têm envolvimento mais intenso com o partido político ao qual são filiados.

Respeitando a agenda de Carmem*, coordenadora geral da entidade, Ela foi entrevistada três vezes. Todas na sede. A maior dificuldade foi conseguir conversar com a agente, posto que, em relação aos demais, sua disponibilidade foi bem menor. Cada vez que a entrevista foi interrompida a continuação demorava até meses para voltar acontecer, alterando o seu ritmo.

A trajetória de Carmem* tanto quanto a de Roberto* é fortemente marcada por militância de bairro e teve nos saberes acumulados e vínculos desenvolvidos, trunfos na aquisição de recursos e posições em outras esferas de atuação política. Seu engajamento na questão da moradia data da década de 1980. Sua participação nesse universo e a de Elisa* são as mais antigas do grupo. As ideias força do segmento que ela representa estão bem evidentes no fragmento a baixo, ocultando os processos de identificação que só podem ser explicados a partir de sua história de vida.

(...) as pessoas, elas criminalizavam muito os movimentos, o movimento de moradia sempre é visto como movimento de **invasões**. A gente não descarta que há os oportunistas em busca de **invasão**, mas a partir daí esse marco demonstrou para a sociedade que existe dois tipos de **ocupações urbanas**, nós temos a que nós chamamos de fato que é essa **ocupação organizada pelo movimento**, pelos trabalhadores que aqui precisa ocupar a terra e que existe a terra que cumpre uma

função social e dizer que existe aquela das invasões das pessoas que são os **especuladores**, se aproveita inclusive da necessidade de algumas pessoas, de fato é especulando sobre essas pessoas (...) (Entrevista realizada em 06/05/2016, grifos nossos).

A fala se reporta a uma conjuntura de mobilização coletiva por moradia em São Luís (as ocupações urbanas na década de 1990, especialmente a ocupação do residencial Cohatrac V) para estabelecer um enquadramento da ação coletiva num patamar de legitimidade. Onde os termos “ocupação organizada pelo movimento” e “invasão” são postos em níveis opostos e classificados dentro da ideia mais geral de “ocupação urbana”. Essas noções são associadas pela agente a grupos diferentes e à circunstâncias igualmente distintas. Em vista disso, a primeira seria uma resposta coletiva a uma situação tida como injusta, fundamentando a busca por direitos (cumprir a “função social” da terra), e a segunda é tida por condenável, se quem a pronuncia é um militante ou simpatizante da causa, pois é situada no viés da especulação imobiliária e dos seus lucros materiais. Logo, para Carmem*, “invasão” é destituída de legitimidade e é ilegal. A distinção no modo de acionar as categorias tem a ver com a posição de porta-voz exercida por ela. O histórico da problematização da moradia no Maranhão é interpretado pela militante como definidor dos limites dessas classificações.

Casada com um servidor público, sindicalista e integrante de conselho de direitos, ela tem duas filhas e reside atualmente no residencial João do Vale, bairro Anil, no primeiro conjunto habitacional construído pela AEAMP. Quando se deu a entrevistada, ocupava o posto de secretária adjunta de participação popular do governo do estado comandado por Flávio Dino (PCdoB).

Oriunda do município de Codó, Carmem é filha de um carpinteiro e de uma lavradora e verdureira. Viveu parte da infância com a avó depois que os pais se separaram. Ela precocemente teve duas orientações religiosas, pelo motivo de que o pai sempre coordenou terreiros de Umbanda e a mãe sempre foi católica e seguida da Umbanda.

Com 13 anos mudou-se para São Luís, indo morar com uma tia no Coroadinho. No período em questão fez curso de catequese no Colégio Santa Tereza e em seguida, já completados 14 anos de idade, ingressou num grupo de jovens. Nele recebeu incentivos para participar da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), um movimento da Igreja Católica do Brasil criado em 1978 visando o engajamento de jovens da periferia no meio social (“...e a gente era muito incentivado a ser militante realmente, tínhamos que cumprir o papel de filhos de trabalhadores, de jovens da população de baixa renda mesmo”).

Interessa sublinhar que o bairro Coroadinho, assim como grande parte dos bairros da região metropolitana, resultou de ocupação irregular em 1977 e em 1979 foi alvo do PROMORAR, programa federal de erradicação de favelas e palafitas. A área, carente de infraestrutura sempre foi representada nos meios de comunicação de massa como uma das mais violentas de São Luís. Carmem* cresceu em meio não apenas a precárias condições urbanas, mas também ao estigma, provocando processos de reconhecimento, diferenciação social que partiram de interações sociais específicas, dando sentido a seu engajamento (NAUJORKS; SILVA, 2016).

A agente teve o ensino fundamental cursado em escola pública e o ensino médio concluído tardiamente num estabelecimento privado. Isso foi possível, segundo conta, porque trabalhava meio período com venda de bolos e de cosméticos. Em virtude do impulso da PJMP, inseriu-se ainda jovem nas causas do bairro, compondo a associação de moradores. A adesão ao PT ocorreu aos 18 anos e executou função remunerada na secretaria municipal do partido do final da década de 1980 a meados da década de 1990, e realizou trabalhos extra para auxiliar na renda doméstica. A ligação com o movimento negro começou no mesmo período da adesão partidária. O grupo União e Consciência Negra congregava jovens negros da periferia no que se refere à questões étnicas, expressando assim ideário do Movimento Negro.

Em 1986 por conta de sua militância em ações coletivas pelo bairro, foi convidada à participar Movimento de Defesa dos Favelados e Palafitados (MDF). Lá, conheceu Elisa*. A circulação nesse espaço e a aproximação com Elisa* deram início ao seu ativismo na questão da moradia.

Conta Carmem que, até 1996, seu investimento militante na temática habitacional foi menor, mudando a partir desse ano com a ocupação do residencial inacabado Cohatrac V, organização da qual ela esteve diretamente envolvida e apoiada por muitas entidades sociais conectadas no Fórum da Moradia.

(...) foi um movimento muito violento, sofremos vários despejos e o movimento cresceu muito e agora com a organização do grupo nós fechamos com 80 pessoas, 80 famílias aí organizamos a ocupação, só que a ocupação tinha outros imóveis que tava em condições piores que os que a gente ocupou, aí o movimento ampliou, surgiu outras famílias, o movimento pra mais que dobrou aí de lá pra cá não quis mais sair do movimento de moradia, tive que continuar. (Entrevista realizada em 27/04/2016)

Ela singulariza o evento, tornando-o, por um lado, divisor de águas na elevação da moradia na qualidade de questão socialmente definida em São Luís e, por outro, um denotativo individual de sua militância porque esta adquire novos significados para ela a partir de então.

O que transformou a ocupação do residencial em algo “singular” foi a mobilização construída a sua volta pela agente. Dado o fato de que já dispunha de uma rede de relações pessoais envolvendo integrantes do MST, CUT, Cáritas, PT, vereadores e deputados, fez com que o evento atraísse a atenção das autoridades governamentais. Porém, isso não é auto evidente, posto que a forma como ela acionou e mobilizou essas relações é que foi decisivo para o empreendimento.

Além de recrutar em movimentos sociais pessoas sem residência fixa (principalmente militantes), promovia palestras relacionados à “conscientização política” dos ocupantes e deixa o espaço disponível aos debates e plenárias comandados pelos militantes de tais segmentos que pouco a pouco foram agregando mais aliados. Isso, e os acontecimentos ocorridos naquele local, principalmente os relativos à violência policial e aos confrontos com os seguranças contratados pela Construtora Estrela, eram veiculados na mídia local, em notas assinadas por agentes coletivos e nas discussões engendradas por aliados nos espaços legislativos, elaborando um quadro interpretativo por avaliar continuamente a condição social dos ocupantes, apontando argumentos que realçassem “soluções” para o “problema” enfrentado (TARROW, 2009).

Mesmo com a não concretização do assentamento na área, o governo do Maranhão, à frente do qual estava Roseana Sarney, inseriu o grupo de, pelo menos, 200 ocupantes num programa habitacional que construiu o Residencial Zumbi dos Palmares, localizado em Paço do Lumiar. O empreendimento foi implementado por meio de cooperativa organizada pelas principais lideranças de ocupação do Cohatrac V, entre elas Carmem*.

Após a construção do conjunto, ela passou a morar lá e ajudou a fundar o Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina (GMN-MF), um núcleo de geração de renda mediante a confecção artesanal de brinquedos, inclusive oferecendo cursos aos jovens do conjunto e dos arredores. O objetivo era afirmar as temáticas “etnia” e “gênero” concomitantemente à atividade econômica.

Seguidamente a resolução do conflito no Cohatrac V e assentamento dos ocupantes, Carmem ganha mais destaque como mediadora da causa, assumindo posição de liderança no Fórum da Moradia. O investimento na modalidade de ativismo deu outro caráter à ligação com o movimento negro no Maranhão. O envolvimento não se extinguiu, apenas adquiriu outro formato. Tanto que é integrante assídua do Bloco Afro Akomabu desde o início de sua criação datada de 1984 (“Tenho praticamente quase 30 anos de bloco afro Akomabu (...) atualmente não tenho militância focada no Movimento Negro, sou simpatizante, frequente, discuto, tenho muitos amigos que são militantes e dirigentes do Movimento Negro”).

A presença frequente no bloco não está separada da conexão da agente às ideias, no sentido de causas étnicas, difundidas pelos agentes do Centro de Cultura Negra (CCN-MA) com os quais tem fortes laços pessoais. Isso assegurou e reforçou o processo de identificação com a Umbanda, enquanto que resignificou sua relação com o catolicismo. Fatores assim, adicionados à posição que Carmem* tem na associação, justificam a prática atribuída a AEAMP de heroicização de personagens e figuras consideradas míticas ou excepcionais para os adeptos do movimento negro e de religiões afro. Ao homenageá-los e estabelecer relações de similitude com os denominados “heróis das lutas populares”, a militante está, igualmente, valorizando redes de relações onde se encontra imersa e afirmando princípios de identificação presentes nos processos de socialização primária e secundária.

À deserção do Fórum da Moradia Carmem atribui contradição na representação do segmento (“*o movimento tinha alguns apoiadores que acabavam assumindo o papel de coordenadores, e a gente sempre defendia que quem calça o sapato, de fato, é quem sabe onde aperta, então quem é sem teto tem que ser dirigente de si mesmo*”). Assim, seguidamente ao protesto contra a hierarquia da representação na entidade, o grupo liderado por ela funda uma nova organização, o que é coerente com o círculo perene das deserções em nome de uma “causa” legítima (BOURDIEU, 2004).

A filiação à UNMP trouxe ao grupo de Carmem* inserção nas redes que estruturam o Estado. Assim, institucionalizar a comunicação com ele mostrou-se condição para ter acesso a recursos raros numa conjuntura de ampliação das *estruturas de oportunidades políticas* (TARRAW, 2009).

De maneira particular, a adesão trouxe a Carmem* maior mobilidade espacial, considerando os deslocamentos para realização de cursos sobre “autogestão habitacional” em outros países da América Latina e da Europa, ampliação de sua rede de relações que lhe aproximou de financiadores internacionais e o reconhecimento de novos códigos interpretativos e categorizantes da realidade.

Importa acentuar que a partir de sua vinculação à UNMP, deu-se a sua inclusão em uma rede estruturada por canais institucionais e informais de instâncias de governo que favoreceram o acesso à informações privilegiadas e recursos materiais que deram sustentação progressiva a UEMP/AEAMP ao longo dos governos petistas, podendo ser exemplificado nas conexões com agentes da Caixa Econômica Federal bem posicionados no centro de decisões desse órgão em Brasília e nas aproximações com representantes de ONGs que deram expressividade política às práticas organizativas da entidade localmente. Uma rede de relações

mantidas fora das fronteiras estaduais, que marcaram a circulação de ideias politizantes, de acesso à informações de centros de poder introduziram novas formas de percepção e de intervenção social (BEZERRA, 2007).

Desde a formalização da entidade, Carmem* interage fortemente com moradores de áreas sem segurança jurídica da posse e com outros inseridos em conflitos fundiários por estarem em regiões estratégicas à instalação de grandes empreendimentos. Essas inserções lhe autoriza a falar em nome desses setores em pesquisas acadêmicas, à imprensa e ao Estado. Tal foi constatado em consulta a sites da internet.

Cursou Serviço Social²⁰ entre 2008 e 2012 na Universidade Luterana do Brasil, opção inspirada por ela no ativismo do setor e no ideário da esquerda. Considerou isso um diferencial no seu engajamento e um mecanismo de inserção profissional. Possuir nível escolar superior garantiu a ela ocupar, em 2015, cargo de chefia na administração pública.

A conquista de espaço de poder local, tendo em conta a conquista da função de coordenadora da UEMP/AEAMP, e ampliação e diversificação do círculo das relações pessoais e impessoais, por sua vez, foram primordiais à expansão do capital político dessa agente e a diversificação de sua inscrição militante e orientação religiosa que são explicados mediante a ocorrência de uma contingência biográfica marcante.

Em 2009 teve uma gravidez de risco: o feto foi diagnosticado com uma cardiopatia grave e como a sua situação financeira não permitiu acompanhamento médico especializado numa região do país que oferecesse o serviço, Carmem* buscou apoio jurídico para conseguir que o governo do maranhão custeasse sua ida e tratamento em outro estado.

A vitória judicial aconteceu porque as ligações históricas da agente e do seu cônjuge com outros bem alocados em distintos setores políticos e jurídicos colaboraram para pressionar uma resposta favorável. O contexto de falecimento do recém-nascido aproximou a militante ao espiritismo, relação mediada por amigos seus inscritos aí. Ao mesmo tempo, teria despertado nela o desejo de atuar em uma nova questão: assistência a crianças com cardiopatia congênita. Por isso ela atribui ao nascimento do filho uma ideia de missão. Dessa forma, empenhou-se na mobilização do núcleo local de uma ONG de caráter nacional que promove a questão da cardiopatia junto ao Estado e leva informações e uma espécie de assessoria às famílias de cardiopatas, multiplicando, outrossim, reconhecimentos e prestígio da agente nas arenas políticas em que circula.

²⁰ É percebido que a escolha da militante tem correlação com a inserção histórica do Serviço Social em reivindicações por moradia em São Luís na década de 1980, sendo a atuação profissional e ativista da docente Maria Ozanira da Silva e Silva da Universidade Federal do Maranhão um caso emblemático (PEREIRA, 2011).

Se referindo aos sentidos dados a sua participação na gestão pública, Carmem* diz que isso é a sua contribuição na institucionalização de demandas do movimento de moradia, partilhando das decisões produtoras de mecanismos que acolham “interesses coletivos” em torno dos quais militou durante parte da vida. Na sua percepção, isso faz com que não haja tensão entre a posição de porta-voz da causa e a de porta-voz do Estado.

Na realidade eu não sou Estado, eu estou no estado, porque a minha vida na realidade é a militância, aí nesse sentido eu sempre digo, eu não posso deixar de ser militante porque eu não posso fazer o caminho de volta, então tenho que tá sempre no caminho, tenho que sempre tá trilhando pelo caminho da militância que eu não posso perder de vista, que eu tô lá [no Estado] só cumprindo um papel (...) (Entrevista realizada em 27/04/2016).

O fato de representar um grupo é o que a autoriza a está no comando de um órgão de governo dissociando-se simultaneamente deste. No ponto de vista subjetivo transparece a ideia de que só existe enquanto Estado em virtude da “causa” que representa e do grupo que a instituiu enquanto representante dessa “causa”, perfazendo uma anulação de si mesmo (BOURDIEU, 2004).

À concretização dos objetivos que menciona, julga imprescindível a mobilização das relações pessoais que desenvolveu ao longo de sua história como militante.

(...) não dar pra gente levar as coisas muito ao pé da letra só com a questão da formalidade. Então, é sempre importante você ter um conhecido em todos os cantos. Não é pra história de ficar... fazendo favores, mas de fato pra trocar informações, facilitar algumas coisas. Eu sempre trabalho com demandas populares; também é impossível você trabalhar com alguma legenda popular se você não conhece muita gente, se você não consegue se relacionar e inter-relacionar com outros setores; você vai ficar num gueto, vai guetizar (...) (Entrevista em 15/08/2016).

A determinação das relações informais sobre as institucionais é o que torna compreensível o significado de retribuição apontado por ela no universos em que transita, isto é, além de se reportar ao recurso tangível que é a moradia, há o acúmulo de experiências e amizades construídas na ação coletiva (*“Também as amizades que a gente construiu durante todo esse tempo, as experiências que foram se consolidando, o espaço pra morar, desde a minha primeira casa, isso é fruto da luta do movimento”*).

A apreensão de categorias de pensamento e conhecimentos técnicos relativos a discussão da causa explica seu posicionamento acerca dos “obstáculos” para mesma. Nesses termos, a concentração de terras, conforme Carmem, é o que dificulta a mobilização coletiva pela “função social da propriedade”. O termo, no discurso comum, é percebido como obrigação

de toda propriedade ter uso definido no espaço urbano para coibir a “especulação imobiliária”. Ele integra as reivindicações inclusas no tema da “reforma urbana”

Um dos destaques da agente em relação aos outros integrantes do grupo é a notória habilidade em tecer relações e firmar acordos. Do mesmo modo que Roberto*, elenca as ações da organização e, em determinados aspectos, sua posição prevalece sobre a dele porque as ramificações de sua rede são bem maiores. Ela concentra a mobilização de relações tanto horizontais quanto verticais, fazendo dela o ego do grupo, considerando os instrumentos analíticos operados por Grill (2009, 2014).

Logo, enquanto ele concentra elos no bairro onde mora, no PT e em algumas áreas de ocupação irregular de terrenos acompanhados pela UEMP/AEAMP, ela reúne elos com lideranças comunitárias de terrenos não legalizados, com associados, com o PT, PSB e PCdoB, com outros movimentos populares e com organismos financiadores governamentais e não governamentais. É a partir dela que as relações da organização com distintos espaços e agentes individuais e coletivos são mantidas.

A militante detém um “ar de família” que acaba se estendendo a organização, no plano simbólico. A capacidade de se expressar diante das massas e de usar a palavra para conquistar confiança, colaboradores e eventualmente seguidores é distintivo de seu perfil ativista. Para mais, operando com os símbolos da “causa” que defende, os diferentes princípios religiosos e políticos com os quais se identifica e com categorias engendradas por mecanismos de Estado, Carmem* acaba se movimentando mais facilmente pelo tecido social, o que lhe dá abertura a recursos variados.

Apontada como uma das 400 pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da cidade nos tópicos “ações pela moradia” e “direitos humanos”, foi homenageada em cerimônia na Assembleia Legislativa do Maranhão por ocasião do 4º centenário em 2012. O ato simbólico de entrega de medalha à agente significou título de respeito, consagrando-a perante os demais, transformando a representação que estes tinham dela e elevando-a a um novo patamar pelo reconhecimento de suas notabilidades, atributos acumulados na história de luta ao mesmo tempo em que transformou a representação que ela mesma tem de si por causa da obrigação de corresponder aos reconhecimentos obtidos socialmente (BOURDIEU, 1996).

Pondera-se que, subjacente a tal ato simbólico, existe relações de reciprocidade em movimento, pois a homenagem partiu do gabinete de um deputado estadual filiado ao PSB e ligado à agente desde a época da adolescência, quando participaram de grupos da Igreja Católica. Nesse contexto, a valorização implícita do vínculo e das afinidades político

ideológicas pode ou não significar novos trunfos à Carmem* (logicamente, isso não se dá de modo calculista). Isso irá depender de um sistema de relações inseridas em condições objetivas, dos objetos disputados e das escolhas da agente.

Devoção, Comprometimento Pessoal e Inscrição Militante

Elisa* é viúva, tem 78 anos e oito filhos, foi o primeiro membro a ser entrevistado na sede da entidade, num pequeno cômodo nos fundos do imóvel. Ela se mostrou abertura emocional durante toda a entrevista, demonstrando familiaridade com a situação. Sua resposta se concentra nos desapontamentos sobre as características atuais que observa na mobilização da clientela da entidade.

É muito devagar as coisas agora. A gente sempre comenta aqui que nos conjuntos residenciais que nós já entregamos **nós não somos conhecidos**. As pessoas passam que nunca viram. Isso aí é uma coisa assim que choca a gente, mas fazer o que? (...) **não valorizam nada**. Eu fico pensando hoje a situação, ligo uma coisa com a outra, eu fui pra rua como Movimento de Defesa de Favelados e Palafitados pra colher assinaturas pra construção de casas populares. Nós íamos fim de semana pros bairros, determinava cinco pessoas, seis pessoas pra ir pro bairro tal pra colher assinatura, ficávamos na Deodoro colhendo assinatura (...) **Hoje em dia não tem um reconhecimento, não tem um reconhecimento**. Pra quem não conhece, essa juventude de hoje é uma questão, mas pra quem viveu ontem toda essa dificuldade quando chegava pra ocupar **a polícia tava lá, batia, botava todo mundo pra fora e ninguém tinha direito em nada** e hoje em dia as coisas são diferentes e não dar pra perceber isso. (...) a gente fica pensando que o **déficit habitacional** não diminui, é sempre grande. A gente entende, por exemplo, “Eu tenho cinco filhos e os meus cinco, seis filhos precisam de casa; se eles não podem comprar, eles tem que adquirir através do governo, através de outra questão”, mas também a gente ver que tem muita gente que vai só vender e alugar a casa. Nos conjuntos que nós construímos, quantas casas tem fechada? Quantas casas tem alugada? Quantas casas tem vendida? (Entrevista realizada em 21/03/2016, grifos meus).

A importância dada por ela à “falta de reconhecimento” do público da entidade pode ser remetida a não identificação pelos representados dos custos e riscos inscritos no processo de reivindicação de uma política social e, portanto, de uma espécie de “sacrifício” que os ativistasvolvem à ação coletiva (“*a polícia tava lá, batia, botava todo mundo pra fora e ninguém tinha direito em nada...*”). Tal ocorre, porque não há valorização de laços pessoais e sentidos exaltados na luta. Os vínculos com os associados são frequentemente frouxos e fluidos, havendo uma relação de cunho mais contratual que perdura até a entrega do imóvel pela entidade. Isso porque o interesse pelos bens políticos não surge automaticamente do mundo social e tão pouco é igualmente distribuído, assim como as condições sociais de acesso ao microcosmo político (BORDIEU, 2011).

Referindo-se com insatisfação às casas ocupadas por moradores que se associaram a entidade e àquelas que os proprietários venderam ou alugaram, Elisa* procura justificar o “déficit habitacional”, uma classificação institucional nascida do embate, à pretensos intentos de vantagens econômicas da clientela do programa habitacional.

A memória da agente apoia-se sobre o passado vivido, reconstruído a partir dos sentidos advindos da luta. O hoje adequa esse passado para conservar um quadro vivo e natural da relação entre os riscos assumidos nos confrontos em momentos inaugurais da discussão sobre a “demanda” e os resultados advindos disso, conquistas materiais e simbólicas. Ela recupera detalhes de sua trajetória, privilegiando eventos carregados de conotação dramática que são construídos a partir das referências de um dos grupos onde se engajou e onde teve posição de liderança.

Elisa* nasceu em Bacurituba-MA em março de 1938 e cresceu numa família pequena com quatro pessoas. O pai, que não completou o nível fundamental, era pedreiro e a mãe que, não chegou a ser alfabetizada, ocupava-se do lar. Segundo conta Elisa*, foi educada num ambiente católico. Recorda que o pai, durante toda a vida, foi devoto de Nossa Senhora da Conceição e que na infância uma tia era referência no povoado onde vivia. Ela era zeladora e responsável pela igreja, alfabetizava todas as crianças da localidade e prestava assistência emocional aos doentes.

Juntamente com outras crianças, aos domingos, acompanhava a tia às missas e às visitas domiciliares. Tal fato lhe influenciou a participar de atividades sociais e filantrópicas (*“sempre, sempre, sempre tava com ela e aquilo ali me trouxe essa ideia”*).

Após ser alfabetizada pela tia, fez parte do ensino fundamental no município de São Bento, no qual Bacurituba era apenas um povoado na época. Quando completou 15 anos mudou-se com a família para São Luís residindo no Bairro Liberdade onde permanece atualmente. Conseguiu uma bolsa no Colégio São Vicente através de uma prima que trabalhava na escola e foi lá que concluiu a quinta série do ensino fundamental.

Interrompeu os estudos por causa das dificuldades financeiras da família que tinha que custear transporte e material escolar. Prosseguiu após os 30 anos de idade, período em que já havia casado e tido filhos. Foi na Escola João Guilherme de Abril, situada naquela época no Sindicato dos Comerciantes, que concluiu o ensino fundamental e em seguida cursou o ensino médio no colégio Luís Domingues. A militante lembra que nesse período o então marido, mecânico da Rede Ferroviária Federal e sindicalista, pagou os estudos dela. Participou de um grupo de jovens da igreja do Divino Espírito Santo, orientado pela Cáritas, chegou a trabalhar

administrando uma creche no bairro Floresta, ocupação que a levou a visitar as famílias das crianças atendidas, desenvolvendo laços afetivos.

A década de 1970 marcou seu ativismo em mobilizações políticas por meio da atuação na igreja.

Me lembro, me lembro porque lá na Liberdade tinha muitas palafitas e os padres de lá eram...naquele tempo os padres ficavam do lado do povo e o padre que estava lá falava muito desta questão (...) aí então nós fomos trabalhar com palafitados porque a Liberdade era cheia de palafitas. As pessoas que vinham de Alcântara iam fazendo as casa em cima da maré, iam morando e traziam os barcos, vinham cheinhos de material de lá de Alcântara: carvão, madeira, tudo, não é? (...) E a gente, nos grupos de igreja visitava essas pessoa, era continuidade, né? Pessoas que tinham dificuldade de medicação a gente visitar pra orientar. Aí quem tava sem batizar, um bando de orientação fazia a gente visitar eles pra fazer esse trabalho (Entrevista realizada em 21/03/2016).

Nesse período participou das discussões estimuladas por um padre canadense ao redor da implementação do PROMORAR, programa de governo voltado para urbanização de favelas e áreas de palafitas. Vários conflitos com a população alvo acompanharam a implementação do programa, sendo que nesse contexto surgiu o Movimento em Defesa dos Favelados e Palafitados (MDFP-MA) em 1982, uma organização que mantinha relações com a arquidiocese de São Luís, CEBs e Associação Saúde da Periferia-ASP (PEREIRA, 2010).

Ela se filiou ao PSB em decorrência dos incentivos de um amigo, mas não manteve a adesão partidária e afirma que sempre teve admiração e simpatia pelo PT ao qual nunca se filiou formalmente.

Elisa* esteve à frente do MDFP e foi membro da associação de palafitados do seu bairro. Nos bairros que seriam contemplados pelo PROMORAR como Liberdade, Camboa e Floresta, liderou encontros, reuniões e apoiou embates com forças policiais no processo de organização política dos moradores dessas áreas frente às exigências e implicações advindas da implantação do programa.

(...) E aí a gente reunia lá todos os bairros, a gente ia em todos os bairros. Eu fico me lembrando muito disso que nas nossas reuniões de coordenação era designado: “hoje fulano vai tal parte, beltrano pra tal parte, sicrano... Eu ia muito a noite pro São Bernardo, pro João de Deus, pra essas parte todinha de noite, vinha 10 hs da noite, o tempo todinho e não acontecia nada, graças a Deus. (...) nós éramos quatro pessoas que trabalhavam nessa equipe, foi na década de 80, 81, 82, 84 que surgiu esse projeto. E aí a gente ia pra qualquer lugar de noite com essas dificuldades de lama, de ponte, de tudo... a gente andava pra todo lado e não tinha nada de ruim (Entrevista realizada em 21/03/2016).

Lembro bem quando aconteceu a derrubada na Liberdade, na Floresta. Isso foi em maio de 82. Eles dragaram toda a área para fazer o projeto PROMORAR, mas como as coisas são lenta, o povo começou a fazer as casas pra morar. Eles iam pra tirar o povo. Retirar o povo de lá. Olha como Deus é tão bom. Aconteceu o velório de uma pessoa e o policial disse pra um representante da liberdade que eles iam ter que dormir no quartel porque no dia seguinte eles ia em peso pra Liberdade para retirar o povo. Ai nessa hora disse pra Bráulio e apegado na minha casa morava Amilca, que é juiz

hoje, e Lourdes. Eles trabalham na comunidade no Grupo da equipe do divino, no qual eu fazia parte. Então avisaram e lá em casa tinha telefone. Então ficamos lá em casa até 1:00 da manhã, sentados no chão, fazendo ligações pra todo mundo, avisando. O bispo daqui era Dom Mota e ele estava em Teresina. Nessa hora Bráulio ligou pra ele, para ele entrar em contato com o governo do Maranhão. Eu sei que a agente mobilizou ... esse políticos todos. Helena é uma pessoa muito presente há muito tempo. Então tava Helena. Haroldo tava conosco lá (...) (apud PEREIRA, 2010, p. 171)

Pelo relato é perceptível o grau de inserção da agente nos problemas e debates suscitados em vários bairros de São Luís na década de 80. Essas e outras ocasiões constituíram oportunidades de compartilhamento de códigos que criaram uma identidade comum naquele momento, incluindo o fato de que proporcionou a mobilização de laços com agentes individuais e coletivos (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos-SMDH, MISEREOR, Comissão Pastoral da terra-CPT, Arquidiocese de São Luís, incluindo advogados, políticos e professores ligados a promoção de direitos que seriam muito importantes no processo de afirmação de outros espaços de debate da questão habitacional e urbana na décadas seguintes, como o Fórum da Moradia, entidade na qual se engajou com o fim do MDF e posteriormente a UEMP/AEAMP.

Elisa* participou de vários cursos de pequena duração na área de direitos humanos, segurança alimentar e nutricional, assistência social, serviços médicos, regularização fundiária e cursos volvidos à autogestão habitacional.

A religião foi o grande indutor de sociabilidades no percurso biográfico da agente manifesto nas discussões, cursos, viagens em sua maioria promovidos por setores progressistas da igreja católica. O pessimismo com que encara a promoção de direitos ligados à habitação atualmente (*“é muito devagar as coisas agora (...) hoje em dia não tem reconhecimento...”*) expressa seu ponto de vista em torno das mudanças na socialização que observa nesse universo de engajamento juntamente com a nostalgia do passado de confrontos diretos, de prestígio social que sua atuação direta inspirava nas pessoas e grupos que mobilizava.

Ter integrado o MDFP representa muito mais a sua socialização e aos efeitos que tiveram em sua identidade do que a participação no Fórum da Moradia e na UEMP/AEAMP. Prova disso é que quando questionada acerca de como conheceu os outros integrantes da associação, sua resposta se reporta não a eles e sim às pessoas e situações que fizeram parte de sua inscrição política no MDFP. Ela continua mantendo forte ligação com o catolicismo e apoia financeiramente a igreja do seu bairro.

Hoje, Sem ter voz de comando, a atuação de Elisa* se circunscreve ao atendimento aos associados na UEMP/AEAMP, atividade que a mantém ligada ao universo da ação coletiva, nutrindo as fontes centrais de significado e de identidade custosas de abandonar (SAWICKI;

SEMÉANT, 2011). Ao manter contato direto com pessoas e ideias dessa esfera do mundo social, ela permanece simbolicamente conectada ao ativismo e com amizades construídas na sua trajetória, sustentando os benefícios emocionais de adesão à ação coletiva.

Olha, eu vejo que esse trabalho de comunidade, esse trabalho de povo é importante demais, é muito importante. Porque a gente conhece muita gente, fala e tem gente que tem todo o respeito e atenção (...) A recompensa maior é a amizade e o companheirismo isso ai é muito valioso. Eu tô ti dizendo que quando a gente encontra com gente que já deixou de ver a bastante tempo ai é importante demais (...) O trabalho faz a gente fazer a amizade. (Entrevista realizada em 21/03/2016).

O seu histórico de dedicação às lutas populares lhe garante o reconhecimento dos demais integrantes da organização sem que continue opinando dentro do grupo ou exerça posto de liderança. Interessante notar que ela deteve esse papel só no início de formação da entidade em 2003, período em que o capital de notoriedade acumulado por ela tornou-se muito útil à conquista de legitimidade do grupo perante as demais organizações sociais e do próprio Estado, efetuada a ruptura com o Fórum da Moradia.

Acasos Biográficos e Militâncias Tardias

Na declaração a baixo, o entrevistado dá grande importância à problemática habitacional como âmbito de intervenção política, por isso ele centraliza as categorias “injustiça social”, “reforma urbana” e “cidade para todos”.

(...) mas a **injustiça social** leva com que a gente perceba e fortaleça a nossa vontade de lutar pra melhorar a vida de outras pessoas, então **hoje o que me faz tá no movimento é porque a gente se indigna com as injustiça, a gente vê muita gente que não tem onde morar, mora em situação sub-humana e hoje a gente tem um país que é totalmente injusto né?, poucos concentram muita riqueza e a maioria não tem nem o que comer** então isso nos motiva a continuar na luta pra que um dia a gente tenha a tão sonhada reforma urbana, possa ter uma cidade melhor, uma cidade para todos, né (Entrevista realizada em 08/04/2016, grifos nossos).

Sua percepção sobre uma questão social a partir dessas ideias, evidenciam um caráter polarizado e dicotômico das relações em sociedade na qual o aspecto econômico seria o balizador das injustiças sociais (“...hoje a gente tem um país que é totalmente injusto né, poucos concentram muita riqueza e a maioria não tem nem o que comer...”). O posicionamento do agente é demarcado por interpretações marxistas.

A forma de categorizar o acesso à recursos, no caso a moradia, mostra preferências ideológicas e instrumentos de avaliação aprendidos no processo de engajamento, mais especificamente nos espaços de formação política e nas experiências de embate vividas pelo militante. Os termos “reforma urbana” e “cidade para todos” acionados por ele compõem um

conjunto de símbolos responsáveis por dar um sentido integrador aos movimentos de moradia na interação com as autoridades governamentais.

O comprometimento pessoal que o entrevistado tem com a ação coletiva incorpora esses elementos que, para ele, dão legitimidade à reivindicação e à intervenção, (“...*mas a injustiça social leva com que a gente perceba e fortaleça a nossa vontade de lutar pra melhorar a vida de outras pessoas...*”) indicando uma postura conflituosa, classista que inscreve a ação reivindicatória num projeto de transformação política (SAWICKI; SEMÉANT, 2011).

Paulo* é casado, tem 44 anos, é natural de Palmeirândia-MA e nasceu numa família numerosa com 8 irmãos. O pai e a mãe não foram alfabetizados e eram trabalhadores rurais. Com a morte do pai do agente, a mãe, que também era lavandeira, mudou-se com os filhos para Pinheiro, localizado no interior do estado. Lá, com 10 anos de idade, foi alfabetizado e cursou parte do ensino fundamental, sendo interrompido para auxiliar a família na agricultura de subsistência. O militante enfatiza, num misto de orgulho e preocupação, que somente ele e uma das irmãs mais novas frequentaram a escola.

Aos 19 anos de idade, Paulo, vislumbrando a possibilidade de estudo e emprego, desloca-se para São Luís. Entre 1991 e 1998 foi vendedor ambulante e auxiliar de limpeza em condomínios. Deu continuidade aos estudos em 1994, interrompendo novamente em 1998 por dificuldades financeiras. Concluiu o ensino médio e um curso técnico em contabilidade em 2002 numa escola privada custeada com recursos próprios. O entrevistado conta que, para isso, trabalhou num escritório de contabilidade.

Paulo* cresceu num espaço familiar entre duas denominações cristãs: protestantismo e catolicismo. Ele conta que seu pai era católico e tinha afinidades com a umbanda e a mãe protestante. Seguiu a denominação da mãe até os 27 anos de idade. Ninguém no seu meio familiar é ou foi engajado politicamente. Atualmente não reivindica uma religião específica e sua inserção na ação coletiva se deve, segundo ele, à “necessidade” de obtenção de casa. Começou em 1997 por ocasião da ocupação irregular de um terreno no bairro Maranhão Novo em São Luís. Quase mil pessoas, mobilizadas pelo então Fórum da Moradia, acamparam no local. O objetivo era o assentamento do grupo. Isso levou o entrevistado e outros ocupantes a se envolverem com os problemas jurídicos e infraestruturais da área buscando apoio junto a entidade que detinha assessoria jurídica e política.

Eu tava na ocupação, aí na ocupação tem o Fórum da Moradia (...) aí de lá a gente foi e começamos a buscar apoio lá no Fórum da Moradia, os **companheiros** começaram a buscar, a participar, e aí de lá nós começamos a participar das atividade do fórum, eu acabei indo pro Fórum, aí depois fui pra coordenação do Fórum, aí de lá a gente já tinha um conhecimento maior, eu acabei indo pra coordenação nacional do

movimento e aí foi quando surgiu a união que foi quando a gente veio pra cá (Entrevista realizada em 08/04/2016, grifo nosso).

Eu vim pro movimento por uma questão de necessidade, não foi por eu gostar, querer fazer política, né, eu aprendi na política, eu aprendi a gostar dentro do movimento mas eu vim porque precisava, tinha necessidade de uma casa então por isso eu vim pro movimento pra mim poder consegui uma casa pra mim e aí chegando no movimento eu me deparei que eu não precisava só da casa, né, e não era só eu que precisava, outras pessoas também precisa (...) meus companheiros morreram, derramamos muito suor pra poder conseguir (Entrevista realizada em 08/04/2016, grifos nossos).

É notado que no primeiro fragmento, o agente sintetiza o próprio percurso de envolvimento na causa, descrevendo sucessivamente os eventos que considera mais marcantes. Ele dá coerência a eles para explicar seu engajamento atual e singularizar suas práticas.

Nos dois fragmentos o uso que o agente faz da noção “companheiros” traz subjacente a valorização de seus homólogos, aqueles sujeitos às mesmas condições. É um termo politizado, inscrito no vocabulário ativista e supõe uma indiferenciação entre aqueles que estão na “luta”, o que dá força simbólica a interpelação, à integração.

Diversamente de outros entrevistados, Paulo* não atrelou sua inserção na questão da moradia pela própria ação coletiva em si, mas para garantir o próprio acesso a um recurso material (legalização de terreno). Foi no processo de disputa e de apreensão dos códigos e de visões sobre a política ensejadas pelo Fórum de Moradia que ele firmou laços afetivos e de solidariedade com pessoas pertencentes a condições sociais análogas (“ocupantes”) envolvidas no evento e com ativistas, encorajando sua participação. Ademais, ele menciona a importância dos cursos de formação política oferecidos pela CUT e pela Escola 13 de Maio²¹ no início do seu ativismo.

Houve ações de despejo, enfrentamento entre policiais e ocupantes e entre estes e as milícias contratadas pelo proprietário do terreno com subsequentes prisões, espancamentos e assassinato (DAL MASO, 2004), eventos biográficos marcantes que inspiraram um sentimento de resistência e princípios identificadores, dando sentido a continuidade do engajamento do militante.

²¹ Constituído formalmente em 13 de maio de 1982 por um grupo de militantes que se desvinculou da FASE, o Núcleo de Educação Popular Escola 13 de Maio-NEP aglutinou agentes individuais e coletivos ligados à Igreja Católica, sindicatos e à universidade (PUC-SP), desenvolvendo atividades de acompanhamento das oposições sindicais emergentes na época, formação política de militantes e dirigentes que atuavam em movimentos populares urbanos e na produção de material didático empregado nos cursos. A atuação do NEP se assentava nos pressupostos da Teologia da Libertação, visando à “transformação socialista” e é atribuída à entidade a organização política dos primeiros núcleos do PT em São Paulo, região na qual ela se concentrou inicialmente, e a organização de associações de bairro. Segundo Silva (2008), a Escola 13 de Maio, com filiais em algumas regiões do país, esteve intimamente relacionada ao fortalecimento da CUT.

A regularização do imóvel não se efetivou e em 1998 o grupo foi deslocado pela prefeitura para a Reserva Florestal do Itapiracó, local hoje denominado Canudos, localizado a 8 km de distância da área do Bairro Maranhão Novo. O agente continua residindo lá. Ele tornou-se presidente da associação de moradores logo na primeira eleição e também exerceu função de coordenador financeiro, colocação endossada por causa do curso e de alguma experiência na área de contabilidade. Entre 1999 e 2000 se filiou ao PT respondendo às injunções, aos apelos implícitos do círculo ativista ao qual aderiu e ao contexto político e social onde o Partido dos Trabalhadores estava fortemente imbuído nas demandas sociais.

(...) porque quando eu vim por movimento já tinha gente que participava do PT(...) então me convidaram pra eu me filiar, então eu acabei me filiando já quase em 2000, 98 pra 2000 (...) Na época eu me filiei ao PT por entender que era um partido que defendia a causa dos trabalhadores que tinha um pensamento mais aqui ligado conosco, que aglutinava também os movimentos sociais, defendia as causas dos movimentos sociais e a partir do que a gente se apaixonou pela sua trajetória de luta, pela militância. (Entrevista realizada em 08/04/2016).

Rompeu politicamente com o Fórum da Moradia em 2002, momento que as ligações afetivas com os integrantes do que viria a ser a UEMP/AEAMP já estavam cimentadas. Já imerso nessa nova organização, Paulo* assumiu a posição de coordenador financeiro e de projetos sociais. A escolha pelo curso superior em 2009 se deu em consequência do exercício de tais funções, malgrado declarar inaptidão com a matemática (*“...aí dos cursos que tinha o que mais me identifiquei foi o de recursos humanos pelo fato de eu já trabalhar com pessoas e trabalhar na área de gestão também na própria entidade, aí eu fiquei mais motivado a fazer o curso de gestão de recursos humanos”*). O curso em Gestão de Recursos Humanos foi feito através do método semipresencial.

O curso e formações que recebeu na área foram custeados com recursos financeiros da entidade, inclusive o militante pretende fazer pós-graduação na mesma área, segundo ele, pra continuar em sintonia com o trabalho que já realiza.

Sendo atraído e se fidelizado à organização, recebeu em contrapartida investimentos da própria organização, um militância que incentiva e proporciona competências que podem ser importadas do exterior ou aprendidos na prática (MATONTI e POUPEAU, 2006). A realização de cursos relacionados à elaboração de projetos sociais, gestão administrativa e financeira e planejamento de microempreendimentos acompanham o decurso de sua profissionalização na militância.

Paulo* representa a entidade em outras arenas de discussões públicas, função, aliás, desempenhada por quase todos os membros, e agora integra o Conselho Nacional das Cidades e a coordenação do Movimento Nacional por Moradia Popular.

Em meio a ansiedade pelo término da entrevista que aconteceu na própria entidade, afirmou que os maiores ganhos do seu engajamento é a “melhoria de vida” dos mais pobres, do “próximo”, expressões que juntas, assinala a atualização de princípios cristãos herdados do meio familiar. Por outro lado, ele vê como desafios à causa, os entraves burocráticos e os custos financeiros.

O maior obstáculo que a gente enfrenta na questão da moradia é a burocracia pro serviço público, né, pra liberar os projetos, então o entrave hoje é a questão da agilidade do serviço público pra agilizar os projetos, e também as demandas que o movimento precisa pra que seja agilizado, pra que fortaleça a luta do movimento e que melhore a qualidade de vida do povo. Outro é a questão da própria **sobrevivência da entidade** porque a entidade ela não tem crédito, financiamento que dê auto sustentabilidade, a entidade precisa buscar um meio de ter sua auto sustentabilidade pra que a gente continue sobrevivendo né, esse é o grande desafio, que ela consiga se auto sustentar, gerenciar seus projetos, administrar sua sede. (Entrevista realizada em 08/04/2016, grifos nossos).

Situando marcos, limites burocráticos e os custos materiais das ações como obstáculos, ele interpreta as questões ditas de interesse coletivo a partir do lugar que lhe cabe dentro do grupo e onde se profissionalizou, ou seja, fala como gerenciador de trâmites legais e de recursos materiais e humanos. Ele tem pouca autonomia em se tratando de ditar objetivos às tarefas que executa diariamente, se restringindo ao cumprimento das decisões tomadas por outros.

Alguns elementos contidos na trajetória de Paulo* foram observados na trajetória de Regina*, que, como ele, inaugurou engajamento na temática habitacional a partir de uma circunstância de disputa por terrenos.

Lá eu entrei na luta quando os jagunços foi pra nos acuaem lá no campo e daí eu engajei na luta e fomos, reunimos o grupo, e começamos a sair atrás de documentos pra saber de quem era realmente a área pra gente poder garantir a posse da terra (...) pra gente tá na liberação da terra nós fomos indicados eu não lembro mais por quem, nós fomos procurar via prefeitura de São Luís no período que era Dr. Jackson Lago que era o prefeito. Nós fomos procurar a prefeitura e de lá foi, tinha o Josinaldo e a Juliana que eram da regularização fundiária na SEMTURB que no período era SEMTURB e daí eles marcaram reunião conosco já via Fórum de Moradia, aí que a gente começou a participar e conhecer os integrantes do fórum e aí nós fomos (...) (Entrevista realizada em 20/04/2016).

O evento de ocupação irregular do terreno levou Regina a pedir apoio político e jurídico à lideranças do Fórum da Moradia posicionados numa instância de governo municipal. A passagem pelo “Fórum” foi o que lhe oportunizou, inicialmente, ter contato com ideias e discussões relativas a problemática urbana e habitacional concomitantemente a aproximação de pessoas que vivenciaram acontecimentos semelhantes.

A agente, em seu ponto de vista acerca da ação coletiva, confere às situações de tensão que vivenciou o elemento legitimador de sua prática como porta-voz, sugerindo também que isso é o ponto que tem em comum com os outros membros do grupo na qual ela se insere.

Cada um de nós viemos de uma luta de uma área de ocupação, pra nós estarmos aqui, nós passamos por processo de despejo, nós passamos por um processo, por sérios processos pra hoje a gente garantir o nosso espaço da nossa moradia digna, tanto nosso quanto de outros que estavam na mesma luta, então nós nos definimos com essa política. Pra gente se definir com a política a gente tem que tá até hoje engajado, cada vez mais engajado, engajado cada vez mais defendendo o direito à moradia digna. (Entrevista realizada em 20/04/2016, grifos nossos).

Para Regina*, o que dá reconhecimento a si mesma e àqueles que ela enquadra em seu círculo político é terem experimentado situações semelhantes, quais sejam: ocupações irregulares de áreas urbanas e situações de “despejo”, circunstâncias de confronto que são mobilizadas discursivamente para gerar no público alvo sentimento de identificação e de indignação. Para ela, isso confere autoridade perante aqueles que busca representar.

O termo “ocupação” tão enfatizado é carregado de efeito simbólico no plano da mediação política, pois indica legitimação de um ponto de vista em disputa com outros no domínio da questão habitacional. Pereira (2010) mostra que essa noção está associada a um processo histórico e social de mobilização popular que institucionalizou a reivindicação por moradia, inserindo-a numa política de Estado. Nesse sentido, o uso da categoria no plano discursivo insere o seu enunciador numa relação de concorrência com outros e reveste sua ação de um sentido de justiça.

“Espaço da moradia digna” é associado a ação, a reivindicação por uma política social e não estritamente ao imóvel em si. E a continuidade da intervenção na luta depende da perenidade da discussão e problematização da “demanda” (“*Pra gente se definir com a política a gente tem que tá até hoje engajado, cada vez mais engajado, engajado cada vez mais defendendo o direito à moradia digna*”).

Regina*, que emite o discurso acima, tem aguda ligação com o grupo e dedicação exclusiva à entidade. Ela foi entrevistada um pouco antes de uma reunião sua com os demais integrantes. A interlocução com essa militante foi mais difícil em virtude do seu frequente deslocamento externo à entidade associativa.

A agente de 54 anos é solteira, tem 2 filhos e 2 netos, nasceu em Itapoá, povoado quilombola de Alcântara-MA em novembro de 1962. Oriunda de uma família composta por 7 irmãos, o pai, trabalhador rural, exerceu cargo de delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, ocupação seguida por um dos irmãos dela. Segundo Regina*, seus pais e avós paternos e maternos não foram escolarizados. Na infância, ela foi socializada em ambiente

católico e menciona que desde a adolescência tem participação direta na organização da festa de Santa Luzia.

Aos 11 anos de idade, com o objetivo de estudar, veio para São Luís morar com uma tia. Estudou parte do ensino fundamental e o ensino médio por meio de bolsa em escola privada, concluindo em 1985 com 23 anos. Depois, fez alguns cursos de curta duração em datilografia e auxiliar de escritório.

Do final da década de 1980 a meados da década de 1990 trabalhou como cobradora em estabelecimento comercial, cozinheira e auxiliar de serviços gerais. O envolvimento ativista veio em 1997 quando, juntamente com um grupo de pessoas do distrito industrial de São Luís ocupou uma faixa de terra na mesma região. A área, denominada Residencial Ana Jansen, foi regularizada por meio da atuação do “Fórum” e Regina* tornou-se presidente da associação de moradores e exerceu um mandato como secretária. Ela continua morando no bairro e conta que, por causa de sua atuação, continua sendo referência política para os moradores de lá.

Ingressando ao Fórum de Moradia, pouco a pouco Regina*, assim como o agente anterior, foi integrando níveis de representação da questão habitacional, primeiro estadual e depois nacional comparecendo aos eventos promovidos pela categoria. Filiou-se ao PT em 2002 por motivos análogos aos de Paulo*.

(...) vi que todos os militantes eram partidários, eu também me engajei (...), somente num partido de esquerda nossa contribuição é muito grande, que aí não é só ser militância e partidário, tinha que tá também engajado em algum movimento também que a gente defende as políticas públicas. Principalmente agora no governo Lula ao longo desses 13 anos a contribuição nossa foi muito grande principalmente nas políticas sociais que se refere a questão da habitação de interesse social. (Entrevista realizada em 20/04/2016).

Para Regina* a militância no movimento de moradia não é dissociada da vinculação ao PT, pois na sua visão, é na arena partidária que a problemática social tem chances de compor a agenda das políticas sociais e se institucionalizar. Daí o sentido que a ideia de “habitação de interesse social” tem para o processo de mobilização em volta da questão habitacional. Construída nos embates que o perpassam, esse conceito de uso prático carrega o trabalho de especialistas situados nas esferas governamentais e partidárias para caracterizar um tipo de moradia, aquela para os estratos sociais de baixa renda. Sendo resultado de acordos, essa classificação carrega uma ilusão propriamente sincrônica e que naturaliza os efeitos dos mecanismos de Estado manifestos nas políticas públicas (BOURDIEU, 2014).

A militante não fez curso superior, segundo ela, mesmo com as solicitações dos demais membros da entidade, não se sente impelida a tanto e nem aponta aspirações quanto a uma profissão específica. Em alternativa, diversos cursos promovidos no âmbito da militância

compõem seu currículo: políticas para as mulheres, questão urbana, gestão em área de periferia, direitos humanos e orçamento participativo.

Regina* é responsável por administrar os arquivos pessoais da associação e por fazer o traslado de documentos entre ela e órgãos públicos no transcorrer de questões legais. Cabe a ela, por exemplo, transportar certidões, declarações, contratos e demais registros referentes aos aspectos institucionais da entidade e seus associados junto à Caixa Econômica Federal, ofícios circulares a outras organizações sociais, bem como solucionar pendências legais envolvendo a associação e secretarias de governo.

Para além disso, ela assume a função de representar a associação e o movimento de moradia em outras instâncias representativas como conselhos municipais e estaduais (uma tarefa, aliás, compartilhada com outros porta-vozes), solicitar o comparecimento da clientela aos cursos e eventos específicos à questão urbana e participar de eventos em outros estados, tarefa que, muitas vezes, impõem viagens. Ao falar sobre os impasses às ações da entidade, Regina* se mostrou enfática, partindo de um ponto de vista de quem comumente exerce um papel burocrático, que corresponde a observância de obrigações formais entre a entidade e organismos governamentais e não governamentais.

As maiores dificuldades que a gente sente é no repasse de recursos e nas questões das liberações de licenças pra gente tá executando nosso projeto porque como não tem nenhum vínculo, não é ligado nem ao município nem ao Estado, mas a licença tem que ser cedida via aos órgãos municipais ou estaduais. Pra conseguir espaço (terreno pra construção de conjuntos habitacionais) não é tão difícil, o que é difícil é as licenças ambientais pra gente executar o programa (...). (Entrevista realizada em 20/04/2016).

O que lhe motiva a está engajada num movimento de moradia e realizar as tarefas na associação é a própria dinâmica da mobilização, os deslocamentos que esta impõe e o contato frequente com as pessoas do meio.

O que eu mais gosto de fazer é participar do movimento (...) a gente participa de tudo, dos encontros, a gente participa das lutas de massa, a gente vai pro embate, enfim, tudo isso faz parte da luta que nós aqui defendemos, então tudo o que a gente faz, tudo o que eu faço, eu gosto, eu acho que estou fazendo exatamente aquilo que eu gosto de fazer, que não adianta, se eu estivesse trabalhando em outro lugar eu não sei se eu estaria tão confortável, eu não sou de chegar e me sentar e passar a manhã todinha sentada, não sou, eu gosto de algo que me movimenta, algo que me renova, que me toca, que me puxa, entendeu? (Entrevista realizada em 20/04/2016).

É observado em suas palavras que exatamente o que lhe impulsiona enquanto militante está ligado às tarefas que ela mais executa no dia a dia. Os trâmites organizacionais, burocráticos, as saídas constantes da sede para tal e as viagens dão sentido ao seu ativismo porque a circulação física por esses ambientes e as relações em termos de amizades mantidas com outros militantes em diferentes níveis a mantem ligada ao universo da luta.

Regina*, não se envolve em negociações diretas com a clientela, aderentes e com adversários na disputa por espaços de poder em situações que exigem a observância das “regras pragmáticas” do jogo político (BAILEY, 1971). Em outros termos, o uso de manobras e táticas que podem ser mais eficientes no jogo político são conferidas aos militantes que têm papel mais decisivo na configuração analisada.

Regina* e Paulo*, têm posições relativamente marginais na entidade, mas não menos importantes na divisão social do trabalho no grupo. Eles têm uma dependência maior da organização e daqueles que, internamente, concentram as decisões. Na dimensão material, a dedicação exclusiva à “causa” faz com que eles dependam financeiramente dela e, na dimensão simbólica, incorra na dependência do capital simbólico acumulado pelo grupo na relação com outros (BOURDIEU, 2011, fazendo com que os dois agentes sejam reconhecidos em instâncias de representação política.

Militância Sindical, Investimento Cultural e Baixa Adesão à “Causa”

Por sua vez, Júlia*, que tem 52 anos, casada com um ex - militante de movimento negro e com dois filhos se pronunciou de modo bem diverso dos anteriores, e sua relação com o movimento é, em uma palavra, ambivalente. Entrevistada na sala de reuniões da UEMP/AEAMP, ela se definiu como “educadora popular” e se mostrou solícita e espontânea nas respostas, não obstante a inquietação no desenrolar da entrevista por conta do seu prolongamento.

Morando atualmente no residencial João do Vale (Anil), a agente menciona que nasceu em setembro de 1964 em São Luís e cresceu no bairro Monte Castelo, no entanto, a origem dos pais é em Alcântara-MA. Quando completou um ano de idade os pais se separaram, circunstância que motivou o pai a voltar para o seu município. Agora reside numa área dita remanescente de quilombo e se uniu a uma associação de mulheres. Com a separação, os irmãos de Júlia* foram entregues pela mãe a alguns parentes em virtude da situação financeira da família; Júlia permaneceu em casa. Na infância foi alfabetizada por uma professora, dona de casa que tinha no ofício uma fonte de renda e cursou o ensino fundamental e o ensino médio em escola pública.

Iniciou seu engajamento sociopolítico em 1979, aos 15 anos, durante a greve estudantil em São Luís pela meia passagem, que foi marcada por forte repressão policial, um evento que a despertou para as questões sociais (*“porque eu apanhei da polícia sem saber porque eu tava*

apanhando, aí eu fiquei com raiva: pois agora eu vou!”). Com 17 anos conseguiu emprego numa livraria católica, momento que se vinculou ao Sindicato dos Comerciários, onde teve atuação efetiva. Integrou a diretoria e chegou a disputar a presidência. A agente, socializada em ambiente católico desde a infância, menciona que, ao contrário de hoje, esta foi uma época que esteve ligada ao catolicismo por meio da Pastoral Operária e por alguns anos foi coordenadora nacional do segmento.

Atuando como sindicalista encabeçou negociações coletivas e esteve presente em várias situações de confronto entre os trabalhadores da categoria e a polícia. Ingressou no PT na década de 1980, período inicial da atuação deste, mas não logrou envolvimento concreto no partido onde permanece filiada. Em meados da década de 1990, desempregada, montou com o cônjuge, um bar na praia.

A inscrição no movimento de moradia começou em abril 1996 por ocasião do conflito no residencial Cohatrac V. Na época, Júlia* já tinha algum contato com Carmem*, principal liderança da UEMP/AEAMP e uma das organizadoras da ocupação do residencial. O vínculo, entretanto, não era estreito. Desde a adolescência, Carmem* e uma das irmãs de Júlia* (que é uma das lideranças do MST no Maranhão) são amigas por conta da participação em comum em grupos da igreja católica e por morarem no mesmo bairro e participarem de ações coletivas nele.

A recepção do convite para se engajar naquela organização popular foi endossada pelo laço prévio com Carmem e porque, segundo Júlia*, a própria luta política pela moradia era um forte incentivo à intervenção. Com o andamento dessa mobilização coletiva articulada pelo Fórum da Moradia, a aproximação afetiva das duas agentes aumentou.

A militante foi uma das dirigentes da cooperativa habitacional Zumbi dos Palmares criada em 1996 e, após a construção do conjunto, ela, então domiciliada nele, participou da formação do Grupo De Mulheres Negras Maria Firmina (GMN-MF), assumindo sua direção durante alguns anos.

O GMN-MF, se ligou ao Movimento de Economia Solidária em 2006 para que tivesse maior visibilidade política e sustentação econômica, representando novas modalidades de intervenção no itinerário da militante: acionamento da questão étnica, a de gênero e a reivindicação de uma prática econômica; todas trabalhadas em conferências, cursos e conselhos deliberativos.

Dito de outro modo, a partir da função de dirigente do grupo e da ligação com o Movimento de Economia Solidária, Júlia* teve a oportunidade de ingressar em espaços de

debates que mesclam diferentes problemáticas sociais, adquirindo, conseqüentemente, categorias de interpretativas relativas a estas, além de desenvolver contatos e vínculos com agentes políticos desses variados espaços.

Chama a atenção a ênfase dada em sua carreira aos seguintes tópicos: “serviço social e movimentos sociais”, “gênero e etnia”, “feminismo”, “moradia popular”, “economia solidária”, “assistência técnica” e “extensão rural”, incluindo alguma produção escrita²² sobre os temas: “economia solidária, “relações de gênero” e “gestão associativa”.

Pouco a pouco, a agente foi se vinculando ao movimentos de mulheres em São Luís, que lhe rendeu posteriormente a posição de coordenadora do Fórum Maranhense de Mulheres (do qual ela conta que hoje é somente militante) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que engloba lideranças feministas de vários partidos políticos, lhe garantindo uma ampla rede de relações em variados níveis. Para ela, o seu círculo de contatos, alianças no universo do engajamento são meios imprescindíveis para se alcançar transformações políticas mais amplas.

É sempre um reabastecer, porque a gente, a luta não se dá isolado a gente tem que tá sempre fazendo entre setorialidade. Então, é impossível a gente não ter essa articulação. E aí as convergências, elas, precisam acontecer, porque se a gente pensa numa nova sociedade, se a gente luta pra isso, prum outro projeto, se a gente tem um projeto societário que é diferente do que tá imposto, a única forma é a gente juntar força, né? (...) (Entrevista realizada em 31/03/2016).

Em 2007, no governo de Jackson Lago, foi estruturada a Secretaria de Estado da Mulher, um órgão ligado ao movimento de mulheres e Júlia*, uma de suas principais lideranças, recebeu indicação da secretária para compor o quadro de funcionários do órgão.

Trabalhando com a promoção de políticas sociais para mulheres, ela conta que sentiu a necessidade de se especializar devido ao ganho salarial, pois já tinha alguma experiência no planejamento e execução de projetos sociais e orientação política de grupos em situação de marginalidade econômica (“...eu não fui fazer a minha graduação pra ir em busca de um trabalho, eu fui fazer a graduação pra qualificar o trabalho que eu já fazia...”). Então, cursar Serviço Social (de modo semipresencial e concluído em 2012) significou ampliação de recurso cultural para definir e legitimar um papel ou exercício em cargo público.

Concomitantemente a essa função, a agente auxiliou na promoção da moradia organizando alguns eventos, cursos e oficinas para moradores de áreas sem regularização fundiária e na resolução de pendências legais e financeiras dos associados a entidade. Mas, conforme se dava a intensificação e diversificação de suas ações no Movimento de Economia

²² Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=k8145077z3>.

Solidária, mais ela diminuía atuação direta no movimento de moradia, na entidade habitacional e no movimento de mulheres.

Em 2014 a agente se tornou articuladora estadual de Economia Solidária por meio de contrato com uma ONG acessado em processo seletivo, formulando planos de ação e organização política de trabalhadores rurais na região dos Cocais e do Médio Mearim. Nessa ocasião, iniciou uma pós-graduação *latu sensu* em Políticas Sociais na Universidade Federal do Maranhão.

Com a eleição de Flávio Dino ao governo do estado em 2014, mais lideranças de movimentos populares acessaram a administração pública. Assim, a Secretaria Estadual do Trabalho e Economia Solidária criada em 2006 no governo de Jackson Lago, sofreu mudanças de seu quadro de contratados e cargos comissionados, e Júlia* passou a integrá-la indicada pela secretária, militante do movimento e amiga da agente agora superintendente da secretaria.

No que diz respeito ao engajamento atual na questão habitacional, a militante prefere atribuir a si a função de colaboradora, esforço implícito de manter uma fachada, no sentido adotado por Goffman (2011)²³ para expressar atitude coerente, um comportamento padrão diante da pesquisadora devido às avaliações dos demais militantes ao redor de sua posição relativa dentro do grupo, já que ela não participa assiduamente das atividades da entidade.

Isso ocorre porque é importante pra ela se sentir ligada à “causa” mesmo que de forma indireta. Frequentar, sempre que possível, algumas reuniões e está presente nas refeições diárias é o caminho encontrado por ela para permanecer incluída nas lógicas afetivas e de pertencimento construídas na luta, diminuindo em contrapartida as reprovações do meio, sobretudo as de Carmem*.

O investimento no Movimento de Economia Solidária por Júlia* deu-se respectivamente à rentabilização dos recursos propiciados por esse espaço político no decurso biográfico, sendo diferente das retribuições advindas do ativismo na questão urbana e habitacional percebidas por ela.

(...) os únicos que tem remuneração certa aqui nessa casa são os funcionários que é a secretária e a cozinheira. Sempre tiveram. Os outros, assim, é eventual, se tem projeto, se tem alguma coisa (...) além disso, tem a coordenação que acaba tendo que ficar aqui pra coordenar, então recebe quando tem uns projetinhos, né, e ação, quando não ficam aí na penúria (...) mas cada um foi caçar suas, suas histórias por questão de sobrevivência (...) então precisei sair. (Entrevista realizada em 31/03/2016).

²³ Tomando como ponto de partida a metáfora do teatro e dos elementos que o compõe, Goffman afirma que há acordos implícitos que regem a interação face a face. Os indivíduos [atores-espectadores] assumem posturas específicas [atuam] nas interações [performances], conforme as situações, para regular as impressões uns dos outros e, assim, garantir que a interação persista.

A declaração mostra o ponto de vista da entrevistada no que tange as retribuições materiais do universo militante em foco e a ligação disso com a realização da própria “causa”. É uma tentativa dela de justificar o estado de seu comprometimento atual à questão e sua posição dentro da organização. De outra parte, a aparente simplicidade da explicação quando confrontada com outras percepções da entrevistada sobre o que significa “está engajado” revela a complexidade das lógicas que atravessam a militância em questão.

A articulação entre experiências na intervenção política pelo Movimento de Economia Solidária e carreira profissional, além dos benefícios econômicos correlatos, reforçou o investimento na militância dentro desse segmento. Daí a importância que assume em seu discurso a ideia de “obstáculos” na organização coletiva da “demanda”.

(...) na nossa época era muito forte essa história da militância, história do estudo, de estudar, estudar, de fazer análise de conjuntura, né, você estudar a sociedade, a questão da luta de classes (...) Acho que os maiores obstáculos é realmente essa conscientização das pessoas que isso é um movimento e que você não pode parar depois que você conquista o que quer. Você precisa continuar trabalhando pra outros acessarem e as pessoas não conseguem entender isso. (Entrevista realizada em 31/03/2016).

Para a entrevistada, para que a ação possa acontecer ela precisa estar ligada a valores, alimentados por formações políticas que incorporem uma “consciência” sobre a bandeira de luta, o que foi fortemente vivenciado por ela e os demais entrevistados, atendendo as condições objetivas que propiciaram o engajamento. A forma com que ela concebe a questão pública da moradia moldou-se no transcorrer do seu itinerário militante, religioso, escolar e profissional. Esta agente tem um dos discursos mais politizados e politizantes, considerando o conjunto dos integrantes do grupo. Prova disso é a conjunção que realiza de diferentes problemáticas sociais, revelando no bojo como são acomodadas as impressões individuais acerca dos objetos demandados.

Porque assim, acaba que uma coisa tá muito ligada à outra, eu não posso pensar na moradia se eu não pensar em educação, se eu não pensar numa geração de renda, se eu não... Então, o movimento tá muito ligado ao outro, eu não posso pensar em economia solidária dissociada da moradia, dissociada da educação, dissociada, da saúde, né. Faz parte do conjunto de uma concepção, de uma outra, de uma outra organização política. (Entrevista realizada em 31/03/2016).

Misturando as diferentes questões ditas públicas num único plano de transformação societária, a militante subtrai as fronteiras discursivas que as cercam em termos de palcos de disputas específicos, composição que coincide com a coordenação das esferas objetiva e subjetiva de suas experiências de vida (DUBAR, 1998).

Tendo em conta os significados que Júlia* atribui a luta política, é de se supor que, no nível das recompensas simbólicas, a própria ação já é uma gratificação (*“Eu acho que só a satisfação da gente vê que ainda há esperança, né? quando a gente ainda consegue reunir algumas pessoas e que ainda tem o mesmo ideal, a gente não pode dizer que tá tudo dominado”*).

Experiências acumuladas no espaço sindical e investimentos culturais são elementos que aproximam a trajetória de Júlia* da trajetória de Antônio que, no entanto, são díspares em se tratando do peso do engajamento partidário e religioso, por exemplo.

A entrevista com Antônio* aconteceu no prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA em São Luís, na ocasião em que exercia o cargo de delegado federal do desenvolvimento agrário. Ele não expressou em nenhum momento desconforto ou falta de abertura no que diz respeito às indagações que lhe foram volvidas e seu discurso não apresentou hesitações.

Algo que de início chama a atenção é o modo como caracteriza sua relação com discussão da temática da moradia. Ele considera que tem um “engajamento distanciado²⁴”, com isso querendo dizer que não dá exclusividade a atividade que executa na associação habitacional e não se sente ligado a “causa” do mesmo jeito que os outros integrantes do grupo.

Antônio* tem 53 anos, um filho, é divorciado, mantém um relacionamento estável com uma militante do PT e mora no bairro Anil num empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida. Durante toda a entrevista exprime uma relação menos centrada na mobilização coletiva do que nas pessoas que compõem o dia a dia da organização. Ele se reporta às ações da entidade de forma bastante geral, incluindo-as no contexto do programa habitacional implementado no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

(...) eu devo muito a União, muiiito mesmo. Assim, a forma como as pessoas, apesar das divergências, das diferenças entre eles, é uma forma muito carinhosa, eles são solidários. Então, lá eu aprendi muito a solidariedade (...) Se eu pudesse tá lá na hora do almoço coletivo... as brincadeiras... se produz, mas se brinca muito, vive muito. (Entrevista realizada em 04/04/2016).

Eu acho que a União, a união por moradia popular, ela tem proporcionado moradia pra inúmeras pessoas que precisavam realmente (...) sempre me chamou muito atenção a dedicação deles nessa questão da política de moradia e conseguir fazer ao mesmo tempo uma política pública sem se afastar do movimento social (...) porque quando o governo Lula abriu essa perspectiva para os movimento sociais executar políticas públicas, a perspectiva do próprio governo acho que era essa: tu executa a política pública e tu te fortalece pra militância social. (Entrevista realizada em 04/04/2016).

²⁴ Informação obtida antes da entrevista começar formalmente

Nota-se na enunciação do agente que este fala da causa se colocando como espectador, alguém que está fora da prática social de discussão e problematização da demanda. Daí o acento no uso de “a União” (UEMP) e “eles” no seu posicionamento. No nível do discurso, ele não se inclui como representante na problemática da moradia ainda que a alguns anos esteja em tal espaço construindo projetos de atuação voltados a clientela e leve o nome da entidade a instâncias representativas.

Antônio* nasceu em agosto de 1962 no município de Vargem Grande-MA, é filho de pequenos agricultores. Ainda na infância dele a família, que é numerosa mudou-se para Nina Rodrigues. Ele conta que o pai se tornou comerciante, vendia frutas e legumes de outros produtores e detinha uma pequena extensão de terra na região onde pôde plantar alguns gêneros alimentícios e criar quantidade reduzida de gado e animais de pequeno porte.

Antônio e parte dos irmãos foram alfabetizados pela mãe que, assim como o cônjuge, detinha parte do ensino fundamental. Ela adquiriu certo prestígio na localidade porque os pais das redondezas recorriam a ela para alfabetizar os filhos e ensinar-lhes as quatro operações matemáticas.

Por causa de conflito com um latifundiário da área e da busca de condição de vida melhor, a família de Antônio* veio morar em São Luís em 1969, passando a residir no bairro Santa Cruz. Apesar das dificuldades financeiras que incidiram sobre a família com a migração, Antônio* e os irmãos conseguiram frequentar a escola. Os 11 irmãos cursaram o segundo grau, mas só 4 adentraram o ensino superior. Antônio estudou no Serviço Social da Indústria (SESI) e em seguida no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), num período em que os títulos universitários eram mais raros e o ensino técnico e profissionalizante era priorizado pela política educacional brasileira, proporcionando mão de obra à indústria em expansão.

Desde muito cedo o militante teve fortes vínculos com o catolicismo. Na infância e adolescência ele e a família fizeram parte da CEB do bairro Santa Cruz acompanhada, na época, por uma congregação de religiosas franciscanas. O agente esteve fortemente envolvido no ambiente de intersecção de concepções políticas marxistas e crenças religiosas na década de 70 (“...tu não falava de Marx, mas no dia a dia ele tava presente (...) as vezes pegava a campanha da fraternidade e misturava com o pensamento marxista, as encíclicas papais, falava de fraternidade...”). Um dos irmãos do militante que do mesmo modo cresceu sob o ambiente político e religioso das CEBs seguiu um caminho semelhante ao de Antônio* no que se refere ao engajamento político.

Antônio* atribui às experiências nas CEBs o desejo despertado à vida religiosa. Assim, ingressou na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos da capital, em 1978, permanecendo por alguns anos. Ele conta que a vida no convento trouxe frustrações, porque nas CEBs recebeu uma orientação para a reivindicação política e no convento vivenciou uma realidade chamada por ele de “reacionária”, ou seja, menos propensa à ação e mais inclinada à reclusão e oração. No decorrer da estadia no convento, fez o ensino médio no CEFET, atual IFMA, e cursos técnicos em edificações e eletromecânica.

Quando desistiu da vida religiosa na segunda metade da década de 80, se casou e através de concurso público se tornou metalúrgico da Vale do Rio Doce. Conforme Antônio, a pesar de já se considerar consciente dos problemas sociais desde o período de engajamento nas CEBs, foi a entrada na Vale e a vinculação ao sindicato de sua categoria profissional que o interpelou, de fato, a adesão às “causas” sociais. Ele cita o desempenho da FASE junto ao segmento como encorajador nesse sentido.

(...) tinha uma entidade chamada FASE que fazia trabalho naquele tempo da abertura política já pra democracia (...) a gente começou a fazer o curso, eu me lembro muito bem que o primeiro curso que a gente fez era História da Sociedade, o primeiro curso. Aí eu: porra! Aquilo me chocou. Eu não conseguia entender, eles tentando explicar pra gente a mais valia e eu não conseguia entender a mais valia, porque eu achava que era um direito do cara, do dono das empresas, que a mais valia era um direito, pô! Se ele era dono de tudo. Aí, depois que a gente foi compreender. Pois é, onde centrava a exploração mesmo, do homem pelo homem, lá na mais valia, que tu produzia muito e ficava com uma pequena, mísera parte e o resto todinho era do patrão, que era detentor dos meio de produção. (Entrevista realizada em 04/04/2016).

A difusão de ideias construídas sob instrumentais analíticos do marxismo pela FASE impulsionou a organização política dos trabalhadores como valor a ser alcançado como uma forma de assegurar melhores condições de vida para o setor.

Isso significou incremento ou continuidade no processo de incorporação de princípios de avaliação política da realidade que apontaram para a ação por parte do agente. Seguindo esse raciocínio, é possível entender a opção partidária dele naquela conjuntura, em outras palavras, a vinculação ao PT no final dos anos 80 refletiu essas características disposicionais dada a importância que atribuiu a inserção no movimento sindical e grupo de esquerda (“...a gente sabia que o movimento sindical tinha seus limites na luta de classe (...) e o PT surgia nesse momento como sendo esse instrumento capaz de garantir essa luta institucional em prol de uma sociedade mais justa, mais igual”).

Ainda nesse período, conheceu e tornou-se amigo de Carmem*, Roberto* e Júlia* devido as ligações em comum com o PT, vínculo que se cristalizou em meados dos anos 90

com a participação em eventos suscitados pelo Fórum de Moradia e FASE direcionados ao debate de “questões públicas” que aglomeravam diversos setores populares.

Nos anos seguintes, Antônio* adentrou a CUT compondo a secretaria de imprensa e divulgação, um espaço que lhe permitiu saberes relativos à comunicação impressa e artes gráficas, produzindo aí uma gama de panfletos enquadrando as reivindicações e denúncias da categoria, além de coordenar reuniões e mobilizações no movimento sindical. Posteriormente, o uso de uma linguagem militante²⁵ aprendida nesses domínios foi-lhe muito útil na construção de artigos de cunho reivindicatório e denunciativo para o Jornal Pequeno, então visto como um veículo de comunicação com conteúdo mais “popular”, isto é, mais acessível financeiramente e com linguagem mais simples. Isso perfaz uma identidade e estética próprias construídas na relação com empresas jornalísticas concorrentes (PEREIRA, 2011)

Um grupo de trabalhadores da Vale, entre eles Antônio*, com apoio da FASE criaram uma oposição à estrutura sindical organizando diversos protestos internos contra acordos coletivos de trabalho. Quando o representante do grupo de Antônio* perdeu a eleição para presidência do sindicato, todos que pertenciam a ele perderam a estabilidade e foram demitidos.

A primeira graduação veio em 2000 quando decidiu cursar pedagogia em decorrência do contato e relações mantidas com pedagogos militantes. Para o agente, a realização do curso foi viabilizada por bolsa concedida por uma amiga proprietária da instituição de ensino.

Depois disso, tornou-se assessor parlamentar do deputado estadual Domingos Dutra, então filiado ao PT, função que ocupou até 2006. Ademais, fez parte do Comitê de Combate a Tortura em 2007, ocasião que o instigou a cursar Direito por meio de bolsa parcial em instituição privada. A prática de inspeção no sistema prisional levou Antônio* a corresponder as exigências de apreensão dos instrumentos jurídicos que regem tal domínio (“*a gente fazia inspeção no sistema prisional e, como os presos conhecem o código de cima pra baixo, e nunca dizem o que eles fizeram, sempre o número: “Ah, eu tô aqui pelo artigo X, artigo Y”, e eu tinha dificuldade. Eu tinha dificuldade de me comunicar com os presos. Eu digo: “rapaz, então eu tenho que estudar Direito”*). Em seguida, entre 2009 e 2011 foi presidente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Nesse mesmo ano galgou o posto de delegado federal do desenvolvimento agrário por indicação do então ministro Afonso Florence, com quem teve contato a partir da convivência

²⁵ O tema da “Linguagem Militante” é tratado por Pereira e Medeiros (2016), demonstrando como a produção de panfletos contribuiu para a socialização sócio política de atores em ações de denúncia, aumentando a visibilidade das ações coletivas inseridas no movimento por moradia no maranhão e a formação de identidades correlatas.

em reuniões em São Paulo promovidas pela Democracia Socialista (DS), uma das correntes de pensamento internas ao PT e considerada mais à esquerda dele.

A pós-graduação *latu sensu* na área de Gestão Pública cursada entre 2011 e 2012 na UEMA representou incremento à diversificação de capital cultural acumulado, reconfigurando competências políticas. Neste caso, o investimento escolar delineou percepções sobre a participação política que foram aplicadas no setor sob seu comando (*“eu implantei aqui uma gestão participativa (...) acho que não tem outra alternativa pra tu fazer uma gestão senão for participativa, porque tu tem que reconhecer as competências das pessoas, entendeu? Tu reconhecendo as competências de cada um, tu começa a fazer uma gestão mais tranquila”*).

Antônio* se envolveu no movimento de moradia em 2011 quando recebeu convite de Carmem*, dirigente do movimento e coordenadora da associação para compor a equipe. Nesse momento, a exigência por parte da CEF de profissional da área de Pedagogia para elaborar os projetos sociais relativos aos conjuntos habitacionais colaborou para o convite. Antônio* conta que frequentou algumas reuniões do grupo na sede e pensou em recusar porque não se sentiu compelido àquele espaço político. Entretanto, decidiu aceitar pela relação de cumplicidade e vínculo de confiança com alguns desses militante já firmados em outras esferas de luta como o partido político. A ocupação da função de técnico social, inicialmente remunerada, logo se ampliou na medida em que o agente foi incumbido de organizar as reuniões com os associados, incluindo preparação de técnicas pedagógicas de envolvimento coletivo para essas situações.

Vale então considerar que o recrutamento do agente para o espaço de problematização da moradia se deu em conformidade às ligações prévias com pessoas que têm papel importante dentro do grupo. Negar um convite (apelo) delas significaria recusar uma “obrigação” moral e afetiva criadas e mantidas pela troca (BOURDIEU, 2002). Isto não implica necessariamente uma relação de dependência pessoal entre os agentes envolvidos e sim uma economia da solidariedade.

O cuidado, a atenção dispendida a uma causa legítima é, outrossim, um gesto de gentileza e de reconhecimento dos esforços daqueles com quem se compartilha, além dos laços afetivos, gostos e experiências políticas.

A alquimia social gerada por elementos assim perpetua a própria relação entre os militantes. Isso foi um atrativo à intervenção de Antônio em tal domínio, isto é, um envolvimento compartilhado na ação coletiva é uma maneira de melhorar a relação existente,

percebida nos contornos dados por McAdam (2001)²⁶, quando se reporta aos mecanismos que conferem êxito ao processo de recrutamento para a participação em mobilizações sociais. Ele acredita que, quanto maior os laços de proximidade entre as pessoas, maior será a probabilidade de recrutamento ao ativismo. O investimento dado por Antônio às relações desenvolvidas no espaço da entidade faz, então, todo sentido se lembrado o fragmento do seu discurso transcrito aqui logo no início (“... *eu devo muito a União, muiiito mesmo. Assim, a forma como as pessoas, apesar das divergências, das diferenças entre eles, é uma forma muito carinhosa, eles são solidários...*”)

O olhar de Antônio em torno dessa mobilização coletiva mescla pressupostos meramente técnicos e infraestruturais à bases ideológicas, esta última corroborando com a preocupação interna já expressa aqui acerca de renovação do quadro militante da entidade.

Acho que a União [UEMP/AEAMP] tem, ela tem que superar um grande obstáculo que é dela mesma, do ponto de vista da organização, da estruturação da entidade do ponto de vista da estrutura pra trabalho é muito ruim (...) não tem uma preocupação mesmo de fazer desse espaço, um espaço de conscientização política, eu pensava muito isso da gente aproveitar. Até porque quando chegasse no final do conjunto tu ter pessoas, politicamente formadas que pudesse somar com a União. Tem pouca gente, quantidade de pessoas que são formadas. (Entrevista realizada em 04/04/2016).

Os “obstáculos” emitidos se assemelham, em alguma medida, àqueles citados por Roberto* e Júlia*. Esta última, tal qual Antônio* tem um envolvimento bem parcial e ambivalente com a “causa” e posição relativamente marginal no grupo. Eles têm participação relativa (menor dedicação) no espaço em questão, se comparado aos demais, dando realce ao argumento analítico de que a intensidade do engajamento é proporcional às motivações, lucros e retribuições tangíveis e simbólicas que rodeiam o universo ativista (SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

As condições que permitem a Antônio participar da discussão da “questão” da moradia são análogas as de Júlia, porém com variações no que confere ao ingresso na temática, ao peso dos espaços de socialização religiosa, acúmulo de capital cultural e social e à articulação dos aspectos subjetivos e objetivos ao longo do processo biográfico que configurou competências políticas específicas para cada um dos agentes. É verificado que os progressivos investimentos culturais têm relação direta com engajamentos específicos que efetuaram.

²⁶ O autor concebe que a ação coletiva toma forma em algum nível intermediário entre o macro e o micro. Ele acredita que são nos grupos associativos existentes que os primeiros passos de agrupamento em direção a ação coletiva são tomados. O recrutamento ocorreria porque muitos indivíduos agiriam rotineiramente para guardar e sustentar as fontes centrais de significado e identidade em suas vidas. Isso significa que as pessoas, por exemplo, ao aderirem à mobilizações procuram corresponder às expectativas emocionais de outras tidas como importantes para suas vidas e identidades.

Correspondências e Discrepâncias

Após a exposição das trajetórias dos 7 agentes analisados, empreende-se um exame dos elementos que apontam aproximações e distanciamentos entre os casos, tendo em conta os indicadores elencados.

Nesse sentido, todos os agentes em pauta têm origens sociais modestas, todavia, com investimentos culturais e profissionais heterogêneos ao longo do percurso biográfico. O acesso e as relações com os recursos culturais, em termos de títulos escolares, não foram homogêneos, e todos que detêm nível de graduação superior, os agentes o cursaram por meio de instituição privada. Nos casos em que o investimento em títulos escolares foi menor (Roberto*, Elisa* e Regina*), os agentes tiveram militâncias menos heterogêneas e “carreiras profissionais” menos promissoras, se comparadas com outros ativistas analisados. A discrepância se dá no caso de Roberto*. Ele manejou de modo diferente o *capital social* e determinados recursos políticos acumulados durante sua trajetória, o que se desdobrou em acesso a esfera governamental. Tais elementos aliados a saberes técnicos obtidos no trajeto profissional lhe confere posição de destaque na entidade associativa.

Quanto aos casos que apresentam elevado nível de adesão ao objeto de demanda, compreendido pela dedicação exclusiva, foi verificado maior grau de dependência política e econômica à organização. Aí localiza-se os militantes com menor investimento cultural e profissional ou investimento profissional delimitado a uma só esfera de atividade executada nesse espaço (como o caso de Paulo*).

No que diz respeito à referência a engajamentos políticos no círculo familiar, foram identificados 6 casos nos quais os agentes têm irmãos ou cônjuges exercendo algum tipo de prática militante. Apenas 4 casos investigados (Elisa*, Carmem*, Júlia* e Regina*) exibem ascendência política. O ajuste entre a esfera familiar e militante desses agentes tem nítida relação com seu nível de dedicação ao ativismo e gratificações correlatas.

4 agentes tiveram nos recursos escolares (2 deles com pós-graduação) instrumentos de legitimação de papéis e cargos exercidos na administração pública. Eles lograram maior ascensão social, se comparados aos demais e têm militâncias diversificadas em suas biografias. Como demonstra Reis (2015), esse relativo sucesso pode estar associado a obtenção e diversificação de títulos escolares.

A ocorrência de militâncias múltiplas e socialização profissional diversificada entre os casos investigados aponta para o domínio de códigos, competências e saberes mobilizáveis

pelos agentes nas arenas por onde transitam. O ego do grupo (Carmem*) reúne o maior número de atributos quanto às inscrições militantes. Inscrição na “problemática habitacional”, militância partidária e atuação filantrópica. As notoriedades conferidas individualmente a ela incrementam o capital político da entidade habitacional e vice versa, o que ajuda à explicar a posição dominante da agente dentro da UEMP/AEAMP.

Aos espaços heterogêneos de atuação militante, religiosa e profissional construídos processualmente são creditados os vínculos e contatos mais relevantes à atuação da organização atualmente. A predominância de relações pessoalizadas e laços afetivos construídos na trajetória militante associados a biografia militante dos agentes são elementos de maior peso na obtenção de recursos materiais e simbólicos individuais e coletivos como reconhecimentos por notabilidades, financiamentos à projetos de intervenção social, acesso a informações e cargos na administração pública.

Não obstante todos os agentes terem redes de relações oriundas de seu histórico de engajamento individual e coletivo, aqueles que se sobressaem são Elisa*, Roberto* e Carmem*. A primeira não mais atua diretamente nas mobilizações sociais e ações promovidas pela Entidade e sua participação se circunscreve ao espaço da sede. Ela deixou de administrar os laços construídos e Carmem* se tornou uma espécie de “herdeira”. Ela os manteve, em alguma medida, e ampliou o capital social e o conjunto das relações institucionais. Roberto* auxilia na administração de laços com a clientela, mas as relações com potencial de acionamento se concentram no bairro onde reside.

Entre os casos analisados, só 2 agentes apresentam baixo nível de adesão à “causa” habitacional (Júlia* e Antonio*). O engajamento deles na “questão” ocorre mais pelas trocas afetivas e afinidades políticas com os dirigentes do que por motivações materiais e lucros simbólicos ligados à “causa” em si. Nesse setor a atuação deles é periférica, em contrapartida, em outros espaços por onde transitam possuem posição de chefia, legitimados, em grande medida, por biografia militante em outras temáticas (Economia Solidária e movimento de mulheres para Júlia* e movimento sindical para o caso de Antônio*) e por relações de proximidade com agentes bem posicionados.

É sabido que os instrumentos de avaliação e valorização do mundo são frutos da conjugação de elementos advindos da socialização familiar, escolar, religiosa e política, sendo que o seu peso desigual pode compor os estímulos para inserções inaugurais em ações contestatórias (REIS, 2015; SEIDL, 2009). Com maior ou menor incidência, em todos os casos investigados, a religião está na origem da constituição do “interesse” por questões “políticas”.

Sobre o engajamento individual pesaram os recursos culturais herdados do círculo familiar. Tais disposições intervieram de diferentes formas nas escolhas efetuadas pelos agentes. Para 5 deles o peso desse tipo de socialização foi maior, estando diretamente relacionados a inserção dos agentes em mobilizações políticas específicas. Aí podem ser citados Elisa*, Carmem*, Roberto*, Antônio* e Júlia*, porém somente a primeira mantém atuação no meio religioso. Nesses casos em que a religião teve maior incidência, o catolicismo amalgamado a pressupostos marxistas foi predominante no “despertar” para questões ditas sociais. Nos 2 casos em que houve dupla e tripla matriz religiosa advindas da socialização primária e secundária (Paulo* e Carmem*), os agentes não reivindicam atualmente uma religião específica. Inclui-se o caso de Júlia*. Ela cresceu em ambiente católico, mas a ligação posterior com causas étnicas reconfigurou sua relação com princípios e valores religiosos.

Não descartou-se a relevância dos acasos biográficos e eventos marcantes nesse processo de redefinição de disposições ou desencadeadores de esquemas de percepção e de apreciação do mundo social que estiveram estocados ou postos em reserva (LAHIRE, 2004) e que a heterogeneidade dos contextos de inserção na “causa” puseram em ação ou, ainda, conformaram novas percepções da realidade (SILVA & RUSKOWSKI, 2016). Os 7 agentes analisados exprimem em suas trajetórias experiências específicas que puseram em movimento maneiras de ser, pensar e agir adquiridas em contexto de socialização primária, inculcando um senso de “missão”. A valorização da “luta” observada nos relatos exprimem claramente essas sensibilidades incorporadas.

O engajamento de cada um na temática da moradia foi intermediado por relações prévias de confiança e de afetividade que ocorreu em circunstâncias heterogêneas e foi durante o curso da participação que os motivos para permanecer foram se definindo e os seus sentidos foram negociados na interação, sendo que os investimentos feitos e as gratificações extraídas individualmente reatualizam continuamente as razões para a manutenção do ativismo de cada um (SILVA & RUSKOWSKI, 2016). As discrepâncias identificadas no que tange a intensidade e envolvimento de cada militante com a causa habitacional é um dos elementos que mais chama atenção. Dois deles apresentam grau de envolvimento menor com a “causa”, mas permanecem pelo forte apelo afetivo. Os vínculos construídos entre os militantes antecedem a formação da UEMP/AEAMP e são reafirmados nas interações cotidianas na sede e em outros espaços como o partido, por exemplo. Isso confirma as críticas dirigidas às perspectivas teóricas que primam pela identificação ideológica ou disposição psicológica como explicação ao engajamento. A conexão estrutural acompanhada dos alinhamentos identitários continuamente resignificados

condizem com as percepções de retribuições que explicam a participação de cada um (IBIDEM, 2016)

O processo de reconfiguração das disposições seguiu as inscrições deles em diferentes estruturas associativas ou espaços políticos, como movimentos populares, partido político, associações de moradores e participação em instâncias de Estado, ou seja, nos trajetos ascendentes.

A filiação formal ao PT por 6 dos 7 agentes exprimem identificações políticas ditas de “esquerda”. É notório o fato de que a ligação com o mencionado partido antecedeu a vinculação à “causa” em foco para 4 casos (Roberto*, Carmem*, Júlia* e Antônio*) e oportunizou a conexão entre os militantes da “problemática” da moradia e outros agentes políticos individuais e coletivos, auxiliando na manutenção de espaços de poder e reconhecimentos da entidade habitacional de seus militantes.

A seção seguinte procura discutir o percurso coletivo da entidade associativa à qual todos os agentes analisados integram. A descrição é propícia ao entendimento do processo de institucionalização da UEMP e da causa habitacional, já que ela mesma exprime uma fase de tal processo: inclusão institucional pelo Estado de um segmento popular na operacionalização de uma política pública. Assim, o capítulo apresenta um esforço aproximativo do conteúdo das relações desenvolvidas coletivamente e individualmente combinando à análise apontamentos acerca dos elementos simbólicos de identificação e diferentes estratégias de afirmação que compõem sua atuação política.

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UEMP/AEAMP E AFIRMAÇÃO DA “CAUSA”

Relações diversificadas entre agentes individuais e coletivos, categorias de pensamento que os militantes da temática habitacional ativam no decorrer de seu engajamento numa questão percebida como pública e mobilizações coletivas de toda ordem são elementos que atravessam o trabalho de constituição e afirmação de tal espaço de organização coletiva. Por isso este capítulo ao se preocupar sociologicamente com estas questões, procura analisar o peso das relações formais e pessoalizadas ao longo da afirmação da UEMP/AEAMP, explicar como a circulação de noções referentes ao espaço urbano, da política e do Estado, por exemplo, promove um espaço autorizado para se discutir o “problema” da moradia em diferentes domínios e níveis ao mesmo tempo em que acumula créditos aos seus porta-vozes.

Além disso, é dada atenção às manifestações públicas diretamente coordenadas pelos militantes da UEMP/AEAMP visando interesses específicos na relação com o Estado e àquelas nas quais há uma reunião de aliados focados na reivindicação de interesses comuns em situações conjunturais. As estratégias propriamente simbólicas do ato de nomear residenciais, ruas e avenidas revela lógicas complexas de afirmação individual e coletiva presentes na produção de casas populares. Somados aos elementos citados, levam a um repertório de práticas que autorizam a associação habitacional e seus representantes na negociação e implementação de políticas públicas.

A maioria dos dados organizados e distribuídos nestas páginas são oriundos de pesquisa arquivística realizada entre março e de julho de 2016 na sede da mencionada associação. Diversas fontes foram usadas, desde correspondências institucionais a postagens em aplicativo de mensagens.

Cabe dizer que a participação nas atividades da organização e relações detidas com os ativistas facilitaram o acesso aos arquivos. Todavia, não deixou de haver dificuldades na identificação e organização desse material. Isso porque mesmo estando em pastas num cômodo do imóvel, eles não estavam agrupados por espécie. Estando diferentes documentos reunidos em pastas não classificadas e dispersas em prateleiras, a maior parte possível delas tiveram que ser verificadas, separando-as para fazer anotações das informações de interesse para a pesquisa. Muitos arquivos deixaram de ser analisados por causa do tempo e porque muitos estavam em mau estado de conservação, impedindo, portanto, o manuseio e visualização.

A pesquisa documental foi acompanhada por pesquisa em sites de jornais locais e nacionais, endereços de movimentos sociais, de órgãos governamentais e outros que promovem o reconhecimento de personalidades históricas por meio da internet. Aplicativo de mensagem também foi usado no intuito de acompanhar as discussões de interesse para os militantes, ações e posicionamentos nas relações estabelecidas uns com os outros.

Assim, os registros utilizados neste capítulo e conseguidos no tempo disponibilizado para a pesquisa de campo foram: atas, estatuto da associação, ofícios com conteúdos diversos, frequências de participação em reuniões, agendas de atividades coletivas, projetos de atuação social e de organização de eventos, convites com teores distintos, cartas de recomendação, relatórios de atividades, recortes de jornais locais, listas de áreas em processo de despejo e de regularização fundiária, folders de encontros e oficinas, materiais didáticos, panfletos de manifestações públicas, dossiês e outros documentos sobre as unidades habitacionais.

Os termos em aspas em todo o texto, inclusive nos quadros, são os conceitos êmicos que balizam a ação coletiva em seus universos políticos e sociais respectivos. A ocorrência de asteriscos após nomes de militantes da UEMP/AEAMP indica que eles são fictícios.

A Formalização da Entidade

Os sete militantes coordenadores da UEMP/AEMP ao se desligarem do Fórum da Moradia deram prosseguimento ao envolvimento político com a “causa” por meio da filiação à UNMP em 2002. A partir disso, agiram de início como grupo de pressão já que suas ações se concentravam no apoio à ocupação de imóveis urbanos ociosos, isto é, terras deixadas à revelia para feitos de valorização no mercado imobiliário, por segmentos de baixa renda. Até 2003 não tinham sede própria e recebiam auxílios financeiros de colaboradores político partidários e sindicalistas locais identificados com a “demanda”.

O reconhecimento do grupo enquanto mediador só ganhou força com a ascensão do Partido dos Trabalhadores a nível nacional (culminando com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva), quando a ideia de participação de segmentos populares no planejamento e na gestão pública ganham ainda mais destaque.

A participação desses setores na sistematização e execução de políticas públicas tem como condição e consequência a institucionalização destes, ou seja, deixam de ser apenas grupos de pressão ou de confronto direto com o Estado em volta de reivindicações coletivas e passam a se organizar em entidades com sede, profissionais remunerados, com regras

estatutariamente estabelecidas. Tornando-se uma organização, uma entidade inscrita legalmente e com formas de ação igualmente instituídas e impostas sobre seus membros (SAWICKI; SIMÉANT, 2011).

Os procedimentos de pesquisa utilizados para entender como se deu tal processo no caso da UEMP se resumem a realização de entrevistas, análise das atas de assembleias dos integrantes da associação e observação do seu estatuto.

Foram analisadas nove atas de assembleias gerais, posto que estas ordinariamente ocorrem de três em três anos. Foi possível ter acesso a ata produzida a partir da fundação (setembro de 2003) até a mais recente, a de 2014. Todas elas versam sobre eleição e posse dos dirigentes no que toca a coordenação executiva e conselho fiscal. Algumas considerações foram produzidas com base nos conteúdos das atas.

Elisa*, como militante mais antiga do grupo foi priorizada na ocupação do cargo de coordenação geral ou coordenação executiva nos três anos iniciais de formação da entidade. Sua trajetória militante presente na década de 1980 propiciou-lhe o estabelecimento de ligações com setores da população alvos de políticas sociais, com agentes coletivos não governamentais e agentes políticos partidários. Isso foi muito importante no processo de reconhecimento do grupo que se desvinculou do “Fórum”.

A partir da eleição e posse dos cargos de Coordenação Geral e Conselho Fiscal ocorridos em assembleia em dezembro de 2006, Carmem* assumiu a condução da entidade e liderança do grupo até novembro de 2014, quando deixou formalmente o posto para assumir posição na Secretária de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular na gestão do atual governador Flávio Dino (constando em ata). Pelos atributos obtidos durante sua experiência militante, adquiriu grande legitimidade e notoriedade junto aos demais membros da organização que, de acordo com os processos eletivos, sempre ocuparam posições periféricas em relação à dela.

A eleição por Chapa Única de Consenso realizada a partir de junho de 2010, conforme mudança do estatuto que previa inicialmente a apresentação de mais de uma chapa para ocupação dos cargos, refletiu o próprio processo de “definição de papeis” da organização. Nesse contexto, enquanto Carmem* ocupou quatro vezes o posto de Coordenadora Geral, os demais membros (Roberto*, Elisa*, Júlia*, Paulo*, Antônio* e Regina*) sempre foram distribuídos entre Secretariado e Conselho Fiscal.

No que tange ao teor do estatuto da associação habitacional, os membros fundadores são Carmem*, Roberto*, Elisa*, Paulo*, Regina* e Juscilene Barbosa²⁷. Conforme o que consta

²⁷ Comentou-se sobre essa agente no capítulo II.

em ata, o conteúdo do estatuto foi inspirado nas diretrizes do Movimento Nacional por Moradia Popular que, por sua vez, se baseou em pressupostos das CEBs. Desse modo, são assinalados a seguir os pontos mais relevantes.

O âmbito de atuação da organização sem finalidade lucrativa perfaz todo o estado do Maranhão, se propondo à defender os associados na luta pelo “direito à moradia digna” e pelo “direito à cidade”, reivindicando um caráter de direito privado, civil, sem caráter político partidário ou racial e salienta a cooperação com os poderes públicos, privados e “sociedade civil”.

Garantia da unidade de ação e liberdade de expressão dos associados, assegurar o cumprimento da “função social da propriedade”, estabelecer “solidariedade com os trabalhadores do campo e da cidade”, com todas as organizações populares e sindicais em qualquer parte do estado, defesa de uma política de preservação ambiental, promoção de ação civil pública em defesa dos associados e de toda a população, luta contra os despejos e especulação imobiliária são os princípios que pautam a atuação da entidade.

A partir dos referenciais assumidos, os militantes atribuem a si e a organização a tarefa de “sensibilizar” a sociedade sobre a “falta de moradia” advogando significado econômico, político, social e cultural da noção. Para isso, se propõe incentivar e auxiliar a criação de cooperativas habitacionais, associações comunitárias de construção habitacional, desenvolver ações relacionadas a alfabetização e escolarização de trabalhadores em acampamentos de reforma urbana, realizar cursos de formação profissional nas áreas que visem o desenvolvimento dos trabalhadores adultos e jovens de ambos os sexos, celebrar convênios com universidades, ONGs e organismos internacionais na formação de trabalhadores urbanos.

Construir “unidades habitacionais de interesse social” sob o regime de “mutirão e “autogestão popular” através de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiros, realizar e promover debates, conferências, audiências públicas, seminários, cursos e congressos relativas à questão da habitação, uso e ocupação do solo, representar seus associados em juízo e fora dele em reuniões, seminários, congressos e entrevistas, fazer parte dos conselhos populares nas esferas municipal, estadual e federal, angariar recursos para promover suas atividades e prestar consultoria técnico social e jurídica a implantação de projetos habitacionais, de regularização fundiária e de requalificação de áreas urbanas degradadas são os meios usados para obtenção dos objetivos propostos.

A estruturação da organização se dá com Assembleia Geral, Conselho Administrativo (Coordenação Geral) e Conselho Fiscal. Compete a primeira, discussão de planos de ação,

homologar anualmente os balanços aprovados pelo Conselho Fiscal, apreciar relatórios anuais das atividades desenvolvidas pela entidade. Ao segundo cabe contratar e demitir empregados nos termos da legislação trabalhista, estabelecer contratos e convênios, coordenar o processo eleitoral, administrar o patrimônio e contratos. Por fim, ao terceiro são atribuídas as tarefas de responder pela guarda de valores e títulos da entidade, movimentar as contas bancárias em conjunto com o coordenador geral e substituir o coordenador geral em caso de ausência ou vacância;

Os critérios de admissão de membros associados à entidade incluem ser brasileiro, maior de 18 anos e capaz, estar de acordo com os princípios, objetivos e finalidades da AEAMP estabelecidos em estatuto, ser apresentado por um sócio ao Conselho Administrativo, avaliado e posteriormente aprovado pela Assembleia Geral;

Para o desligamento de membros os critérios remetem à vontade inequívoca do associado, não cumprimento do estatuto da AEAMP, praticar dolo ou crime hediondo, praticar coação de qualquer natureza, praticar simulação enganosa da vontade visando produzir benefícios próprios, praticar fraude de qualquer natureza contra o patrimônio da associação, desacatar as decisões da Assembleia Geral, praticar agressão física ou moral a outro membro da AEAMP.

Um dos investimentos políticos iniciais dos membros traduziu-se na tentativa de formação de um espaço que pudesse aglutinar diferentes agentes coletivos. Isso favoreceria a troca de informações entre os participantes e daria mais força política no que pese a apresentação de pautas aos representantes de Estado. É nesse plano que se insere a CMP-MA.

Uma Prática Política de Aglutinação: o papel da Central de Movimentos Populares

A origem da Central dos Movimentos Populares (CMP) é reportada à lideranças de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), de partidos políticos e demais grupos de esquerda da década de 1980 no Brasil. Quando o PT foi fundado em 1980, representantes desses setores se reuniram com dirigentes do Sindicato dos metalúrgicos de João Monlevade/Minas Gerais para discutir a viabilidade de iniciar um processo organizativo dito “suprapartidário” que convergisse todas as “demandas” representadas então por aqueles setores. Assim, surgiu a Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPUS) em 1980 (MANCE, 2007).

Baseado em concepções de socialismo, os militantes conclamaram segmentos dos meios urbano e rural a construir planos de ação unificados para fortalecer interesses comuns, sintetizados na defesa da democracia e de políticas públicas. Tal organização coletiva levou à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Os consensos e acordos firmados na mobilização da ANAMPUS ocasionaram a criação da CMP em 1993 centrando-se na articulação de reivindicações e propostas para compor agenda estatal (IBIDEM, 2007).

No decorrer da década de 1990 militantes de sindicatos, do MST, de direitos humanos, dos movimentos de moradia, da CUT entre outros, consensuados na ideia de “participação popular”, formularam propostas de políticas públicas focando os eixos “reforma urbana”, “reforma agrária”, “direitos humanos” e “cidadania”. A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) esteve inserida na negociação dessas propostas e quando houve a formação do núcleo do movimento no Maranhão seus militantes aderiram também à CMP como caminho ao reconhecimento político da intervenção coletiva em andamento. Além do que, ela enquanto signo representante e detentor de *capital simbólico* foi muito importante na aquisição de financiamentos de agências não governamentais.

Segundo informações obtidas por um dos seus militantes em aplicativo de mensagens, a CMP/MA foi fundada em 2003, uns meses depois da UEMP/AEAMP. Por ser vista como espaço de proposição de planos de ação de interesse comum, ela auxiliou na homogeneização de questões suscitadas localmente por determinados segmentos. A sede da UEMP/AEAMP também se tornou sede da CMP e as discussões foram articuladas por um dos militantes da primeira (Roberto *).

Vários fatores convergem para sustentação política da ação coletiva e um deles é o modo como se organiza a estrutura de mobilização. A capacidade de reunir pessoas, formar coalizões e confrontar opositores podem definir seu grau de intervenção (TARROW, 2009; McAdam, TARROW e TILLY, 2009; SAWICKI e SIMÉANT, 2011), sendo isso uma das dimensões deste trabalho. Desta maneira, a CMP pode ser entendida como uma *estrutura conectiva* posta a incentivar laços com grupos reunidos em torno das mesmas concepções e em lugares estratégicos, minimizando as fraquezas das bases ativistas da UEMP em seu momento inaugural. Formada então por 6 membros, a organização precisou angariar apoiadores e recrutas em outras frentes.

No arquivo foram encontrados 15 documentos, entre ofícios e frequências de reuniões contendo o timbre da CMP e assinatura dos membros da UEMP/AEAMP que representam, ao mesmo tempo a CMP, o que demonstra seu papel estratégico para a afirmação da causa social

da moradia e daqueles que a representam, uma vez que no plano nacional ela converge uma miríade de movimentos e objetos de “demanda”: criança e adolescente, economia solidária, juventude, moradia, mulheres, negritude, saúde, entre outros (<http://www.cmp.org.br/>). No plano local não foi diferente, mostrando igualmente a justaposição de reivindicações que ai se confundem.

A ocorrência de reuniões e encontros entre os integrantes da associação habitacional e os integrantes de outras instâncias representativas como sindicatos, partidos políticos, associações de bairro e pastorais sociais da igreja católica propiciam um conjunto de oportunidades para a produção e reprodução de laços afetivos, identificação com outras causas tidas como comuns e elevação da legitimidade do discurso e da atuação dos representantes da “questão” urbana e habitacional junto a esferas de poder locais, regionais e nacionais. O quadro 5 discrimina documentos que demonstram a relevância da CMP nessa ocasião.

Quadro 5-Documentos Oriundo da CMP/MA ou Direcionados a ela e aos seus Membros

Documento ou Registro	Quantidade	Data do documento	Conteúdo
Ofício	01	Julho de 2003	Indicação de membros da Associação e da CMP para compor comissão executiva da conferência das cidades
Ofício	01	Junho de 2005	Solicitação por parte da CMP/AEAMP de parcerias com o governo de José Reinaldo Tavares
Ofício	01	Julho de 2005	Solicitação de parceria por parte da CMP/AEAMP com a prefeitura de São Luís na gestão de Tadeu Palácio para a construção de unidades habitacionais
Ofício	01	Setembro de 2005	Solicitação de parceria por parte da CMP/AEAMP com a Secretaria Municipal de Urbanismo para a construção de unidades habitacionais
			Convocação de Conselheiros indicados pela Associação e pela CMP/AEAMP para

Ofício	01	Fevereiro de 2011	reunião ordinária do Conselho das Cidades
Lista de Presença em Reunião	04	Abril de 2005	Sem assunto específico
Lista de Presença em Reunião	01	Maior de 2005	Sem Assunto Específico
Lista de Presença em Reunião	01	Julho de 2005	Sem Assunto Específico
Lista de Presença em reunião	01	Agosto de 2005	Sem assunto específico
Lista de Presença em Reuniões	01	Outubro de 2005	Sem assunto específico
Lista de Presença em Reuniões	01	Março de 2006	Sem assunto específico
Lista de Presença em Reuniões	01	Dezembro de 2006	Sem assunto específico
Lista de presença em Reuniões	01	Março de 2007	Comissão pró Conselho estadual das cidades
Lista de Presença em Reuniões	01	Junho de 2014	Campanha de Mobilização pelo Plebiscito Popular para uma Constituinte/ Reforma Política
Lista de Presença em Reuniões	01	Abril de 2016	Comissão pró Conselho estadual das cidades

Fonte: Arquivo da UEMP

As listas de presença mencionadas no quadro 5 contém os nomes de movimentos, grupos ou entidades que tiveram representantes frequentando com certa regularidade reuniões e eventos promovidos pela CMP nos anos de 2005, 2006 e 2007. Seus nomes e os de seus representantes são exibidos no quadro 6. Lembrando que os nomes assinalados com asteriscos são fictícios e representam os militantes da UEMP.

Quadro 6-Entidades e Representantes Presentes nas Reuniões Promovidas pela CMP, UEMP, AEAMP

Movimento ou Organização	Representante
Centro de Cultura Negra/MA	Maria do Socorro
Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina	Júlia*
Irmãs da Divina Providência	Não foi possível identificar
Gabinete do deputado Domingos Dutra (PT)	Antônio*
Movimento dos Sem Teto de Raposa	Herbert Castro
Centro Comunitário e Social Marisol	Genésia Coelho
União Estadual de Apoio à Moradia Popular	Natanael Silva Araújo, Regina* e Carmem*
Fórum Municipal de Juventude; ONG Moradia e Cidadania	Eunice Costa Nunes
Partido Verde	Admilson Pereira de Araújo
Fórum de ONGs/ MA	Não foi possível identificar
Clube de Mães da Vila Vitória	Maria Donata Silva freire
Grupo Gayvota	Não foi possível identificar nomes representante
Pastoral da Juventude	Darcileia Sousa
Gabinete da deputada Estadual (PT) Hellena Heluy	Vanessa Cristina
Diretório do PT/ São Luís	Antonio Pereira da Silva
Conselho Tutelar/ Área Central	Carlos Sérgio
Associação de Moradores da Vila Zenir	Domingas Moraes
Câmara Municipal de Vereadores	Gilmar Alves (PT)
Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLP)	José Francisco Diniz
União Estadual de Apoio à Moradia Popular; Central de Movimentos Populares	Roberto*
União Estadual de Apoio à Moradia Popular; Central de Movimentos Populares	Paulo*
Fórum de Saneamento Ambiental	Suely Gonçalves da Conceição
Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID)	Luís Henrique de Sousa

Fonte: Arquivo da UEMP

Apesar das listas de frequência não constarem o assunto das reuniões promovidas pela CMP nos anos de 2005 e 2006 foi possível perceber, através de uma agenda de atividades anexa a algumas dessas listas, que os objetivos maiores desses encontros seriam a formação e fortalecimento de um espaço específico de debates sobre diferentes questões que estavam cercado a conjuntura política, em outras palavras, fortalecer a CMP seria uma forma de elevar diferentes “problemáticas” às arenas municipal, estadual e nacional das políticas públicas,

dando uma espécie de “organicidade”, “unicidade” às reivindicações e desenvolver diretrizes para ação (BEZERRA, 2009).

Simultaneamente, nota-se que ao conduzir tal espaço, os militantes da UEMP/ AEAMP fortaleceram seu próprio palco de disputas políticas (a moradia para as camadas populares) e a sua mediação, expandindo de igual modo a atuação da UNMP. O lugar de porta-voz de políticas públicas fez com que esse grupo, que tem interesses situados, mobilizasse linhas de ação e de reconhecimentos.

As reuniões da CMP foram mais frequentes durante o período mencionado no quadro 5. Segue aqui a síntese da agenda de luta para o ano de 2005.

Quadro 7-Ações Prioritárias da CMP/Planejamento 2005

Atividades	Responsáveis pela Condução	Data Prevista
Organizar ação em conjunto com entidades que compõem a CMP/MA	Elisa* e Regina* (UEMP/AEMP)	Fevereiro de 2005
Elaboração de folder sobre a CMP, visitar as entidades que a compõem e aquelas que ainda não fazem parte	Roberto* (UEMP/AEMP), Antônio*(UEMP/AEAMP), Guilhon (não consta entidade representada) e Henrique (não consta entidade representada)	Fevereiro de 2005
Elaboração de projetos financeiros para a sustentabilidade da entidade junto a agências nacionais e internacionais	Roberto*, Paulo* (UEMP/AEMP), Airton (não consta entidade representada) e Henrique	Março de 2005
Mobilizar movimentos populares em São Luís para a Marcha pelas Políticas Públicas	Paulo* e Roberto* (UEMP/AEMP)	Mai de 2005
Apresentação de proposta de elaboração do Regimento Interno e Carta de Princípios da CMP/MA	Airton, Benedito (não consta entidade representada), Jonas (MST) e Beth (não consta entidade representada)	Sem data definida
Definir a participação da CMP nos fóruns, conselhos e outros espaços representativos a nível local, regional e nacional	Antônio* e Carmem* (UEMP/AEAMP)	Divulgação Permanente

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

As ações descritas no quadro 7 tiveram o objetivo de veicular a imagem da CMP como espaço político de aglutinação de “demandas” num contexto de promoção de políticas sociais no estado. Isso pode ser percebido no delineamento dos principais tópicos inseridos no “Seminário de Políticas Públicas: o papel dos movimentos sociais na promoção de políticas públicas com participação popular” ocorrido em maio de 2006 em São Luís.

Quadro 8-Subtemas Discutidos no Seminário sobre Políticas Públicas Promovido em 2006 pelas Entidades que se Filiaram à CMP/MA

Subtema	Grupo Expositor
Saúde, Diversidade Sexual e Políticas Públicas	Grupo Gayvota
Crianças, Adolescentes e Juventudes: desafios para a sociedade	Fórum DCA da Vila Luizão e Fórum da Juventude
Mulheres e Políticas Públicas	Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina
Afrodescendentes no Mercado de Trabalho	Centro de Cultura Negra do Maranhão
Moradia e Política Urbana	União Estadual de Apoio à Moradia Popular
Políticas Públicas na Atualidade	Não foi possível identificar o grupo expositor

Fonte: Arquivo da UEMP/AEMP

Destaca-se que as questões debatidas no evento fazem parte da pauta nacional da CMP. No espaço constituído pelos militantes para debater problemas considerados de interesse público, é delegado a eles a legitimidade do discurso falando em nome de determinado segmento social que reivindica a atuação pública. A organização de ações coletivas e a construção das temáticas discutidas foram contornadas pelas propriedades sociais das entidades envolvidas num contexto de aproximações e distanciamento entre os agentes sociais envolvidos.

Com relação ao mês de junho de 2014 (quadro 5), as reuniões promovidas pela entidade tiveram como meta planejamento e execução de uma campanha para angariar apoio de diversos segmentos sociais em torno dos temas que cercavam, naquele momento, uma possível constituinte pela “reforma do sistema político brasileiro”.

Organizações ou movimentos como Cáritas Brasileira, Levante Popular da Juventude, CEBs, Rede de Educação Cidadã, Partido dos Trabalhadores, além da própria UEMP/AEAMP, tiveram integrantes se reunindo na sede da associação habitacional e em outros espaços, porém com grande déficit de participantes. A ideia era ampliar a divulgação junto a mediadores desses setores que, por sua vez, promoveriam a questão em associações de bairros, em escolas, igrejas

e universidades, por exemplo. A reunião de mobilização para o Conselho Estadual das Cidades em 2016, exibida no quadro 5, se resumiu a participação dos militantes da UEMP/AEAMP.

O êxito da articulação da CMP foi diretamente proporcional à manutenção de atividades que gerassem um ritmo de interação entre os participantes e que, portanto, angariasse mais seguidores. Depois das discussões tecidas entre 2003 e 2007 a articulação perdeu ímpeto. Não houve redes informais suficientemente fortes para sustentar a continuidade das discussões e desenvolverem uma espécie de identidade coletiva. Segundo consultas a militantes da UEMP/AEAMP, os grupos que integravam o espaço depois desse período foram pouco a pouco se dissipando. O planejamento das ações se dava de forma muito hierarquizada, a partir dos militantes da própria UEMP. Os laços cultivados com a maioria dos segmentos permaneceram instáveis, havendo déficit de capital social, pouca ligação com as bases (TARROW).

Todavia, é inegável que a CMP tenha desempenhado um papel muito importante nas circunstâncias inaugurais de atuação da UEMP/AEAMP. A interação entre ativistas de diferentes setores populares sendo fraca ou não promoveu em alguma medida a circulação de ideias, valores e representações de mundo. Além disso, deu maior visibilidade às práticas da própria entidade, pois as linhas de ação mobilizadas agiram para legitimar as posições de seus porta-vozes uma vez que modificadas as “necessidades” deu-se as preferências, transformando questões sociais em questões políticas. A CMP continuou existindo enquanto ideia, mas na prática deixou de articular “planos de ação conjunta”.

Coalizões Diversificadas: notas sobre as relações pessoalizadas e institucionais

No decorrer do engajamento no Fórum de Moradia foram constituídas ligações importantes entre os dirigentes mais proeminentes da UEMP/AEAMP e indivíduos relativamente bem situados na arena política local bem como com agentes coletivos. É apropriado afirmar que a posse de uma rede durável de relações perpassadas por códigos complexos de lealdade e de identificação garantiu aos agentes trocas materiais e simbólicas, exercendo efeito multiplicador em termos de inserções sociais, de pertencimentos e de reconhecimentos que sociologicamente explicam as trocas entre indivíduos, grupos e organizações (BEZERRA, 2007; GRILL, 2014; REIS, 2014).

O quadro 9 exhibe uma tentativa didática de sistematização das ligações pessoais acionadas em forma de apoios financeiros e materiais de determinadas organizações e de políticos simpatizantes da “causa” durante o processo de afirmação da organização.

Quadro 9-Relações Informais na Constituição e Manutenção da “Causa”: solicitação de apoios financeiros pela UEMP/AEAMP a colaboradores

Documento	Agente Apoiador	Auxílio Recebido	Data
Sem especificação	Djalma (E-Changer e COAR) e Tuto (E-Changer e COAR)	Contribuição financeira mensal para custear despesas com telefonia, transporte e alimentação	Janeiro de 2003
Ofício	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	Doação de móveis e outros utensílios domésticos para a sede da organização	Janeiro de 2003
Ofício	Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Doação de móveis para a sede da organização	Janeiro de 2003
Ofício	ONG Moradia e Cidadania ²⁸	Doação de móveis para a sede da organização	Fevereiro de 2003
Ofício	Deputada federal Terezinha Fernandes (PT)	Contribuição financeira para a organização	Março de 2003
Sem especificação	Sociedade maranhense de Direitos Humanos	Empréstimo a organização	Abril de 2003
Sem especificação	Deputada estadual Helena Barros Heluy	Contribuição para custeio de despesas de viagens	Maior de 2003
Recibo	Deputado Estadual Domingos Dutra	Empréstimo a organização	Julho de 2003
Sem especificação	Instituto Interamericano para Agricultura	Passagens Aéreas para a participação dos militantes em reunião do Fórum Nacional de Reforma Urbana	Julho de 2003
Sem especificação	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos	Empréstimo a organização	Agosto de 2003
Ofício	Deputado estadual João Evangelista	Contribuição financeira para	

²⁸ Essa ONG surgiu em 1993 com o Comitê da Ação da Cidadania organizado por servidores da CAIXA. Ela tem iniciativas nas áreas de educação e geração de trabalho e renda em zonas periféricas de aglomerados urbanos. Ela tem atuação nacional e é sediada em Brasília.

		custear despesas dos militantes no Encontro Nacional de Moradia popular em Salvador	Março de 2006
Ofício	Prefeitura de São Luís (gestão de Tadeu Palácio)	Contribuição financeira para custear despesas de militantes no Encontro Nacional de Moradia Popular em Salvador	Março de 2006
Ofício	Caixa Econômica Federal	Contribuição financeira para custear despesas de militantes num seminário em Fortaleza	Junho de 2006
Ofício	Gabinete do deputado estadual Valdiná Barros (PT)	Contribuição Financeira para custear despesas de militantes do evento “articulando os Movimentos Sociais na Construção do Socialismo” em Brasília	Junho de 2008
Ofício	Gabinete da deputada estadual Helena Heluy (PT)	Contribuição Financeira para custear despesas de militantes do evento “articulando os Movimentos Sociais na Construção do Socialismo” em Brasília	Junho de 2008
Sem especificação	Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP)	Contribuição financeira para militantes participarem do Seminário Nacional sobre Moradia popular para a População de Baixa Renda na Bahia	Não Consta o ano

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

Fora a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, CUT e a ONG Moradia e Cidadania, todos os agentes contatados representaram relações pontuais, fluidas, oriundas de realinhamentos em contextos determinados. Considerando a posição da UEMP no que cabe os agentes apontados, suas relações podem ser convenientemente classificados em dois tipos: as horizontais e as verticais. Nas primeiras os militantes da UEMP/AEAMP mobilizam apoios de outras organizações sociais de defesa de direitos e nas verticais há a detenção, por um agente coletivo ou individual de recursos sejam eles materiais ou simbólicos que se fazem objeto de interesse para os militantes. As relações com políticos, empresas, ONGs financiadoras e órgãos públicos as exemplificam.

Estes são elementos empíricos que corroboram a assertiva de que movimentos sociais não são atores unitários. Acontecem incessantes manobras entre ativistas, componentes alvos, autoridades, aliados e rivais constituindo a textura cambiante dos movimentos sociais (TILLY, 2010).

No quadro 9, os contatos de políticos acionados expressam ligações efêmeras, ambíguas, assimétricas e não institucionalizadas onde os integrantes da UEMP/AEAMP são localizados em meio à trocas de favores não necessariamente percebidas enquanto tais numa conexão hierárquica do tipo padrão cliente (DAVIS, 1977). Isso porque alguns desses políticos foram aliados importantes nas mobilizações por moradia na década de 1990 e outros ainda desde a década anterior, caso de Helena Heluy. Seja a viabilização de legalização de terrenos e aquisição de infraestrutura urbana para bairros periféricos seja a prestação de auxílio material ao agente coletivo mobilizador, produziram ganhos nos espaços eletivos disputados.

Em contrapartida, o quadro 10 expõem relações institucionais e contratuais estabelecidas de caráter mais ou menos durável e fortemente verticalizadas expressas nos projetos financeiros que traduzem o apoio do Estado e dos organismos financiadores nacionais e internacionais.

Quadro 10-Relações Institucionais: organismos nacionais e internacionais financiadores de Projetos Sociais da UEMP/AEAMP

Órgão ou Instituição Financiadora	Projeto	Data ou Período de Execução
Serviço Latino Americano, Africano e Asiático de	Construção do Residencial Margarida Alves em São José de Ribamar e o	2005

Habitação Popular (SELAVIP ²⁹)	Residencial Vitória em São Luís	
Caixa Econômica Federal (CEF)	Construção do Residencial João do Vale	2006 a 2008
Caixa Econômica Federal (CEF)	Construção do Residencial Maria Firmina	2008 a 2010
Caixa Econômica Federal (CEF)	Construção do Residencial Sílvia Cantanhede em Paço do Lumiar	2011 a 2013
Caixa Econômica Federal (CEF)	Construção do Residencial magno Cruz em São José de Ribamar	Em fase de implementação desde 2013
Agência Central Católica Alemã de Ajuda ao Desenvolvimento (MISEREOR ³⁰)	Construindo Cidadania I – Ações de Formação política de moradores de áreas sem regularização fundiária na região metropolitana de São Luís; fomento à criação de instâncias participativas no que tange a regularização fundiária.	Não foi possível identificar
Agência Central Católica Alemã de Ajuda ao Desenvolvimento (MISEREOR)	Construindo Cidadania II – Ações de Formação política de moradores de áreas sem regularização fundiária na região metropolitana de São Luís; fomento à criação de instâncias participativas no que tange a regularização fundiária.	Não foi possível identificar
Agência Central Católica Alemã de Ajuda ao Desenvolvimento (MISEREOR)	Construindo Cidadania III – Ações de Formação política de moradores de áreas sem regularização fundiária na região	Em fase de execução desde 2014

²⁹ É uma fundação privada oriunda da Igreja Católica com sede em Bruxelas, foi fundada em 1971 e apoia financeiramente projetos para construção de casas populares para populações sem poder aquisitivo.

³⁰ 80% dos recursos financeiros que mantem esse organismo vêm do governo alemão, mesmo sendo historicamente ligado à Conferência dos Bispos da Alemanha. Para pleitear fundos junto a MISEROER, as entidades solicitantes devem, entre outras exigências, anexar aos projetos declaração escrita de autoridade eclesial local (bispo ou padre por ele designado) que ateste a inexistência de objeções quanto à sua aplicação. Evidentemente as relações mantidas com agentes do universo eclesial identificadas nas trajetórias de 5 dos 7 agentes que integram a UEMP ajudam a explicar a relativa perenidade da parceria com a MISEREOR. Deste modo, a ativação desses elos é uma espécie de trunfo. Tomando o espaço da disputa interna por financiamentos entre os membros desse agente coletivo, pode ser incluído aí o fato de que clérigos que atuaram em ações coletivas no Maranhão nas décadas de 1980 e 1990 e que hoje estão bem alocados na organização sediada em Aachen defendam a continuidade de auxílio a projetos de intervenção social no estado (Conversa registrada em diário de campo com colaborador do Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais na área de planejamento, monitoramento e avaliação de projeto sociais em 13/11/2016).

	metropolitana de São Luís; fomento à criação de instâncias participativas no que tange a legalização de terrenos.	
Caixa Econômica Federal	Construção do Residencial São Domingos em São Domingos do Maranhão	Proposta foi inviabilizada institucionalmente após o impeachment de Dilma Rousseff
AEAMP em parceria com a ONG Bento Rubião e Vale	Residencial para assentamento de Moradores de Piquiá de Baixo (Açailândia impactados pela poluição de polo siderúrgico em Açailândia.	Em processo de negociação

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

Apesar do peso dos recursos personificados na constituição de uma organização que integra um universo periférico, necessariamente, ela não deixa de se inscrever numa dinâmica institucional, promovendo recursos materiais e simbólicos, bases cognitivas e categorias de entendimento e de luta que delimitam o espaço do possível e do pensável (GRILL, 2014). Isso denota que a interação da UEMP com organismos parceiros nacionais e internacionais se dá em meio à prescrições sobre o agir dela (acordos contratuais) e as influências em termos de representações de seus militantes que, ao seu modo, manejam essas imposições para o êxito da ação política no nível periférico de atuação. Dessa forma, o quadro 10 discrimina um conjunto de vínculos formais que são condição e instrumento para ação desses agentes empreendedores que não pode ser descolada de outras relações.

As alianças verticais para cima são constantemente renegociadas e administradas entre as lideranças locais da UEMP/AEAMP e organismos governamentais e não governamentais nos níveis nacional e internacional, promovendo, em alguma medida, sua projeção no espaço regional, como indica a parceria da entidade com a ONG Bento Rubião e Vale para a construção de casas populares em Açailândia descritos no quadro 10.

Embora o quadro 9 exiba auxílios financeiros recebidos pela UEMP/AEMP de agentes individuais e coletivos que de alguma maneira também fazem parte de um mesmo ambiente de coalizões e identificações políticas conjunturais e não conjunturais, há a necessidade de classificar outras relações igualmente importantes para a implementação das ações concretas da Associação no âmbito de sua bandeira de luta. Por isso o quadro 11 aponta parcerias explícitas com instituição acadêmica, mídia impressa, setores populares e de reivindicação de

direitos e aquelas não explícitas manifestas no apoio a políticos em circunstâncias eleitorais e de gestão pública.

Quadro 11-Parcerias e Alianças Políticas Firmadas entre UEMP/AEAMP e Organizações Governamentais e Não Governamentais e com Agentes do Poder Executivo

Registro	Parceiro	Data ou Período	Nível de Atuação
Convite para participação em projetos de extensão e eventos relacionados ao tema “Educação em Direitos Humanos”.	Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão	Não foi possível identificar quando ocorreu a parceria. Ela não perdura atualmente	Local – região metropolitana de São Luís
Cartas de Recomendação (indicação do MST em favor da participação de membros da UEMP em instâncias deliberativas regionais)	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Não foi possível identificar quando ocorreu a parceria, mas perdura atualmente	Nacional
Relatórios de Atividades, convites e notícias em sites de jornais de circulação local	Governador Jackson Lago (PDT)	De 2002 a 2009	Estadual
Jornais de circulação local	Governador Flávio Dino (PCdoB)	Ainda não foi possível identificar	Estadual
Ofício	Jornal Vias de Fato (conteúdo jornalístico de caráter popular)	Há parceria desde 2011 (divulgação das ações da UEMP e informando sobre questões políticas e sociais locais e regionais)	Estadual
Recortes de Jornais	Prefeitura Municipal de São Luís (gestão de Tadeu palácio)	De 2002 a 2008	Local
Convites para participação em cursos de formação sobre Captação de Recursos Humanos e Financeiros	Rede Amiga da Criança	A parceria perdura atualmente	Local

Ofício/Convite para participação em evento comemorativo do Dia Nacional da Defensoria Pública	Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPE/MA)	A parceria perdura atualmente	Regional
---	--	-------------------------------	----------

Fonte: Arquivo da UEMP

Observando as informações do quadro 11, é constatada a durabilidade de algumas relações. Algumas delas se dão em razão de serem recursos políticos determinantes em diferentes níveis no plano da legitimidade. Aí se localizam as parcerias com o MST, Rede Amiga da Criança e Associação dos Defensores públicos do Estado Maranhão. Há simultaneamente conexões com níveis do mais geral ao particular.

A conexão com o MST, no plano local, ocorre desde a década de 1990. A parceria com a Rede Amiga da Criança é mais recente e possibilita aos militantes da UEMP/AEAMP participarem de atividades relativas a formação militante, obtendo conhecimentos técnicos e ao mesmo tempo se conectarem a espaços de articulação política local já que a Rede Amiga da Criança é formada por muitas organizações locais. A aproximação com defensores públicos auxilia na elaboração de ações conjuntas na promoção da questão fundiária, inseridas no processo de regularização de áreas ocupadas. Essa parceria existe desde a formalização da entidade associativa e tem escopo estadual.

A relação com a mídia impressa favorece, por um lado, a divulgação da causa e a sustentação de interpretações sobre o mundo social, por outro, mantém os militantes “informados” das atuações de outros segmentos no espaço político.

No que concerne as alianças políticas conjunturais, as gestões de Jackson Lago e de Tadeu Palácio contribuíram tanto materialmente dando suporte técnico e infraestrutura a aplicação de projetos habitacionais como político, legitimando discursivamente a atuação dos integrantes da UEMP na arena das políticas públicas de habitação ou ainda juridicamente, como indica, por exemplo, a emissão da Lei nº 8.758/2008 referente ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FHIS), implementada na administração estadual de Jackson Lago. Esse fundo tem o objetivo de direcionar e administrar recursos financeiros para os programas destinados a executar políticas habitacionais a setores de baixa renda da população. Em contrapartida, a entidade arregimentou aos apontados agentes grande apoio político mobilizando as bases durante períodos eleitorais e durante as respectivas gestões.

O mesmo se pode dizer com respeito a gestão do atual governador do estado, Flávio Dino, promovido pela UEMP/AEMP como alternativa política diante dos candidatos aliados

do grupo Sarney. Os dois principais dirigentes da entidade tiveram participação direta no planejamento de algumas políticas sociais, principalmente aquelas relacionadas a questão fundiária urbana. Esses agentes, inclusive estão gerindo tais políticas, alocados em secretarias de estado. A existência de relações diretas e com conteúdos mais difusos entre militantes da UEMP/AEAMP e os gestores públicos permitiu trânsitos e maior margem de influência para os primeiros.

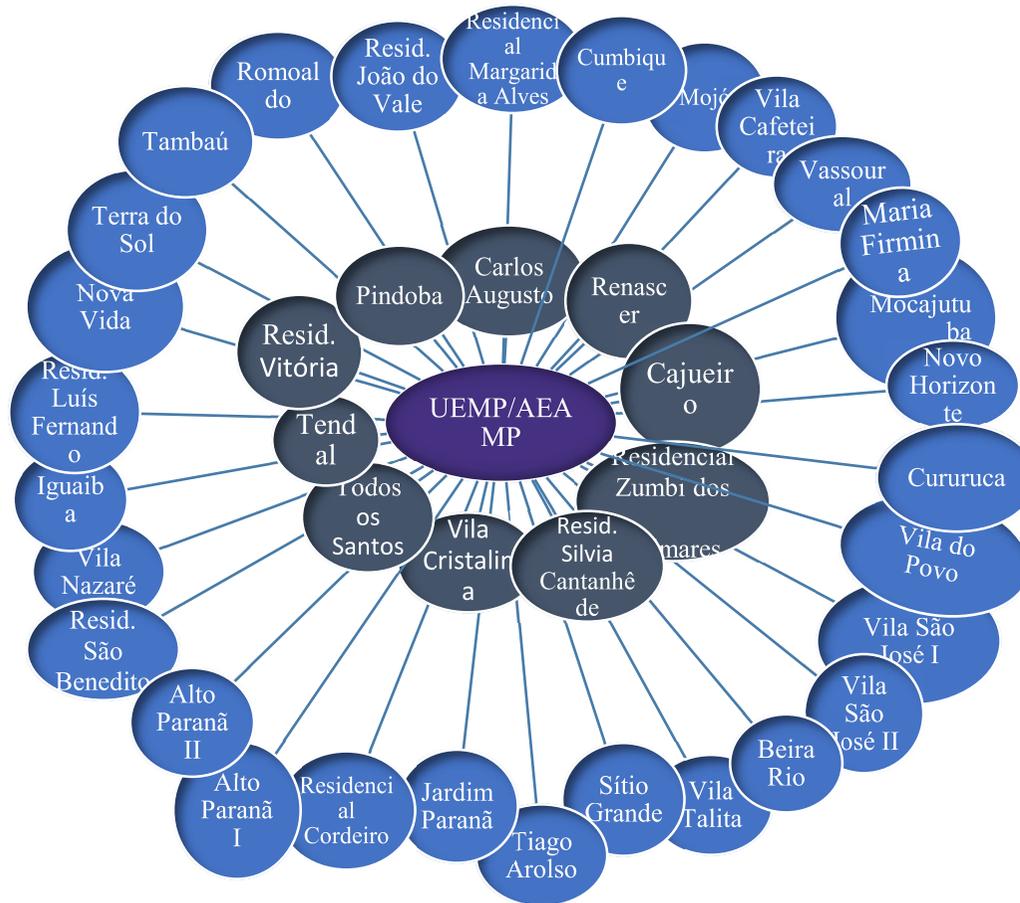
Mais Relações Verticais e Horizontais: a mobilização da clientela na busca de poder político

No organograma 2 estão listados os conjuntos habitacionais construídos pela organização e áreas de ocupação irregular de terrenos que tiveram acompanhamento jurídico e político dela no decurso de sua atuação. Do total identificado na coleta de dados, somente 10 possuem elos (lideranças comunitárias e moradores) que podem ser caracterizados como, *vínculos*, aqueles que, por terem sido construídos pela atuação da entidade em situações de confronto político ou formas de ação mais ou menos contenciosas (McAdam; TARROW; TILLY, 2009) com o Estado e agentes privados e situações correlatas, desenvolveram ligações políticas e pessoais que se desdobraram em retribuições pelos auxílios recebidos. Estes são determinantes para a UEMP/AEAMP em momentos de disputas políticas.

Os balões que, no organograma, estão mais afastados da figura central indicam aquelas áreas, bairros que têm elos mais efêmeros e, institucionais, entendidos como *contatos*³¹. Aí se localizam os conjuntos habitacionais implementados pela organização e muitas zonas de ocupação irregular em que a relação perdurou até a obtenção dos títulos de propriedade dos terrenos ou que ainda estão sendo acompanhadas de maneira mais indireta pelos militantes.

³¹ A mobilização dos conceitos de *contatos* e *vínculos* intenta seguir a operacionalização dos mesmos por Reis (2015). A autora combina a concepção de *capital social* de Bourdieu (1998) e a de *alianças diáticas* de Landé (1977) para analisar o caráter multidimensional de lógicas, recursos e estratégias e sua tradução em posições ocupadas. Segundo Reis, estes são, simultaneamente, produtor e produto dos contatos e vínculos firmados pelos agentes no decorrer de suas trajetórias, garantindo-lhes reconhecimento das “habilidades” e “competências” detidas.

Organograma 2- Contatos e Vínculos da UEMP/AEAMP com ocupantes e associados Desenvolvidos no Curso de sua Intervenção



Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP e Observação participante

Explicando concretamente essa distinção com base nos dados, é conveniente apontar que a relação entre UEMP/AEAMP e os moradores dos conjuntos João do Vale, Maria Firmina, Silvia Cantanhêde, Residencial Margarida Alves e Residencial Vitória são acentuadamente institucionais. Eles se associaram a AEAMP antes da construção do imóvel, pagaram taxas a organização e frequentaram as reuniões impostas contratualmente pelo Estado (exigências da Caixa Econômica Federal). Quando os imóveis foram entregues à essa clientela, ela, em sua maioria, se dissipou, porque as exigências legais foram concluídas.

Então, dificilmente as relações entre militantes e associados se estreitam, apesar de que muitos dos primeiros sejam conhecidos ou amigos de parentes destes últimos. A exceção se deu com o Residencial Silvia Cantanhêde e Residencial Vitória. Neles, os dirigentes da associação de moradores estabeleceram uma relação mais pessoalizada com os integrantes da UEMP/AEAMP, havendo maior aproximação entre os agentes. Já no caso da relação desenvolvida com ocupantes de terrenos não legalizados, há possibilidades maiores da relação se desenvolver dependendo da conjuntura e da forma como se organiza o ambiente de socialização, para estabilizar as ligações em níveis favoráveis à UEMP. No organograma da página 144, os dez balões situados mais próximos da figura oval central demonstram que a maior quantidade de *vínculos* detidos pela organização estão em bairros periféricos, as denominadas áreas de ocupação irregular. Dois *vínculos* foram estabelecidos em residenciais construídos pela organização (Residencial Silvia Cantanhêde e Residencial Vitória) e em outro, o elo foi desenvolvido com atuação direta de militantes seus (Residencial Zumbi dos Palmares).

Acolhendo o entendimento de Bourdieu (2002), o trabalho de arregimentar aliados e seguidores é precedido pela ação direta, cotidiana que produz e reproduz as condições incertas de conservação do poder. Nesse sentido, ocorre graus diferentes de investimento dos ativistas da UEMP/AEAMP em oportunidades de interação que criam e reproduzem laços mais informais, dando atratividade à “causa” e rentabilizam recursos e trunfos.

Nas circunstâncias em que as práticas estão centradas na construção dos empreendimentos habitacionais, de fato, esses investimentos são menos incisivos, pois como a organização tem poucos membros, as atenções se voltam a solução de problemas institucionais de execução dos projetos, quais sejam acompanhamento das obras, compra de material de construção, contratação e demissão de técnicos para execução de etapas específicas e elaboração de documentos exigidos pelo órgão financiador. As ocasiões de interação entre militantes e associados se resumem às reuniões gerais que acontecem a cada 3 ou 4 meses (“assembleias de beneficiários”) e às visitas ao canteiro de obras que ocorrem 3 vezes por ano

de execução de cada empreendimento. Fora isso, os associados são estimulados a participarem de eventos não incluídos no cronograma de implementação dos conjuntos, sendo a frequência deles ai menor.

Partindo da análise de algumas entrevistas e da observação direta das ocasiões de competição por espaço ou visibilidade política, foram identificadas basicamente três situações em que os vínculos com a clientela podem ser acionados: manifestações públicas de protesto ou de apoios a autoridades, instâncias deliberativas ou de representação política como conselhos, conferências e audiências públicas e, por fim, cursos de capacitação financiados por organismos parceiros.

Para expressar o argumento de modo mais claro, eis a seguinte situação ocorrida na 6ª Conferência Municipal das Cidades em 2016. O objetivo de tal conferência é reunir membros indicados por setores privados, governamentais, acadêmicos, sindicais e por organizações e segmentos sociais ligados a questão urbana e luta por direitos.

Durante o evento cada setor elabora um número definido de propostas que serão levadas a conferência estadual; lá serão discutidas e votadas na perspectiva de comporem políticas sociais. Tanto as conferências estaduais quanto as municipais tem um percentual de participação por segmento social. O maior percentual é direcionado aos gestores públicos e legislativo, o menor é dirigido às ONGs, ficando os movimentos sociais com um percentual intermediário. Dado o fato de que os representantes de segmentos irão elaborar propostas, eles precisam que elas tenham adesão da maioria das pessoas que se inscreveram em tal segmento para que entrem no documento final que será levado à conferência estadual.

Ocorre que na ocasião em questão, além da UEMP, outros setores populares estavam disputando o mesmo percentual de participação. Então, os militantes, previamente a conferência buscaram mobilizar seus aliados, lideranças comunitárias de bairros periféricos e de terrenos não legalizados acompanhados no processo de regularização fundiária e pessoas ligadas aos seus círculos familiares e de amizades para apoiar a eleição de suas propostas. A indicação dos dirigentes da organização para que militantes e aliados vestissem camisas com os símbolos do movimento e se concentrassem espacialmente no evento apontou um recurso para distingui-los publicamente perante os outros, homogeneizando simbolicamente os seus interesses.

A estratégia adotada induziu a vitória das propostas da UEMP, porém a decisão foi modificada para incluir propostas de outros setores. Isso porque a disputa gerou debates e tensões no momento da eleição, dando espaço a negociações entre os representantes de

movimentos populares. O desenrolar de uma interação complexa na qual os próprios militantes da UEMP tiveram duas alternativas: priorizar suas propostas e elevar a si mesmos a um espaço de poder ou dividir a participação com seus pares e, assim, continuar contando com eles em momentos que impõem a “unificação de interesses”.

É atribuído o conceito *Conjunto-de-ação* empregado por Mayer (2010) para caracterizar a configuração das conexões no contexto da eleição ocorrida na 6ª Conferência Municipal das Cidades. As conexões envolvem bases dispersas, mas que estão amarradas às principais lideranças da organização por relações mais ou menos densas e baseadas em critérios afetivos, identificação ideológica e troca de favores. O traço comum é o objetivo a ser alcançado, a vitória das propostas da organização e, em decorrência, melhoria de sua posição de mediadora.

No próximo tópico serão ponderados elementos relativos à acepções legítimas que circulam a problemática habitacional e sua relação com os porta-vozes autorizados, aqueles que interpretam a “verdade” do momento e elencam diretrizes norteadoras. Cursos de capacitação, seminários e oficinas conjugados a materiais didáticos e a presença em espaços de proposição de ações governamentais são circunstâncias em que representações e interpretações ao relacionadas à moradia, ao urbano e à cidade são acionadas e enquadradas politicamente.

Alguns Espaços de Circulação de Definições Legítimas sobre a Questão Urbana e Habitacional e a sua Junção à Outras Problemáticas

Bourdieu (2001) analisa que a manifestação do poder simbólico se faz por meio da imposição velada de definições legítimas sobre o mundo social. A promoção de ideias e noções pertinentes à questão do espaço urbano e da moradia não ocorre sem um processo de negociação dos interesses que os seus princípios classificadores encerram. Eles são incorporados nas lutas sociais pelos agentes e defendidos na aplicação de políticas estatais.

O caráter “participacionista” das políticas habitacionais a partir da redemocratização está atrelado aos atos de categorização instituídos pelo Estado sendo, por seu turno, alvos de entidades associativas na corrida pela obtenção de recursos raros. Em compensação, a instituição de organizações de movimentos sociais como executoras de políticas sociais traz para elas obrigação de corresponder à investidora, seguindo determinados comportamentos sob pena de rechaço (BOURDIEU, 1996).

São listadas no quadro 12 a quantidade de eventos de formação política e intelectual frequentados ou diretamente promovidos pelos militantes da UEM/AEAMP que foi possível

identificar registros no arquivo da associação e em sites da internet. Tendo como focos as ideias de “direito à cidade”, “desenvolvimento”, “participação popular” e de “habitação popular”, essas ocasiões oferecem um panorama das categorias de entendimento postas em circulação e que movimentam a “luta”, integrando as diretrizes de ação da UEMP/AEAMP, dos diferentes agentes que compõem o Movimento Nacional por Moradia Popular e de outros igualmente ligados às mesmas problemáticas.

Quadro 12-O Trabalho de Promoção da “Causa” Urbana e Habitacional: eventos de formação/socialização

Registro	Evento	Data	Eixos ou Questões Centrais do Debate	Amplitude do Evento
Página da internet – site oficial da UNMP	V Encontro Nacional por Moradia Popular	Abril de 2004	Construção de consenso sobre o que significa “direito à moradia e à cidade”; Desenvolvimento de políticas sociais com a participação de setores populares.	Nacional
Projeto	Encontro Nacional de Moradia Popular	Maior de 2004	Fortalecimento da filiação entre os estados; Definição e consolidação de proposta de produção habitacional pelos movimentos de moradia - a “autogestão”; Discursão sobre a sustentabilidade do movimento – parcerias com organismos nacionais e internacionais.	Nacional
Jornal do evento	12º Encontro Nacional por Moradia Popular	Maior de 2006	Discursão da relação entre “socialismo” e “autogestão”; Importância da Parceria entre governo e “movimentos sociais”; Construção do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.	Nacional
Página da internet – Site oficial da UNMP	13º Encontro Nacional de Moradia Popular	Maior de 2014	Aprimoramento dos canais de participação da população na gestão de políticas governamentais; Desenvolvimento de meios para enfrentar o excesso de burocracia no acesso aos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.	Nacional

Folder	2º Seminário de Estratégias para a Política de Habitação da Região Nordeste	Não foi possível identificar	Construção de propostas para a política habitacional e a “autogestão” no nordeste; Fortalecimento da articulação entre os “movimentos sociais”; Formulação de propostas para implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.	Regional
Lista de presença	Oficina “Direito à Cidade e Autogestão”	Novembro de 2008 em São Luís	Não foi identificado	Local
Relatório de Atividades	4º Encontro Estadual por Moradia Popular (Maranhão)	Setembro de 2011	O Papel da UEMP/AEAMP na promoção do “direito à moradia digna”; Discutir a importância da filiação à entidade; Discursão sobre “autogestão” e propriedade coletiva no Brasil; Debater a participação dos movimentos de moradia nos conselhos ligados a questão	Regional
Relatório de Atividades	Oficina de Elaboração e Monitoramento de Estratégias em Comunicação: o poder da comunicação	Setembro de 2008 em São Luís e foi promovido pela UEMP/AEAMP	Levantamento de ferramentas necessárias ao exercício da comunicação pelas lideranças; Debater a importância da comunicação para mobilização dos movimentos de moradia;	Local
Folder	Seminário Nacional da União Nacional por Moradia Popular: moradia popular, cultura e diversidade	Não foi possível identificar	A Construção de uma política democrática para as cidades respeitando aspectos regionais;	Nacional
Folder	Cidades que se Planejam – 1º Seminário Brasileiro de Governabilidade Participativa das Cidades	Novembro de 2003	Difusão da prática do planejamento como instrumento orientado e focado na <i>governabilidade</i> das cidades dentro de uma perspectiva estratégica e participativa;	Nacional

Folder	III Jornada Internacional de Políticas Públicas: questão social no desenvolvimento no século XXI (promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA)	Agosto de 2007	Analisar a problemática do “desenvolvimento” em face do enfrentamento da questão social como desafio da sociedade e das políticas públicas;	Internacional
Projeto	Os Impactos dos Grandes Projetos no Estado do Maranhão – Eixo Grande São Luís: desenvolvimentismo e os impactos ambientais	Executado em 2009 e organizado pelos militantes da UEMP/AEAMP, ONG Moradia e Cidadania, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza, Fórum Carajás e pela Associação Agroecológica Tijupá	Garantia de espaço de diálogo com os gestores públicos empenho de implementação de ações capazes de minimizar os danos causados pela implantação de grandes projetos no estado; Fortalecimento de “comunidades” rurais ou de áreas periféricas para superar a desigualdade a partir da mobilização e informação;	Local

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

Ademais, ressalta-se que 18 estados da federação são filiados a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e nos eventos de formação política de âmbito nacional, regional ou local das entidades filiadas, os temas tratados nas oficinas são os mesmos, compondo outrossim as problemáticas ensejadas pela CMP em âmbito nacional. É notada aí, além da referência à “regularização fundiária”, à “assistência técnica” na aplicação de projetos residenciais, “mobilidade urbana”, uma combinação de tópicos da causa habitacional com outras temáticas com o objetivo de homogeneizar as diferentes lutas e singulariza-las. São colocadas num mesmo plano a questão étnica e a moradia, gênero e moradia e juventude e moradia.

A estruturação das temáticas de modo a abarcar conteúdos específicos, remete as iniciativas utilizadas pelas organizações de movimentos sociais para enfrentar as dificuldades de comunicação com o Estado, revelando agenda comum de preocupações dos movimentos de moradia e visões sobre o poder público e a política (BEZERRA, 2009).

As apostilas e materiais de formação compõem outros meios de divulgação de discursos comuns acerca de “demandas” e da promoção de representações pactuadas. São expostos e organizados no quadro 13 alguns materiais de formação que contém ideias força norteadoras da implementação de políticas públicas de habitação, especialmente o programa “Minha Casa Minha Vida Entidades” e de projetos financiados por organizações aliadas da UEMP/AEAMP.

Nesse interim, apostilas, revistas e manuais descritos no quadro 13 prescrevem intelectualmente ações coletivas impondo simbolicamente princípios classificadores oriundos da relação entre movimento de moradia e agentes situados em diferentes posições no espaço social, ou seja, instituições acadêmicas, agentes financiadores públicos, privados e setores populares

Quadro 13 - Materiais Didáticos e os Princípios Classificadores da “Questão Urbana e Habitacional” Usados pela UEMP/AEAMP na Implementação de suas ações

Material	Autor	Ano de Produção ou de Publicação	Noções Legitimadoras	Bases Teóricas Operacionalizadas
Manual “Projeto de Atuação Social: planejamento, monitoramento e avaliação” (MISEREOR-)	Centro de Assessoria e Apoio a Projetos Sociais	2013	“Protagonismo” e “defesa de direitos” de grupos urbanos ou rurais marginalizados na América Latina, África e Ásia; “Desenvolvimento Social’ de “comunidades” em situação de desigualdade econômica, política e social;	Uso da tipologia da ação social de Weber na compreensão rígida da relação entre fins e meios das atividades que são realizadas em áreas sem regularização fundiária; Uso pragmático de interpretação marxista no processo de reflexão da realidade por parte de moradores sem segurança jurídica da posse; A mudança social é proposta a partir dos dois enfoques.
Apostila “Gestão em Recursos Habitacionais: cooperativismo e autogestão”	Elaborado por lideranças ligadas à União Nacional por Moradia Popular baseado em práticas discursivas da Central Única dos Trabalhadores, do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas (SEBRAE), Ministério do Trabalho e Emprego, Cáritas, Fase e Caixa	Entre 2005 e 2006	Definições de “cooperativismo”, “autogestão”, “produção social da moradia” e “mutirão”; Defesa do desenvolvimento enquanto meta das bandeiras de luta dos movimentos de moradia no país; “Autogestão” e “participação popular” são entendidas como inerentes entre si; Prescrição de procedimentos para acessar recursos financeiros postos por órgãos governamentais; Regras para organizar uma associação habitacional;	Interpretações marxistas da relação entre demanda coletiva e resposta estatal. Uma acepção que dá protagonismo aos movimentos sociais.

	Econômica Federal (CEF);		Orientações normativas sobre elaboração de projetos habitacionais e sobre o Sistema nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS);	
Revista “Formação e Assessoria em Políticas Sociais”	Raquel Rolnik (Profª da PUC de Campinas)	1999	“Regularização Urbanística” e “Exclusão Territorial”	A ligação entre o processo de urbanização das cidades brasileiras na primeira metade do século XX e a denominada “exclusão territorial” pela desigualdade de renda;
Revista “O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade”	Orlando Alves dos Santos (FASE/RJ)	2009	Agenda da “reforma urbana” e o governo Lula; Política de habitação; Política de saneamento ambiental; Política de transporte e mobilidade; Regularização fundiária; “Gestão democrática” das cidades;	Indicação de medidas operacionais a participação de segmentos da população nas políticas públicas para o espaço urbano;
Catálogo Nacional de Experiências de Capacitação e Desenvolvimento Institucional”	Ministério das Cidades	2004	Habilitação de agentes públicos e sociais na promoção de “desenvolvimento Institucional” de Órgãos Públicos	Afirmação do Estado e de suas políticas por meio da gestão compartilhada dessas ações entre porta-vozes do Estado e os de segmentos populares;

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

Instâncias representativas se revelam oportunidades de propagação de “demandas” e de suas redefinições constantes, por isso no quadro 14 foram classificadas instâncias representativas de distintos níveis, espaços de discussão política onde, ao longo do tempo, tem sido acionados coletivamente mecanismos para afirmação da questão da habitação como questão de interesse comum.

Quadro 14-Participação dos Membros da UEMP/AEAMP em Instâncias e Ocasões Deliberativas

Registro	Instâncias e Espaços Deliberativos	Representante UEMP/AEAMP	Data	Âmbito da Participação
Folder de atividade realizada	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	Roberto *	Julho de 2005	Regional
Requerimento em nome do deputado estadual Domingos Dutra	Audiência Pública sobre a implantação da região metropolitana da grande São Luís	Não consta indicação de representante	Março de 2005	Local
Boletim Informativo da União Nacional por Moradia Popular	3ª Conferência Nacional das Cidades	Não consta indicação de representante	Novembro de 2007	Federal
Ofício Circular	Reunião ordinária do Conselho Estadual das Cidades	Roberto * e Paulo*	Fevereiro de 2011	Regional
Ofício da Comissão de Meio Ambiente, Minas e Energia	Audiência Pública para discutir as consequências e os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais da implantação do Polo Siderúrgico na Região Metropolitana de São Luís	Não consta indicação de representante	Mai de 2005	Local
Ofício/Convite da 3ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	Debate da comissão gestora sobre o Plano de Preservação dos Sítios Arqueológicos	Carmem *	Mai de 2005	Regional
Convite da Secretaria de Estado da Indústria, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	Elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável do Maranhão no Fórum de Desenvolvimento Sustentável	Carmem*	Março de 2007	Regional
Ofício/Convocação	Reunião do Fórum Maranhense das Cidades	Não consta indicação de representante	Março de 2004	Regional

Ofício/Convocação	Reunião do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH)	Não consta indicação de representante	Outubro de 2007	Regional
Ofício/Convite da Defensoria Pública do Estado do Maranhão/Núcleo de Moradia e Defesa Fundiária	Audiência Pública para tratar da política pública de habitação para atendimento das camadas de baixa renda	Carmem*	Outubro de 2009	Regional
Ofício/Convite da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)	Posse de representante da Associação Estadual de Apoio à Moradia Popular como conselheiro gestor do Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos	Paulo*	Julho de 2016	Regional

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

É visualizado nos quadros acima como a temática da moradia é imposta por seus representantes nos cenários local e regional das deliberações públicas. As ocasiões de formação e socialização de noções já reconhecidas pelas instâncias estatais, referentes à questão urbana e habitacional se associa à participação em diferentes espaços de debate, representação e interpelação, sendo que a combinação com variados tópicos, contribui com as lógicas de atribuição de sentidos, construção de identificações na perenidade das discursões ensejadas. Isso alude à “politização de demandas” salientado por Pizzorno (1986, p. 345) quando este afirma que “a atividade política se dedica à modificação das necessidades mais que a simples satisfação das existentes”. Os dados dão conta dessa dimensão de análise, no sentido de perceber as ocasiões deliberativas e formativas e os instrumentos pedagógicos mobilizados pela organização analisada, inseridos numa lógica processual de construção de círculos de reconhecimento e de confiança.

A visibilidade da questão contribui para a necessidade dela e daqueles que a mediam. Os mecanismos institucionais ativados no processo são resultados da produção de representações concernentes a “causa” da moradia, afirmando um conjunto de técnicas e valores que estão na base da pauta.

É apropriado acrescentar que nesse universo os mediadores constroem a “necessidade” de si enquanto decodificadores dos itens postos em debate e os quadros 12, 13 e 14 procuram expressar isso. Em outras palavras, são retóricas sempre restritas aos mais capacitados, aqueles dignos de interpretar o que é a “moradia popular” e a “reforma urbana”, exercendo desse

maneira o papel de decodificação e composição de questões de importância direta para a comunicação da estrutura local com a nacional do segmento (UNMP), como também no exercício da comunicação com estruturas estatais mais centrais (GRILL, 2013).

O material organizado aponta que associadas a essas formas de ação mais institucionais e de construção de preferências, encontram-se as ações mais contenciosas para as quais houve coalizões entre a UEMP e diferentes setores que se reuniram publicamente e emitiram reivindicações vinculadas a outros interesses.

Reivindicações Públicas por Direitos: a participação da UEMP em manifestações públicas pontuais e ocasionais

Em geral, movimento populares adotam um repertório de práticas que os diferencia de outras formas de manifestação política. Tilly (2010) pontua que no *repertório confrontacional* dos movimentos sociais é possível visualizar a presença de slogans que traduzem valor, coesão e comprometimento com o que está em disputa. Comícios, vigílias, declarações para a imprensa e panfletagem são permeados por esses elementos. Tendo em mente tais pressupostos, são elencados aqui esquematicamente uma série de manifestações públicas nas quais os representantes da UEMP/AEAMP estiveram presentes ou organizaram-nas diretamente em diferentes níveis e em períodos de tempo distintos.

É pertinente atentar para o fato de que a maioria das manifestações ilustradas no quadro 15 foram ocasionais e abarcam elementos importantes das asserções de Tilly, isto é, a presença e interação das ações de demandantes e os objetos de demanda e o público. Contextos políticos favoráveis colaboram com seu desenvolvimento e sucesso, justificando, assim, o aspecto conjuntural do fenômeno, ou seja, a externalidade não é uma característica inerente à “natureza” dos movimentos sociais (SILVA, 2011).

A identificação dessas demonstrações públicas compreende o período de 2005 a 2016, o que dá margem para situar o contexto em que cada uma se insere, suas motivações, agentes envolvidos e o que os diferencia nas situações de protesto.

Quadro 15-Manifestações Públicas Organizadas pelos Militantes da UEMP/AEAMP e Aquelas Realizadas em Conjunto com Grupos Aliados

Registro	Manifestação Pública	Objetivos	Âmbito da Manifestação	Data
Recorte de jornal local	Paralisação de trânsito em avenida/Protesto de moradores no Parque Vitória devido à baixa quantidade e qualidade do transporte público	Reivindicar o aumento da quantidade e qualidade da frota de ônibus pro bairro;	Local	Não foi possível identificar
Foto	Caminhada de Protesto de integrantes de várias entidades sindicais e populares contra a instalação de Polo Siderúrgico em São Luís	Chamar a atenção da população e das autoridades governamentais para os riscos socioambientais da instalação de polo siderúrgico na região;	Local	Outubro de 2005
Lista de Presença em reunião de preparação do ato	Caminhada/ “Grito dos Excluídos”	Protestar contra medidas econômicas neoliberais adotadas no Brasil; Defender o “protagonismo popular” e os grupos de base	Nacional – acontece simultaneamente em várias cidades brasileiras anualmente	Setembro de 2007
Lista de Presença em reunião de preparação do ato	Caminhada/ “Grito dos Excluídos e Excluídas”	Denunciar as diversas formas de “exclusão” que levam a população a viver de forma “precária”; Reivindicar a “pluralidade” e “igualdade de direitos”	Nacional – acontece simultaneamente em várias cidades brasileiras anualmente	Setembro de 2008
Recorte do jornal “O Imparcial”	Caminhada de protesto de Moradores de áreas ocupadas irregularmente em Paço do Lumiar contra ameaças de despejos no Dia Nacional de Luta por Moradia	Reivindicar segurança jurídica da posse para os moradores sem regularização fundiária	Nacional – aconteceu simultaneamente em 12 estados que têm entidades filiadas à UNMP	Maior de 2011

Fotos e Sites de Jornais de circulação nacional e Aplicativo de mensagens	Marcha das Mulheres Negras em Brasília	Propor a unicidade da agenda de luta das “mulheres negras”; Alertar a sociedade para a luta das “mulheres negras” contra a violência e a discriminação racial e de gênero;	Nacional porque mobilizou a presença de lideranças negras de vários estados da federação	Novembro de 2015
Site do Jornal “G1 Maranhão” e mensagens de aplicativo	Carreata contra o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff	Protestar contra o impedimento da presente; Apoiar a sua permanência no cargo;	Nacional	Abril de 2016
Fotos e mensagens de aplicativo	Panfletagem no bairro João Paulo em São Luís	Protestar contra o impedimento da presente; Apoiar a sua permanência no cargo;	Nacional	Maior de 2016
Mensagens de aplicativo	Panfletagem e caminhada de mulheres no bairro Liberdade em São Luís	Protestar contra o impedimento da presidente; Apoiar a sua permanência no cargo;	Local	Maior de 2016
Mensagens de aplicativo	Caminhada a favor do afastamento do presidente interino Michel Temer	Protestar contra a permanência de Michel Temer na presidência da República;	Nacional	Julho de 2016

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAM

Vale esclarecer que manifestações públicas como paralização de via pública e caminhada de moradores pela regularização fundiária em Paço do Lumiar exibidas quadro 15, tiveram relevância para a causa social em exame na medida em que foram diretamente mobilizadas e coordenadas por militantes da UEMP/AEMP. Sua organização não envolveu coalizões com outros setores. A notícia sobre protesto em avenida da capital por causa da ineficiência de transporte público no Parque Vitória foi diretamente coordenada por um dos militantes da UEMP/AEMP que mora no bairro e nele atua politicamente desde a década de 1990.

A caminhada de protesto contra instalação de polo siderúrgico (projeto da então Companhia Vale do Rio Doce) na Ilha de São Luís ocorrida em 2005, teve êxito, pois o projeto de instalação foi suspenso. A conjuntura se mostrou favorável, já que no período José Reinaldo Tavares era governador, na ocasião, tinha rompido politicamente com a “família Sarney” (José Sarney quando exerceu o cargo de governador do Maranhão na década de 1960 abriu caminho a instalação da Vale e aos chamados projetos de desenvolvimento no estado), tida como monopolizadora do espaço político administrativo e partidário no estado. Outros fatores também podem ser associados a isso, como o acionamento pelos reivindicantes e seus aliados do aparato normativo recente na época e que regulamenta o capítulo “Política Urbana” da Constituição Federal de 1988 (Estatuto da cidade), à capacidade de articulação dos segmentos envolvido na mobilização e à evocação do discurso veiculado nas audiências públicas e em impressos produzidos por esses setores.

A Marcha das Mulheres Negras, Grito dos Excluídos, as manifestações contra a instalação de polo siderúrgico na Ilha, apoio a permanência de Dilma Rousseff no cargo e os atos contra o governo de Michel Temer se dão no âmbito de uma mobilização espacial e socialmente maior. São oportunidades de visualizar simultaneamente os rótulos e símbolos adotados pelos militantes da UEMP/AEMP na relação com os rótulos das demais entidades numa conjuntura política na qual se evidencia coalizações e exclusões em diversos níveis, sobretudo no contexto pré impeachment de Dilma Rousseff o qual apresentou uma miscelânea de setores e agentes coletivos em marcha pelas ruas de várias cidades brasileiras e onde se pôde perceber recursos, alianças, capacidade organizativa e *enquadramentos interpretativos* tanto daqueles que saíram na defesa do processo de impeachment quanto daqueles que protestaram contra.

No nível local, a UEMP/AEMP formou coalização com CÁRITAS, CPT, CUT, MST, movimento de mulheres, estudantes, professores universitários e partidos de esquerda que

saíram em caminhada e carreata pelas ruas do centro de São Luís e fizeram panfletagens em alguns bairros, sendo que em cada ato (pelo menos aqueles que puderam ser registrados em caderno de campo) houve um peso relativo de cada um desses segmentos e a observação do entorno e da identificação material (faixas, bandeiras, cartazes e camisetas) nos atos públicos pró governo de Dilma Rousseff revelou diferentes formas de vinculação política e identificação com “demandas” que na conjuntura foram “unificadas”. Do ponto de vista sociológico e metodológico, são espaços privilegiados de localização de formas de mobilização política, de um “saber fazer” militante e suas relações com o plano mais geral de alinhamentos, ganhos e perdas nos domínios político partidário e ativista em vista da intersecção Estado, movimento e partido no Brasil atualmente.

Por outro lado, não se deve negligenciar outras modalidades de apresentação e expressão de reivindicações que *repertórios* de movimentos populares, neste caso, organizações de movimentos sociais voltadas à defesa da moradia podem assumir e que não estão incluídos no quadro 15, mas que foram imprescindíveis para a realização das ações discriminadas. Significa dizer que, para além dos protestos sociais nas ocasiões mais ocasionais se encontram as atividades cotidianas de interação não contestatória entre os agentes em disputas, seus aliados e alvos de demanda. Para retomar assertivas de Offerlé (2011), situações mais “discretas” de construção de pautas de ação estão na base dos atos públicos apresentados acima e dos acordos e desacordos publicamente exibidos entre os distintos agentes. Para que cada manifestação acontecesse foram necessárias, reuniões de preparação envolvendo lideranças dos grupos em espaços definidos, assembleias com militantes para discussão das reivindicações, dos custos materiais das ações e das possibilidades políticas de êxito e, em alguns casos, a ocorrência de audiências entre autoridades de governo e lideranças de movimentos.

Em se tratando especificamente dos objetos de “demanda” da UEMP, da UNMP e demais movimentos envolvidos, os dispositivos institucionais que reconhecem a “causa” e viabilizam o acesso a recursos financeiros constitui-se principal motivo de suas tomadas de posição. Neste ínterim, a caminhada de protesto no “Dia Nacional de Luta por Moradia” exprime uma tentativa de subida, uma estratégia para melhoria da posição do movimento no espectro institucional e fortalecimento de sua *mediação* frente às populações destinatárias dessas políticas em virtude das características consideradas pelo setor restritivas na negociação direta com agentes governamentais, considerando a inclusão de determinadas pautas do movimento na agenda pública. Logo, os objetivos dessa ação se deram no sentido de favorecer a aprovação de Proposta de Emenda Constitucional que garantisse recursos financeiros estáveis

para o Fundo de Habitação e Consolidação do Sistema Nacional de Habitação. A inclusão do segmento nas decisões pertinentes ao PMCMV Entidades e criação de política fundiária compuseram alguns dos objetos demandados³².



Ilustração 5 - Panfleto produzido pelos movimentos de moradia e veiculado em 2015 e parte de 2016 em panfletagens
Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP

A ilustração 5 exibe um panfleto contendo definições de dirigentes de moradia quanto a conjuntura política vivenciada nos dois anos seguintes à reeleição de Dilma Rousseff. O apelo à “democracia e controle social” no executivo, legislativo e judiciário para impedir o “golpe”, se referindo a possível retirada do mandato da então presidente, são enquadrados como justificativas para a ação coletiva ao mesmo tempo em que a interpretação ressalta e adorna a posição daqueles considerados adversários da democracia: “elites conservadoras” e “mídia burguesa”. As avaliações contidas na publicação tenta estimular e produzir energia emocional por meio do tom de suas avaliações.

Movimentos sociais, em suas atividades, manifestam expressivamente identidades e interesses e ajustam suas estratégias em resposta ao poder do Estado. Utilizando-se da marcha disciplinada pelas ruas em diferentes circunstâncias, panfletagem em locais estratégicos e do grito de palavras de ordem em meio a carreatas, a UEMP e seus aliados incluem identidades e

³² http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=510:dia-nacional-de-mobilizacao-pelo-direito-a-moradia&catid=36:noticias&Itemid=61. Acesso em 02/03/2017

interesses em performances específicas, demonstrações públicas para mostrar que a população é merecedora dos objetos demandados (McAdam; TARROW; TILLY, 2009).

As representações dos diferentes agentes sobre as “problemáticas” que representam se justapõem ao mesmo tempo em que se diferenciam num contexto político de grande instabilidade, sendo que as tomadas de posição deles se dão em relação às tomadas de posição dos agentes adversários.

As ações esquematizadas nos quadros 7, 8, 12 e 14 demonstram a modalidade diversificada de atuação da UEMP/AEAMP que não se resume a atos contenciosos pontuados nesse subitem, mas além disso, está ligada à negociação entre os porta-vozes da entidade, seus aderentes e aliados e da construção/seleção de pautas de interesse para eles e sua discussão em instâncias representativas.

Versando a respeito do processo de institucionalização da UEMP/AEAMP, este capítulo descreve o conjunto de relações formais e informais com diferentes graus de intensidade e investimentos que foram tecidas em níveis variados. Essas relações e os recursos acessados por meio delas configuraram determinadas modalidades de intervenção coletiva, sendo esse elemento uma das dimensões de análise deste estudo. Outra delas é aferição de *estratégias* propriamente simbólicas de legitimação da ação coletiva e de seus demandantes. Quanto a isso, Identificou-se que os conjuntos habitacionais construídos pela UEMP/AEAMP recebem nomes de personalidades e fatos altamente valorizados pelos representantes da entidade, indicando, deste modo, a circulação de princípios e critérios hierarquizantes nesse universo específico de atividade política. Daí a relevância do seu tratamento conceitual como uma entre outras no repertório de práticas adotadas, não necessariamente pensadas enquanto tais pelos mandatários em questão, e que colaboram para celebrar a “luta” e seus promotores.

“Tributos aos Heróis da Causa”: ocasiões e oportunidades de consagração e auto consagração

O trabalho de edificação de personagens considerados singulares em distintos domínios do universo social e político é um trunfo utilizado por agentes que se localizam em contextos e situações de luta tidas por eles como semelhantes. No processo de mobilização de causas sociais são acionados recursos simbólicos que dão a ela um caráter “heroico” num movimento que insere os mediadores numa relação de similitude com acontecimentos e personagens vistos como “excepcionais”.

Reis (2015) toma alguns autores e postulados teóricos para explicitar os sentidos e gratificações em jogo no trabalho de memória acionado por agentes que inauguraram sua atuação política na contestação ao regime militar no Rio Grande do Sul. Evocando Pizzorno (1986), ela argumenta que o trabalho de edificação de fatos e acontecimentos localizados no passado faz com que os agentes que deles se utilizam alimentem e redesenhem seus círculos de reconhecimento como condição necessária para manter-se em identificação. Semelhantemente, se pode compreender as práticas usadas pelos porta-vozes da UEMP/AEAMP no processo de produção habitacional. O material sistematizado não permite levantar uma análise mais aguda acerca da relevância da produção de uma memória pelos representantes, algo que exige adequada apropriação teórica. Entretanto, pelas regularidades observadas em termos de escolhas por determinados personagens e por determinados fatos ditos históricos, bem como seus pertencimentos a domínios distintos (político, religioso, artístico), é possível perceber sua estreita ligação com as características sociais dos porta-vozes analisados. Isso informa que o ato de “rememorar” e de se reapropriar do passado emite *estratégias* que justificam as posições que esses mediadores ocupam no espaço social.

O critério para escolha dos nomes dos residenciais compreende a atualização de aspectos valorativos daquilo que é reverenciado (categorias de entendimento) e aspectos biográficos daqueles indivíduos que são homenageados. Os quadros a seguir foram elaborados de modo a ilustrar os arquivos onde estão registradas as informações, nomes dos personagens, período histórico em que viveu e as atribuições construídas que os incluem no círculo de identificações dos militantes. O quadro 16 se reporta aos nomes de todos os residenciais e os posteriores apenas ao Zumbi dos Palmares, João do Vale e ao Maria Firmina, mencionando ruas e avenidas e evidenciando personagens, fatos e domínios homenageados. Os residenciais Silvia Cantanhêde e Magno Cruz não foram sistematizados em decorrência do recorte da discussão, já que todas as homenagens partem de critérios homólogos, inseri-los resultaria em redundância.

Importa enfatizar que a utilização de arquivos contendo informações dos conjuntos habitacionais conseguidos na sede da UEMP/AEAMP foi seguida de pesquisa em sites específicos, volvidos a promoção de causas étnicas e de personalidades históricas para então estruturar os resultados contidos nesta seção.

Quadro 16- Homenagens à Personalidades Consideradas Excepcionais como Meio de Afirmação da “Demanda” e da Posição de seus Porta-vozes

Registro	Residencial	Período de Nascimento e de Morte	Atribuições e inserção histórica que inserem tal personagem num círculo de identificações políticas e valorativas de lideranças e moradores do residencial
Publicação Comemorativa	Zumbi dos palmares	1655 – 1695	Nascido em 1655 em Alagoas, Zumbi foi o último líder do Quilombo dos Palmares que alcançou apogeu na segunda metade do século XVII. Cerca de 18 expedições foram organizadas pelo governo colonial para suprimi-lo. O fato de Zumbi ter adquirido uma simbologia de “resistência” à escravidão pelos seus intérpretes, levou os promotores da homenagem a associar a imagem desse personagem ao processo de implementação do residencial já que este surgiu da ocupação irregular de outro conjunto (Cohatrac V) que foi reprimido pela polícia em 1996 em São Luís.
Dossiê das Unidades Habitacionais	João do Vale	1934 – 1996	Músico Maranhense nascido no município de Pedreiras em 1934. Compôs para o bumba-meu-boi local. Ele se apresentou na Europa, nos EUA, em Cuba e Angola. Por ter sido negro, de origem social baixa e obter reconhecimento nacional e internacional como compositor e músico maranhense, sua imagem é ligada à ideia de “superação” e de “raridade” que os representantes da causa (em sua maioria negros) procuram estender ao processo de obtenção desse conjunto habitacional.
Projeto de Instalação dos Lotes do Residencial	Maria Firmina	1825 – 1917	Escritora negra e professora maranhense nascida em 1825 em São Luís. Primeira romancista brasileira, enfrentou o preconceito racial. Em sua prática literária e docente (primeira professora concursada de seu estado) promoveu a causa abolicionista, sendo que em 1859 publicou o romance Úrsula, interpretado como primeiro romance abolicionista do Brasil e um dos primeiros a ser escrito por uma mulher que sugere a ideia de “raridade” de atributos e recursos. Ao dar o seu nome ao empreendimento, os mediadores procuram justificar assim suas práticas, dando a elas e a si mesmos uma singularidade semelhante à da escritora.
Solicitação de Energia Elétrica à CEMAR	Silvia Cantanhede	Ainda não foi possível localizar essas informações	Militante do Centro de Cultura Negra do Maranhão promoveu a dança e outros aspectos culturais afros como forma de manifestação política contra a discriminação racial. A produção de sua memória, localiza os idealizadores da nomeação no mesmo círculo de identificações políticas da personagem pelo fato desta ser avaliada, principalmente por ativistas do movimento negro, como símbolo da problemática dos “direitos humanos” no estado.
Projeto de Combate a	Magno Cruz	1951 – 2010	Engenheiro, militante do Centro de Cultura Negra do Maranhão e da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, do Partido dos Trabalhadores e um dos fundadores do Sindicato dos Urbanitários do

Incêndio no Residencial			Maranhão. Ele é avaliado da mesma forma que a personagem anterior, ativista dos direitos humanos.
-------------------------	--	--	---

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP, observação participante e sites da internet

O quadro 16 apresenta na primeira coluna a fonte utilizada na obtenção das informações e a quarta coluna evidencia notas com base nas trajetórias dos homenageados pesquisadas em sites específicos, sobretudo os aspectos ressaltados pelos militantes na observação participante e publicação comemorativa como justificativas para a homenagem. Os quadros seguintes seguem esquematização semelhante.

Quadro 16.1-Ruas e Avenidas/Residencial Zumbi dos Palmares

Nomenclatura de Ruas e Avenidas	Período de Nascimento e Morte do Homenageado	Percurso Histórico do Homenageado e Elementos de identificação
Avenida Luísa Mahim	Não foi possível identificar	Teria nascido no continente africano e trazida ao Brasil como escrava, participando posteriormente de todas as revoltas desencadeadas em Salvador e arredores na segunda metade do século XIX. É vista como símbolo de “resistência” à “opressão”.
Avenida Bob Marley	1945 – 1981	Músico jamaicano que ficou conhecido mundialmente por divulgar o reggae enquanto gênero musical e foi um dos maiores representantes do movimento Rastafári. Sua imagem é associada ao ativismo político e social.
Rua Nelson Mandela	1918 – 2013	Foi ativista político e o primeiro presidente negro da história da África do Sul.
Nua Negro Cosme	1800 – 1842	Líder da rebelião negra que fez parte da Balaiada, uma revolta que eclodiu no Maranhão em 1838. Após a repressão da rebelião, Negro Cosme foi enforcado. Ele é visto como martim pelos promotores da homenagem.
Rua Che Guevara	1928 – 1967	Guerrilheiro argentino e um dos principais líderes da Revolução Cubana. Sua imagem comumente é vinculada a percepções de socialismo e de “resistência” ao capitalismo.
Rua Mãe Andresa	1855 – 1954	Foi dirigente da Casa das Minas, considerada a mais antiga e uma das mais importantes casas da religião afro brasileira.
	Não foi possível identificar	A história dessa personagem incorpora aspectos míticos, pois segundo lideranças do movimento negro que

Rua Aquatune		atualizam sua memória, ela teria sido uma princesa vendida como escrava para o Brasil após perder uma batalha na qual ela mesma teria liderado 10.000 soldados. No Brasil foi vendida ao engenho de Porto Calvo onde teria organizado uma fuga de escravos para Palmares.
Rua Mãe Dudu	1886 – 1988	Foi uma das dirigentes da Casa de Nagô, uma casa da religião afro brasileira e também exerceu a função de parteira de algumas famílias de destaque em São Luís.

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP, observação participante e sites da internet

A maioria dos personagens descritos no quadros têm em comum a inscrição em alguma forma de intervenção coletiva situada em condições históricas e contextos avaliados como adversos, outros são destacados por suas inscrições inaugurais em atividades coletivas de cunho étnico religioso ou ainda participação em atividades artísticas. A ação de “rememorar” esses personagens não é desvinculada de um conjunto de critérios de celebração que os revestem de carisma e de uma áurea mística, lhes situando em espaços de luta. Isso é fortemente enfatizado quando se observa a produção da memória operada no ato de nomeação do residencial de Zumbi dos Palmares e respectivamente das suas vias públicas.

Ao escolher o nome de nosso residencial e de nossas ruas resolvemos entrelaçar nossa história de vida e de luta com a desses heróis, o que é com certeza um dos marcos mais significativos na história do Residencial Zumbi dos Palmares, que nasce na luta, do sonho de construir uma vida melhor e carrega consigo a marca de um dos maiores heróis populares da história brasileira: Zumbi dos Palmares. Valeu Zumbi (...) (COOHAZUMPA, 2001).

O fragmento foi extraído da publicação elaborada para comemorar 5 anos de construção do Residencial em questão. Enaltecer os atributos dos personagens, principalmente, Zumbi dos Palmares, representa valorização do espaço de “luta” daqueles que emitem a homenagem. Dado que a reverência que lhes é consagrada e o comprometimento que a eles são atribuídos são claramente mobilizadores, estas não deixam de ser imputadas ao modo de ser e de agir dos porta-vozes de um passado que dele se utilizam retrospectivamente para advogarem em prol da problemática da moradia. Coradini (1998b), operacionalizando o instrumental analítico de Bourdieu entende que não existe no mundo social princípios de classificação que não estejam baseados em valores, portanto, a seleção de “heróis” parte das lutas pela imposição de critérios específicos de “grandeza” e sua oficialização. O autor argumenta que o processo de consagração ocorre quando as relações sociais e esquemas de classificação estão embasados na busca do

reconhecimento (que não é o conhecimento racional) e estão assentados numa relação “ontológica” com o mundo social.

A ação essencializadora deu uma espécie de transcendência aos personagens e categorias contemplados no “rito” de nomeação dos conjuntos, assim, eles acabam adquirindo abstratamente conotação de agentes históricos, o que caracterizaria suas ações de “extraordinárias”. Nesse contexto, as “honrarias” feitas são “ritos de instituição” que estabelecem princípios de divisão e hierarquização social, pois é produzida uma diferença entre portadores e não portadores de determinados atributos que são valorizados pelos representantes da moradia e da “questão” urbana.

É relevante grifar que o residencial Zumbi dos palmares (quadro 16.1) não foi implementado pela UEMP/AEAMP e sim antes de sua organização e institucionalização. O que torna sua construção um dado interessante é que ele surgiu do processo de ocupação do conjunto habitacional Cohatrac V, apontado no capítulo II. A mobilização foi acompanhada pelo então Fórum da Moradia, mas planejada e organizada por Carmem*, atualmente coordenadora geral da UEMP/AEAMP. Na época, após vários despejos, os ocupantes voltaram a incidir sobre a área e, segundo relatos reatualizados de lideranças que participaram da ação e jornais que circularam naquele período, houve várias prisões e atos de violência por parte da polícia e dos seguranças da construtora, chamados de “jaguços”.

Além disso, essa ocupação foi pensada num momento em que a “problemática” da moradia para os setores de baixa renda no Maranhão se traduziu em um espaço forte de discussão coletiva, recrutando indivíduos de camadas médias (notadamente sindicatos) e populares e recebendo auxílio de agentes que deram peso ao reconhecimento da “questão”, como agentes do meio político partidário, ONGs e representantes de governo.

O uso neste trabalho das informações referentes ao ato de nomeação deste residencial e de suas vias é devido aos significados que a mobilização social que o antecedeu teve para os processos de identificação na trajetória individual de Carmem* e de Júlia*, militantes da UEMP, principalmente a primeira, que é coordenadora geral da associação habitacional. De fato, o ato de homenagear personagens ligados a história afro brasileira e ao movimento negro só é compreendido se pensados os espaços transitados por essas militantes e as suas adesões políticas e ideológicas em espaços (e domínios, no caso de Carmem) distintos³³. A reapropriação de figuras históricas incluídas no caso desse residencial abriu caminho àquelas que se seguiram à formação da UEMP/AEAMP.

³³ Sobre isso, ver capítulo III.

Quadro 16.2-Ruas e Avenidas/Residencial João do Vale

Nomenclatura de Ruas e Avenidas	Período de Nascimento e Morte do Homenageado	Atribuições do homenageado
Avenida Maria Aragão	1910 – 1991	Médica maranhense e líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Sua memória é atualizada como uma liderança que sofreu discriminação racial e perseguições políticas durante o período ditatorial.
Avenida Margarida Alves	Foi assassinada em 1983	Líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande na Paraíba. É considerada a primeira mulher a “lutar” pelos direitos trabalhistas nesse estado durante a ditadura.
Rua Antônio Conselheiro	1830 – 1897	Foi líder do movimento religioso que reuniu milhares de sertanejos no vilarejo Canudos no nordeste da Bahia. O Vilarejo foi destruído e seus habitantes mortos pelo Exército da República.

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP, observação participante e sites da internet

Quadro 16.3-Ruas e Avenidas/Residencial Maria Firmina

Nomenclatura de Ruas e Avenidas	Período de Nascimento e Morte do Homenageado	Percurso Histórico do Homenageado e Elementos de Identificação
Avenida Central	*****	É uma reverência à Central dos Movimentos Populares (CMP)
Avenida da União	*****	É uma reverência a própria União Estadual de Apoio à Moradia Popular
Rua Santa Filomena	*****	Santa católica do século III, entre todos os acontecimentos mitológicos de sua história, destacam-se os eventos tidos como sobrenaturais durante o martírio pelo imperador romano Diocleciano.
Rua Iêda Batista	Morreu em 2008	Uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores no Maranhão e militante do movimento docente da Universidade Federal do Maranhão. Articulou no início dos anos 80 um comitê de mulheres em São Luís pela igualdade de gênero.

Rua Maria da Penha	Nasceu em 1945	Farmacêutica brasileira e líder de movimento de defesa de direitos das mulheres. Foi vítima de violência doméstica. Em 2006 foi sancionada uma lei que recebe o seu nome, voltada a punições mais rigorosas dos agressores de mulheres.
Rua Compositor Escrete	1952 – 2007	Cantor e Compositor maranhense que ficou conhecido por suas composições musicais direcionadas ao carnaval local.
Rua Karl Marx	1818 – 1883	Teórico socialista alemão. Sua teoria se concentra na crítica ao capitalismo e na organização do proletariado. A referência a Marx é justificada pelas interpretações que sua teoria inspirou na organização de ações coletivas de movimentos de moradia, em especial na América Latina na segunda metade do século XX.

Fonte: Arquivo da UEMP/AEAMP, observação participante e sites da internet

Levando em conta a visualização das informações dos quadros, a “honraria” é dirigida a 11 mulheres, 10 homens e 2 categorias. 4 das 11 mulheres homenageadas se inscrevem na construção de monumentos à “causa” afro no país. O mesmo se dá em relação a quantidade de homens (6 são negros e com diferentes características acumuladas). Aliás, a publicação produzida quando celebração de 5 anos do Residencial Zumbi dos Palmares utilizou entre suas fontes a Revista Afro Reggae, depoimento da pesquisadora em temática étnico racial no Maranhão Maria do Rosário Carvalho Santos, informações da Fundação Cultural Palmares e os estudos etnográficos do antropólogo da Universidade Federal do maranhão Sérgio Ferreti. O acionamento desses personagens numa arena política específica (“moradia popular”) esconde um trabalho discursivo de agentes e instituições autorizados que contribuem para imputação de princípios de distinção e classificação que, no caso em pauta, teve peso nos processos de agrupamento e de identificações. Daí a importância desses “vultos”, como diria Coradini, na elaboração de símbolos e emblemas que definem a entidade analisada e seus membros e que são naturalizados por eles, (re)afirmando sua autoridade na relação que o grupo mantém com outros agentes coletivos e com os representados e reforçando a coesão interna ao próprio grupo de militantes, no sentido de definir o que lhes é comum.

Para todos os casos de personagens sistematizados é ostensivo a conjunção de dois processos de consagração: a dos “heróis” /” “heroínas” e de suas virtudes e aquela dos eventos e “causas” que eles representam.

Vistos dessa maneira, esses dois processos levam ao terceiro que é também um efeito, ou seja, a autoconsagração daqueles que estão invocando para si e para os seus domínios

políticos, acionando as virtudes e excepcionalidades desses “heróis” e dos eventos que lhes são imputados. Isso advém do ato de magia social propriamente dito, muito semelhante ao que ocorre com os cultos e rituais religiosos. Ao exaltar as propriedades excepcionais de outrem nessas condições os agentes estão reivindicando para si tais propriedades (REIS, 2015).

Para mais, o investimento na construção e afirmação de monumentos pela UEMP/AEAMP não deixa de entrever relações de reciprocidade entre militantes desse segmento e aqueles de entidade ligada ao movimento negro em São Luís. Isso significa dizer que a “imortalização” de personagens já erigidos por este último exprime apreço às amizades construídas nesse espaço bem como filiações às ideias pregadas por ele. Silvia Cantanhêde e Magno Cruz (quadro 16) fizeram parte do círculo das relações pessoais do grupo e, de maneira mais aproximada, de Carmem*. A filiação à defesa de direitos faz com que a entidade associe sua posição e imagem aos pretensos atributos dos demais “heróis”, como por exemplo, Che Guevara (quadro 16.1), Maria Aragão, Margarida Alves, Antônio Conselheiro (quadro 16.2) e Iêda Batista (quadro 16.3).

O Residencial Maria Firmina (quadro 16.3) tem duas avenidas com nomes que homenageiam a CMP e a UEMP. Como já analisado no início deste capítulo, o relativo “sucesso” da segunda dependeu em grande medida do espaço político e reconhecimentos propiciados pela primeira. Assim, predomina nas homenagens lógicas retrospectivas do passado de adesão a esses espaços por aqueles que emitem o ato de consagração e com elas erguem elementos de distinção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação, inserida nas discussões acerca de engajamento e militância, buscou compreender de que forma a Associação Estadual de Apoio à Moradia Popular se tornou representante da “causa habitacional” no Maranhão e identificar as especificidades locais dessa “questão”. A bibliografia mobilizada no estudo possibilitou a sistematização e análise do fenômeno a partir de diferentes níveis e dimensões e combinando perspectivas analíticas distintas.

Desse modo, a caracterização mais ampla permitiu identificar o contexto nacional de emergência das mobilizações por moradia e infraestrutura urbana. Nesse nível, a ampliação de polos industriais no país no período ditatorial deflagrado em 1964 influenciou na expansão urbana de grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo onde ocorreram buscas por alternativas habitacionais pela população de baixa renda, sendo as ocupações coletivas de terras uma delas. O período de abertura política foi propício ao desenvolvimento de inúmeras mobilizações populares e engajamento de diferentes setores da sociedade na promoção de projetos de participação política e inclusão de “demandas” à agenda estatal.

A definição do “problema” e das “soluções” resultou do espaço de concorrências e cooperações de seus inúmeros promotores: organizações sociais, setores da Igreja Católica, ONGs, partidos de esquerda, agentes de Estado e universidades. Militantes dotados de recursos distintos situados em diferentes domínios contribuíram ao impulso dado à “luta por moradia” no Brasil e à definição de políticas específicas e instâncias de governo como o MCMV Entidades e o Ministério das Cidades. Por meio dessa conjuntura mais geral foi possível compreender a constituição e afirmação da UNMP e situar suas relações com o tecido institucional do Estado.

Identificou-se que no contexto maranhense as mobilizações por moradia entre as décadas de 1970 e 1980 refletiu o quadro geral de investimentos econômicos e institucionais dos governos ditatoriais em industrialização, que percutiram nos processos migratórios do meio rural para as principais cidades do estado, sobretudo São Luís. Aí a população migrante sem recursos econômicos e com pouca formação escolar ocupou áreas inicialmente desvalorizadas pelo mercado imobiliário.

Os conflitos entre populações locais, Estado e agentes privados pela posse de terrenos e contra ações governamentais de intervenção nessas áreas se insere nesse plano. Este condicionou o envolvimento articulado de agentes coletivos em ações de confronto. Os variados

recursos obtidos por moradores nas ações coletivas vieram das relações sociais tecidas com agentes bem posicionados e dotados de capital político e cultural, desdobrando-se em reconhecimentos posteriores para estes.

Demonstrou-se ademais que a intersecção de matrizes e referências políticas e religiosas estiveram na base da constituições de aptidões para reivindicações políticas entre os agentes individuais envolvidos. Isso continuou favorecendo o engajamento de novos agentes na década de 1990, como sindicatos e associações de moradores de novas regiões periféricas de São Luís. Nessa época, houve uma redefinição de espaço autorizado para discussão da “moradia” no Maranhão, que passou a ativar também a bandeira da “reforma urbana”, “direito à cidade” e “moradia popular”. Um conjunto de elos instáveis e perduráveis no tempo, criados por agentes com perfis sociais semelhantes, muitos com experiência acumulada na “questão da moradia” e localizados em diferentes domínios de atuação social, articularam-se politicamente no Fórum da Moradia desenvolvendo ações políticas contenciosas, ações políticas institucionais e ditando pautas para o setor.

Verificou-se que o processo de realinhamento de agentes inscritos na problemática da moradia no nível local obedeceu, em alguma medida, a dinâmica de concorrência nacional entre dois “movimentos sociais” por moradia: O MNLM e UNMP. A filiação da UEMP à UNMP é atualizada com a participação (e observância) da primeira nas estratégias de ação pensadas tanto em âmbito local como nacional: manifestações públicas e debates em instâncias representativas em que os símbolos e nome da UNMP é divulgado e está sempre em evidência.

Através da reconstituição da história de emergência da “causa da moradia” localizou-se as condições que fomentaram o engajamento dos porta-vozes da UEMP/AEAMP, e dos variados laços estabelecidos com agentes individuais e coletivos de domínios diversificados do mundo social e exclusões correlatas, notando de que modo esses laços contribuíram e contribuem para a afirmação da associação e de seus integrantes localmente, posto que subjazem seu repertório de práticas.

Utilizando o instrumento de entrevistas estruturadas, conseguiu-se traçar os perfis sociais dos porta-vozes suas competências e apetências para o jogo político e identificar investimentos políticos, econômicos e culturais angariados e de que forma isso traduziu-se em posições ocupadas e em posicionamentos. Assim, demonstrou-se que todos têm origens sociais baixas, mas trajetórias heterogêneas.

Além disso, todos os militantes passaram por processos de socialização que deram destaque a esquemas de interpretação da realidade que conjugaram bases políticas e religiosas

(principalmente o catolicismo), mas em diferentes graus para cada um deles, o que explica a interpelação à “causa” e os sentidos compartilhados, aos quais não se deve negligenciar os fortes laços de afeto construídos na luta e sua importância na integração dos membros.

A concentração de recursos diversificados como investimentos escolares, prestígio político pela biografia militante, os laços pessoalizados construídos com outros agentes políticos durante as trajetórias foram operados segundo as escolhas individuais em contexto de oportunidades dadas tanto localmente quanto nacionalmente. Isso traduziu-se nos relativos sucessos alcançados em termos de postos ocupados na administração pública e na própria hierarquização interna da associação habitacional. A divisão de papéis, retribuições obtidas nos investimentos dados e as modalidades individuais de intervenção encontram aí bases explicativas.

O processo contínuo de atualização de noções que são ativadas nos espaços autorizados de reivindicação e debate, os atos públicos de reivindicações contestações e a celebração da “luta” e de seus representantes, mobilizando personagens, categorias e acontecimentos vistos como excepcionais constituem formas de atuação e de afirmação política do agentes coletivo analisado.

Os recursos sociais mobilizados para promover a temática de interesse para a UEMP/AEAMP ajudam a entender como esse agente coletivo vem se afirmando nos últimos 13 anos, sendo importante nesse processo o relativo alinhamento com a esfera partidária e as instâncias estatais que adquiriu maior importância com a eleição de Flávio Dino ao governo do Estado em 2014. Essas relações associadas aos vínculos, competências técnicas e políticas específicas acumuladas individualmente pelos militantes possibilitam entender os trânsitos e ascensões individuais, bem como reconhecimento coletivo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, ANGELA. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ARANTES, Pedro Fiori. Marxistas e a Cidade de São Paulo nos Anos de 1970. Novos Estudos, março, 2009.

BACHELARD, Gaston. A noção de obstáculo epistemológico. In. A Formação do Espírito Científico. Rio de Janeiro: Contratempo, 1996.

BAILEY, F. G. Las Regras del Juego Político. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo, 1971. (pp. 17-39).

BEZERRA, Marcos Otávio. “Mobilizações de Bairro, Repertórios de Ação Coletiva e Trajetórias Pessoais”. Antropolítica, v. 23, 2009.

_____. Formas de Participação Popular e Produção de Interesses Coletivos: observações a partir de duas experiências no Estado do Rio de Janeiro. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de; PALMEIRA, Moacir (Orgs). Política, governo e Participação Popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. Guia para Pesquisa de Campo – produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BONDUKI, Nabil. Habitação e Autogestão. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, P. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. Sobre o Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (pp. 174-207).

_____. O Campo Político. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, nº 5, 2011.

_____. Le mort saisit le vif. As Relações entre a História Reificada e a História Incorporada. In: BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. A Delegação e o Fetichismo Político. In: BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Os Ritos de Instituição. In: BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Linguísticas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. Modos de Dominação. In: BOURDIEU, P. In: A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Editora Zouk, 2002.

_____. Introdução à uma Sociologia Reflexiva. In: BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____. O Capital Social. In: BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Violência Simbólica e Lutas Políticas. In: BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BORGES, Arleth Santos. PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais. São Luís: EDUFMA, 2008. (pp 47-96)

BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CESTARO, Lucas. R. Urbanismo e Humanos: A SAGMACS e o estudo da “estrutura urbana da aglomeração paulista”. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos. UFSCAR, 2009.

CORADINI, Odaci Luiz. Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In: L.O Feliz et al (Orgs). Mitos e Heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998b.

_____. “Crise” Conjuntural das Políticas “Sociais” ou de Referenciais? Ensaio FEE. Porto Alegre, ano 15, nº 2, 1994.

DAL MASO, Mansueto. Movimentos Sociais: a longa viagem para o mesmo lugar. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2004.

DAVIS, John. Antropologia de las sociedades mediterrânea. Barcelona: Anagrama, 1977.

DUBAR, Claude. Trajetórias Sociais Formas Identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Educ. Soc., Abr. 1998, vol. 19, n. 62. (pp 13-30).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1999.

GAXIE, Daniel. La Autonomia de los Representantes. In: GAXIE, Daniel. La Democracia Representativa. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

GEERTZ, Clifford. Do Ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GODOY, José Henrique Artigas de. Economia Humana e desenvolvimentismo Católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. Teoria e Pesquisa Revista de Ciência Política, v. 24, nº1, 2015.

GOFFMAN, Erving. Sobre a Preservação da Fachada: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: GOFFMAN, E. Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GRILL, Igor Gastal. A Especialização Política no Maranhão: padrões de seleção, níveis de disputas e interdependências. In: REIS, Eliana; GRILL, Igor Gastal. Estudos sobre Elites Políticas e Culturais. São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. Recursos Sociais, Mediação e Alianças nas Eleições Municipais do Maranhão (2008). Revista de Ciências Sociais, v. 40, nº 2, 2009.

_____. Efeitos da “redescoberta das instituições” na sociologia política francesa. Política e Sociedade, V. 13, nº 27, 2014.

_____. Especialização Política: bases sociais, profissionalização e configuração de apoios. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor Gastal (Orgs.). As Ciências Sociais e os Espaços da Política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço Urbano e Espaço Político. In: KOWARICK, Lúcio (Coord). São Paulo Passado e Presente: as lutas sociais e a cidade. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001. (pp 105-119)

LAHIRE, Bernard. Cena 1: o ator plural. In: LAHIRE, B. Homem Plural: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LENOIR, Remir. Objeto Sociológico e Problema Social. In. CHAMPAGNE, Patrick et al. Iniciação à Prática Sociológica. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

LUZ, Josinaldo Santos da. Lutas por Moradia e Expansão do Espaço Urbano de São Luís. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. UFMA, 2004.

MANCE, Euclide André. O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular: o aprendizado dos anos 80 e 90. Trabalho Apresentado no Seminário Memórias de Luta pelos Direitos Humanos no Brasil: direito à memória e a verdade. Brasília, MNDH, 17 de agosto de 2007.

McADAM, Doug. “Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements”. In.: DIANI, M. and McADAM, D. Social Movements and networks. Relational approaches to collective action. OXFORD, Oxford University Press, 2001 (p. 281-298).

_____. Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer. American Journal of Sociology, V. 92, Issue 1, 1986. (p. 64-90).

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Para Mapear o Confronto Político*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 76, 2009 (pp11-48).

NAUJORK, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. *Correspondência Identitária e Engajamento Militante*. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, nº 1, 2016. (pp 136-152)

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

OFFERLÉ, Michel. *Reconsideración crítica de los repertórios de acción colectiva (siglos XVIII y XIX)*. In: OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a uma sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

_____. *Sociologie des groupes d'intérêt*. Paris: Montchrestein, 1998.

OZLACK, O; O'DONNEL, G. (1974). *Estado y Políticas Estatales em America Latina: hacia una estrategia de investigacion*. Buenos Aires. (Documento CEDES/G. E. CLACSO, nº 4; mimeo).

PASSERON, Jean-Claude. *A Encenação e o Corpus: biografias, fluxos, itinerários, trajetórias*. In: PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. *FUNDO NACIONAL DE MORADIA POPULAR: marco histórico de participação da união dos movimentos de moradia de são Paulo*. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, 1996.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. *Engajamento militante e “luta pela moradia” em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSO/UFMA, 2010.

_____. *Ver, Julgar, Agir, Rever e Celebrar: nota sobre a ação católica em são Luís*. *Revista Tempo Amazônico*, v. 2. nº 2, 2015 (pp 41-55)

PEREIRA, Jesus Marmanillo; MEDEIROS, Rogério de Souza. *O papel da Produção e Circulação de Panfletos na Construção do “Movimento por Moradia” no Maranhão*. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 3, volume 3(2), 2016. (pp77-92).

PIZZORNO, A. “*Sur la Rationalité du Choix Démocratique*”. BIRNBAUN, P.; LECA, J. *Sur l'individualisme*. Paris. Presses FNSP, 1986.

REIS, Eliana Tavares dos. *Trajetórias, Espaços e Repertórios de Intervenção Política: um estudo sobre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDUFMA; Zouk, 2015.

REIS, Eliana Tavares dos. “Fé” nos Engajamentos Políticos e Culturais do Maranhão (1970 e 1980). In: REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal (Orgs). São Luís: EDUFMA, 2014).

RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. A Reforma Urbana nos Primeiros Anos da Década de 60. Trabalho Apresentado no 3º Encontro Cultura e Memória, Recife, dezembro de 2017.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. A Estratégia Fundiária dos Movimentos Populares na Produção Autogestionária da Moradia. Dissertação Apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. FAU-USP, 2013.

SAWICKI, Frédéric e SIMÉANT, Johanna. “Inventário da Sociologia do Engajamento Militante. Nota Crítica sobre Algumas Tendências Recentes nos Trabalhos Franceses”. *Sociologias*, v. 13, n. 28, 2011 (pp 200-225).

SEIDL, Ernesto. Disposição a Militar e Lógicas de Investimentos Militantes. *Proposições*, Campinas, v. 20, n° 2 (59), 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A Face Oculta (da) dos Movimentos Sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento-uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n° 28, 2011. (pp 86-124).

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e Mecanismos do Engajamento Militante: um modelo de análise. *Revista Brasileira de Ciência Política* n° 21. Brasília, setembro - dezembro de 2016 (pp 187-226).

SILVA, Marcelo Kunrath. Construção da “Participação Popular”: análise comparativa de processos de participação social na discursão pública do orçamento em municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGS/UFRGS, 2001.

_____. Movimentos Sociais no Brasil: institucionalização e contestação. Trabalho apresentado no III Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales, realizado FLACSO-Ecuador, Quito, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TAVOLARI, Bianca. Direito à Cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, março, 2016. (pp 93-109).

TILLY, Charles. Movimentos Sociais como Política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n° 3, janeiro-julho de 2010 (pp 133-160).

FONTES CONSULTADAS

COOHAZUMP, Cooperativa Habitacional Zumbi dos Palmares: nosso residencial e nossas ruas, nossa história de vida e de luta se entrelaçando com a história de nossos heróis. São Luís/MA, 2001.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. O Fórum Nacional de Reforma Urbana: incidência e exigibilidade pelo direito à cidade. Rio de Janeiro: FASE, 2009.

BARBOSA, Benedito; MINEIRO, Edson Henrique (Orgs.). Curso de Gestão em Recursos Habitacionais: cooperativismo e autogestão. São Paulo: União por Moradia Popular [sem data].

ROLNIK, Raquel. Legislação Urbanística e Exclusão Territorial. In: ROLNIK, Raquel (Coord.). Revista “Formação e Assessoria em Políticas Sociais”. São Paulo: Polis, 1999.

CATÁLOGO NACIONAL DE EXPERIÊNCIAS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Ministério das Cidades, 2004.

CAIS, Manual “projeto de Atuação Social: planejamento, monitoramento e avaliação”. Brasília, 2013.

Jornal O Estado do Maranhão

O parque das Mangueiras e o Sonho da Casa Própria. (25/05/1996)

Ocupantes Voltam a ser Despejados. (13/04/1996)

Confronto Fere Oito Invasores no Cohatrac. (11/04/1996)

Ocupantes de Conjunto são Feridos à Bala. (12/04/1996)

Invasão no Cohatrac V Agita Plenário. (10/04/1996)

Famílias Continuam Ocupando as Casas do Conjunto Cohatrac V. (09/04/1996)

O Imparcial

Cohatrac V Volta a ser Ocupado por 164 famílias de Sem Tetos. (07/05/1996)

Cohatrac V vai Ter Casas Concluídas. (11/05/1996)

Violência na Desocupação do Cohatrac V. (29/05/1996)

Cohatrac Volta a Ser Ocupado por Invasores. (30/05/1996)

Ocupação Simbólica na CEF. (31/05/1996).

Jornal Pequeno

Em Nota de Repúdio: entidades condenam política de habitação da Caixa Econômica. (13/05/1996)

Cohatrac V: religiosos condenam violência e culpam CAIXA e governo. (15/04/1996)

Vereador Teme Tragédia no Cohatrac V. (23/04/1996)

SITES CONSULTADOS

- João do Vale. HB História Brasileira. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/biografias/zumbi-dos-palmares/>>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/joao-do-vale/biografia>>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- Personalidade Negra/Maria Firmina dos Reis. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=34293>>. Acesso em: 04 jun. 2013.
- LUZ, Josanira Rosa Santos da. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS AO LONGO DAS TRÊS DÉCADAS E MEIA DO CENTRO DE CULTURA NEGRAS DO MARANHÃO. Disponível em: <<http://mulheresnegrasma.com.br/wp-content/uploads/2015/04/artigojosanira.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- Morre Magno Cruz, ex-presidente do Centro de Cultura Negra. Portal Vermelho. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/134517-73>>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- União Nacional por Moradia Popular. Disponível em: <<http://www.unmp.org.br/>>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- Central dos Movimentos Populares. Disponível em: <<http://www.cmp.org.br/>>. Acesso em: 04 jul. 2013.
- Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/conteudo/historico>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- CPAL Social. Disponível em: <http://www.cpalsocial.org/centro_80.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- Centro de Documentação e Informação científica. CEDIC/PUC-SP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/cedic/fundos/associacao_nacional_do_solo_urbano.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Disponível em: <<http://mnlmsm.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.